

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA-UFU
INSTITUTO DE HISTÓRIA-INHIS

KELEN CRISTINA BORGES DA SILVA

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS
INDÍGENAS NA COLEÇÃO: “SABER E FAZER HISTÓRIA”.**

Uberlândia-MG
2018

KELEN CRISTINA BORGES DA SILVA

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS
INDÍGENAS NA COLEÇÃO: “SABER E FAZER HISTÓRIA”.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Licenciatura e Bacharel em História.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Miucci F. de Barros

Uberlândia-MG
2018

KELEN CRISTINA BORGES DA SILVA

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS
INDÍGENAS NA COLEÇÃO: “SABER E FAZER HISTÓRIA”.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Licenciatura e Bacharel em História.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Miucci F. de Barros

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Carla Miucci Ferraresi de Barros-INHIS/UFU- Orientadora

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva

Profa. Dra. Mônica Brincalpe Campo

Uberlândia-MG
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter iluminado toda a caminhada, que ao longo não foi fácil. Desde preparatório até a finalização da graduação.

À minha família, por acreditar na minha capacidade e investir em mim. Mãe, seu cuidado e dedicação foram que me deram nos momentos difíceis, a esperança para seguir. Pai, a sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada.

Aos meus colegas de graduação que sempre deram forças nos momentos em que pensava em desistir e nas dificuldades durante o caminho.

Aos meus amigos por me manterem motivada a alcançar todos meus objetivos e sonhos.

A coordenação do curso de História por sempre atender, fornecer as informações necessárias, por se preocupar com os estudantes do curso.

E em especial a minha orientadora e professora Dra. Carla Miucci Ferraresi de Barros pela paciência, dedicação e apoio nessa longa jornada. Que nesse momento é apenas uma parte da finalização desse longo caminho pela frente.

RESUMO

O seguinte trabalho visou analisar como os povos indígenas são representados na Coleção didática de História *Saber e Fazer História*, de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, do 6º ao 9º ano, aprovada no Programa Nacional do Livro didático (PNLD) em 2014. Através do uso de imagens e textos didáticos, assim como das fontes utilizadas e das atividades propostas. A ideia é fazer uma leitura crítica da Coleção no que diz ao cumprimento ou não da lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da História e da Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas da Educação Básica de todo o Brasil.

Palavras-Chave: Povos indígenas. Lei 11.645/2008. Livros Didáticos. Representação.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
MEC	Ministério da Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
CNE	Conselho Nacional de Educação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
SEF	Secretaria de Ensino Fundamental
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1- O INDÍGENA NA HISTÓRIA DO BRASIL: PROBLEMÁTICAS E REPRESENTAÇÕES.....	9
1.1 O nascimento do “índio” em nossa história e seu lugar na composição da nação.....	10
1.2 Movimentos indigenistas no Brasil e a discussão da raça.....	14
1.3 A Constituição de 1988 e o lugar do indígena na sociedade e na educação.....	17
CAPÍTULO 2- A LEI 11645/08 E O ENSINO DE HISTÓRIA: PERCURSOS POSSÍVEIS.....	21
2.1 Os Parâmetros Curriculares e a prática docente.....	25
2.2 Desafios da Lei 11.645 frente à (in) visibilidade do indígena nos materiais didáticos.....	27
2.3 O PNLD e o processo de escolha do livro didático: Um Breve Panorama.....	30
CAPITULO 3– A IMAGEM DO INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE SEXTO E SÉTIMO ANOS.....	34
3.1 Apresentações das Coleções Didáticas e da Metodologia de Trabalho.....	35
CAPITULO 4 – A IMAGEM DO INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE OITAVO E NONO ANOS.....	48
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
FONTES.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
ANEXOS	60

INTRODUÇÃO

A produção de livros didáticos, no Brasil teve início em 1808, na Imprensa Régia, órgão oficial que produzia os manuais para os cursos criados por Dom João VI. Após 1822, com o término do monopólio, começaram a surgir as editoras particulares. Ainda no século XIX, as grandes editoras dos livros iniciaram a articulação com os dirigentes da educação.

Até cerca de 1920, a maior parte dos livros didáticos utilizados no Brasil eram, segundo Gatti Júnior, de autores estrangeiros e publicados no exterior. A produção de autores brasileiros cresceu a partir dos anos 1930 em decorrência da expansão do sistema do ensino. Entre 1930 e 1960, os livros apresentavam algumas características comuns: o título permanecia por longos anos no mercado, seus autores eram personalidades importantes para a intelectualidade da época, sua linguagem não era adaptada para diferentes faixas etárias e era publicado por poucas editoras, que, em geral, não tinham como mercadoria mais importante.¹

A partir dos anos 1960, tais características passaram a modificar-se mais significativamente. Os acordos de políticas educacionais do regime militar foram possíveis determinantes de uma nova fase de produção do livro didático no Brasil. A expansão e as modificações da produção de livros didáticos podem ser relacionadas às políticas governamentais para o setor. Algumas características que a expansão do sistema de ensino, assumiu nos anos 1970 contribuíram para que o livro didático se tornasse um objeto privilegiado na educação brasileira, convertendo-se no organizador dos conteúdos a serem transmitidos e das atividades didático-pedagógicas desenvolvidas nas escolas. As ausências de formação adequada e de condições de trabalho levaram professores a tornarem-se dependentes dos livros didáticos.²

O livro didático é uma importante ferramenta que pode auxiliar no cotidiano escolar, tanto aos estudantes quanto dos professores. Muitas coleções oferecem indicações de filmes e *sites* para aprofundar a pesquisa em certos conteúdos, trazem referências bibliográficas sobre assuntos relacionados temáticas abordadas nos capítulos, apresentam sínteses da matéria que pode facilitar a sistematização dos pontos trabalhados, além de aprofundamento em forma de textos complementares. Além disso, o livro do professor também pode apresentar reflexões metodológicas referentes ao ensino de história, aspectos do projeto pedagógico, possibilidades de trabalho com a coleção e aprofundamento de bibliografia e metodologia específica em relação aos afrodescendentes e indígenas.

¹ - GATTI JÚNIOR, Décio. A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru, SP: EDUSC/Belo Horizonte, MG: EDUFU, 2004, p.21-22.

² - Idem, pg. 206.

Assim, tanto para professores iniciantes como para aqueles que já possuem experiência, o livro didático serve como guia das matérias e apoio, porém nunca deve deixar de ser fonte de crítica com relação ao discurso adotado pelos autores, à escolha de determinadas fontes a serem tratadas em detrimento de outras e ao próprio recorte temático/cronológico deve ser alvo de problematizações.

A implementação da lei 11645/2008 que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio tanto em escolas públicas como privadas, vem com o intuito de mostrar a importância que esses povos tiveram na formação do nosso país, resgatando e valorizando suas contribuições nas áreas social, econômica e política na constituição do Brasil. A lei busca eliminar os preconceitos e estereótipos construídos ao longo de muitos anos acerca dos povos indígenas e africanos, buscando introduzir nos currículos escolares, saberes, manifestações culturais, modos de vidas e organização social dos muitos dos povos indígenas que sequer eram estudados em suas particularidades antes da lei, chamados genericamente de “índios”.

Assim, o trabalho busca analisar de que forma a temática indígena está sendo trabalhado na coleção didática de História “*Saber e Fazer História*”, de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, do ano 2014, após aprovação da lei 11.645/2008, e quais principais desafios enfrentados.

No primeiro capítulo abordaremos como o indígena é tratado em nossa história oficial e quais lugares lhe foram reservados na composição da nação. Analisaremos também a constituição do movimento indigenista e suas pautas de reivindicação assim como o cenário pós Constituição de 1988 e o que mudou em relação ao estatuto jurídico e social dos povos indígenas.

No segundo capítulo trataremos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o funcionamento do processo da escolha do livro didático e as normas do Programa Nacional do livro didático (PNLD), assim como avaliaremos de que forma a Lei 11.645/08 trouxe alterações na produção dos conteúdos didáticos em História.

Nos capítulos três e quatro faremos a análise crítica da coleção *Saber e Fazer História*, dividindo os volumes de 6º e 7º anos no capítulo 3 e os livros de 8º e 9º ano no capítulo 4. Nessa parte do nosso trabalho, trataremos quais os momentos à temática indígena aparece, e quais imagens são usadas para representá-los, quais povos mereceram destaque ao longo da coleção e de que forma os discursos se referem a eles.

CAPÍTULO 1- O INDÍGENA NA HISTÓRIA DO BRASIL: PROBLEMÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Conforme dados da UNESCO, a população indígena, atualmente compreende aproximadamente 5% da população total do mundo. Estima-se em aproximadamente 370 milhões de indígenas vivendo em mais ou menos 90 países. Compõem aproximadamente 5 mil grupos diferentes, falando cerca de 7 mil línguas, mostrando assim a sua significância e relevância histórico-cultural no mundo.³

Já no Brasil, de acordo com dados do IBGE⁴(2010), há cerca de 896,9 mil indígenas distribuídos por todo o território brasileiro. Compõem cerca de 310 etnias, e falam 274 línguas diferentes.

Quando da chegada dos europeus, especialmente portugueses no Brasil em 1.500, já viviam no território brasileiro uma multiplicidade de povo, com culturas e etnias diversas e diferentes entre si. As estimativas são de que habitavam nas extensões territoriais de 4 a 5 milhões de índios.⁵

O contato dos europeus com os povos nativos, entre tantas outras consequências, ocasionou a morte de milhares deles em razão das doenças trazidas da Europa, além das mortes de nativos em função de inúmeros conflitos armados que ocorreram a fim de efetivar o processo de escravização dos indígenas pelos europeus, assim como genocídios que chegaram a dizimarem por completo alguns dos povos que aqui viviam, ocasionando uma movimentação de alianças entre povos nativos e portugueses.

A partir deste primeiro contato, a cultura indígena passou por intensas modificações, visto que dentro das etnias iam ocorrendo transformações que por um lado enfraqueciam suas raízes em torno das quais girava todo o seu cotidiano e as suas tradições e por outro, abriam-se novas experiências fruto do contato, a partir das quais suas culturas sofreram notórias modificações.

Foram séculos de dominação, e embora tudo conspirasse para ocorrer o contrário, com seguidas políticas de Estado genocidas e/ou assimilacionistas, os povos indígenas, com uma significativa baixa em sua população, permanecem vivos para contar suas histórias e perpetuar sua memória histórica. Mais do que isso, os povos indígenas estão vivos para

³- POVOS INDÍGENAS. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/indigenous-peoples/>. Acesso em 20 nov. 2018.

⁴ - INDÍOS NO BRASIL. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 20 nov. 2018.

⁵- POVOS INDÍGENAS. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/indigenous-peoples/>. Acesso em 20 nov. 2018.

resgatar e dar prosseguimento aos inúmeros aspectos de suas culturas, reelaboradas após tantos séculos de contato com o homem branco e sua sociedade.

Assim, os povos indígenas não são povos ou coletividades do passado. São povos da atualidade, que possuem uma quantidade significativa de conhecimentos e valores que serviram de base para auxiliar na construção do Brasil. E apesar de muitos brasileiros ainda olharem para esses povos com considerável preconceito e discriminação considerando-os como improdutivos, preguiçosos, estorvos para o desenvolvimento, na verdade são peças fundamentais da diversidade étnica brasileira e parte importante das raízes desta nação.

1.1 O nascimento do “índio” em nossa história e seu lugar na composição da nação

Até pouco tempo atrás os povos indígenas eram sujeitos quase que ausentes na história nacional e quando apareciam eram tratados no interior do binômio bom ou mau, vítimas ou algozes, dóceis ou guerreiros impiedosos. A partir dos primeiros contatos dos portugueses com alguns dos povos que habitavam a costa e das disputas pelo território, tanto por parte de diferentes etnias quando dos europeus, os pesquisadores têm dificuldades de encontrar a formação étnica daqueles povos que habitavam o que então nem era o Brasil, por volta de 1500.

Há, nas descrições de viajantes europeus, especialmente dos portugueses, uma rígida separação forma de classificação das etnias com as quais tomaram contato ou das quais ouviram falar, entre os que teriam sido seus aliados (os Tupi) e inimigos (os Tupinambás), conforme aponta John Monteiro “*a tendência de definir grupos étnicos em categorias fixas serviu não apenas como instrumento de dominação, como também de parâmetro para a sobrevivência étnica de grupos indígenas, balizando uma variedade de estratégias*”.⁶

Os tupis foram um grupo indígena que entrou em contato com os europeus nos primórdios da colonização, pois habitavam a costa naquele momento. Eram da família linguística tupi-guarani. Os outros povos que não falavam o tupi foram denominados pelos europeus do contato como tapuias, cujas informações são duplamente distorcidas, pois chegaram até nós por meio de duas visões: por um lado a do colonizador português e por outro pelos próprios Tupis, seus informantes e que eram seus inimigos. Os tapuias pertenciam a vários troncos culturais e linguísticos, alguns grupos eram os jês, os caraíbas e os cariris. A

⁶ - MONTEIRO, John. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do Indigenismo. Tese (Livro Docência em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2001, p.58.

maioria dos tapuias habitava o interior, assim tiveram menor contato com os portugueses nos primeiros anos da colonização.

A chegada da coroa portuguesa iria causar profundas modificações no cenário indígenas, começando pelo o erro de Cristóvão Colombo ao imaginar ter desembarcado nas Índias acabou denominando os povos nativos de “índios”, um termo amplo e genérico. Os jesuítas, trazidos logo no início do processo de colonização, iniciam o trabalho de catequização dos povos indígenas que na época eram denominados “gentios” (pagãos).

No primeiro momento Pero Vaz de Caminha descreveu os povos indígenas de forma positiva, em carta remetida ao Rei D. Manuel contando sobre o descobrimento das novas terras:

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos (...) se os degredados, que a quinhão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual preza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho que lhes quiserem dar. E, pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa⁷

No trecho da carta Pero Vaz de Caminha identificou que Nosso Senhor tinha dado a eles bons corpos, rostos, e que são pessoas boas e simples no primeiro contato que acontecera. Outros navegadores também descrevem sobre os primeiros contatos com os indígenas. No início da colonização da América era muito comum a escrita de cartas para descrever tudo que estava sendo descoberto e os avanços das explorações, cartas essas que são utilizadas como fontes até hoje.

Dentre essas correspondências trocadas entre os enviados da Coroa portuguesa e sua administração estão as cartas de escritas por Gabriel Soares de Sousa a partir das quais o historiador John Monteiro escreveu sua tese de livre-docência sobre estudos de história indígena, chamando-nos atenção para o uso desta fonte em dois momentos cronologicamente distintos: um no contexto em que foi escrito originalmente, a saber, no século XVI e outro no contexto da produção historiográfica do século XIX, quando então foi recuperada pelos historiadores do IHGB e publicada. Gabriel nos seus relatos sugere um panorama etnográfico do Brasil, que por sua vez é produto de uma dupla refração: a defasagem entre o período do

⁷ - Oliveira, J. P. de Freire, C. A. da R.. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*– Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

descobrimto e a produção de obras coloniais e sua efetiva publicação e circulação, eventos muitas vezes separados por séculos.

Gabriel Soares de Sousa foi um senhor de engenho e sertanista português que fez uma longa viagem de Salvador a Madri fazendo um reconhecimento no sertão em busca de minas de prata e escreveu relatos do Brasil colonial contendo informações sobre dados geográficos, botânicos, etnográficos e linguísticos.

A construção da História do Brasil foi sendo feita a partir de narrativas marcadas pela ausência quase total de fontes textuais e iconográficas dos indígenas, impondo uma séria restrição aos historiadores. Em meados do século XIX alguns historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) deram início ao projeto de elaboração de uma história nacional, onde a figura do “índio” tinha um lugar determinado e conveniente.

Francisco Adolfo de Varnhagen escreveu a primeira *História Geral do Brasil* a partir de uma ampla e pioneira investigação em documentos do período colonial. Mas Varnhagen também tomava como ponto de partida sugestiva, porém pessimista em relação à postura de Carl Friedrich Philippe Von Martius que havia vencido um concurso patrocinado pelo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), recém inaugurado chamado “Como Escrever a História do Brasil”.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) nasceu em 1838, fruto da necessidade de aparelhar o Estado com instituições que desenhassem uma nova feição para a nação, construindo uma identidade. Com a aprovação da criação do Instituto, iniciaram-se as atividades de pesquisa e produção de artigos publicados na Revista do IHGB, cuja produção tinha na figura do Índio objeto de intenso debate, que atravessou o século XIX.

Entre os historiadores brasileiros há duas noções fundamentais estabelecidas pelos pioneiros da historiografia nacional: uma diz respeito ao apagamento da figura do indígena e sua exclusão enquanto atores históricos e a outra que trata os povos indígenas como populações em vias de desaparecimento.

Há ainda a ideia de que no Brasil, um país que estava se constituindo como uma nação, não poderia ter entre seus povos de origem, indígenas, considerados pelo europeu e pela ciência de cunho evolucionista como povos bárbaros, incivilizados. Então, o que fazer frente à imensa população indígena que ocupava toda a extensão das terras conhecidas à época: ou eles passavam por um processo “civilizatório”, convertendo-se ao cristianismo, aprendendo a língua do branco e vivendo em sociedade sob as leis da metrópole, dessa maneira, sendo “assimilados”, ou deveriam ser exterminados.

O contexto colonial produziu outras distinções importantes como à oposição entre povoado e sertão, o que representava mais do que uma referência espacial, pois, na verdade delimitava dois universos distintos, um ordenado pela lei e pelo governo, o outro livre de tais constrangimentos - sem fé, nem lei, nem rei, enfim. Pode-se vislumbrar um bom exemplo desta diferença na experiência dos sertanistas mamelucos que transitavam entre a ordem rígida do povoado colonial e a liberdade desenfreada do sertão. A distinção entre índios cristãos e gentios proporcionava outra divisão crucial, ainda que eivada de implicações ambíguas.⁸

Pode-se vislumbrar um bom exemplo desta diferença na experiência dos sertanistas mamelucos que transitavam entre a ordem rígida do povoado colonial e a liberdade desenfreada do sertão. A distinção entre índios cristãos e gentios proporcionava outra divisão crucial, ainda que eivada de implicações ambíguas. Muitas vezes os europeus usavam as letras *F, L, R* para se referirem ao que, segundo eles, faltava aos povos indígenas, a saber, faltava-lhes a Fé, a Lei e o Rei, referindo-se a falta de conhecimento da religião cristã ocidental, das leis e de um governo como as monarquias européias. Era todos valores Europa ocidental branca e cristã.

Nas descrições das cartas dos enviados portugueses à Coroa, a religião praticada pelos indígenas, segundo eles, era controversa, contendo ideias sobre paganismo, selvageria e barbárie, o que foi usado para apresentar justificativa para a produção de uma legislação colonial. No Brasil colônia os indígenas eram livres, mas deviam obediência aos padres, considerados como salvadores de suas almas.

Os povos indígenas têm maneiras diferentes de organizar suas vidas, e que se transformam no tempo e no espaço. Antes da chegada dos colonizadores e do contato, a maioria das etnias vivia em aldeias, retiravam seus alimentos da natureza com a caça, à pesca e os alimentos que plantavam, além de serem responsáveis pela fabricação de artefatos para a caça, como arcos e flechas, para deslocamento como canoas, para o conforto da vida cotidiana como as redes e mais um universo inteiro de objetos que serviam aos seus ritos e rituais.

Alguns historiadores parecem acreditar que a história dos índios se resume a crônica de sua extinção, esta perspectiva guarda um fundo de verdade, são claro, quando se considera o triste registro de guerras, epidemias, massacres e assassinados que contribuíram para a dizimação de populações indígenas ao longo dos últimos cinco séculos. Contudo mesmo com

⁸ MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Unicamp. Campinas, agosto de 2001. Pg.19.

a releitura de Gabriel Soares de Souza pode revelar uma história mais complexa e interessante.

Com o passar do processo de colonização a organização dos povos indígenas sofreu modificações, com os processos de aldeamentos e doenças típicas do contato com os colonizadores. Ao se rebelarem contra os colonizadores algumas disputas, que ocasionaram vários massacres e assassinatos que pode ter diminuído a população indígena.

No Brasil passou a ter uma economia centralizada no café a partir do segundo reinado e em outras atividades como a mineração e na produção do açúcar se inicia então o comércio de povos afrodescendentes vindos da África um processo de escravização onde por muitos anos ocorreram casos de violência, maus tratos e péssimas condições de vida, por ser uma história mais recente e muito falada pela questão racial ser algo nos dias atuais ainda com desigualdades e preconceitos, a história dos povos indígenas acabaram sendo esquecido na historiografia.

1.2 Movimentos indigenistas no Brasil e a discussão da raça

Na atualidade vários grupos sociais como mulheres, negros, deficientes e os povos indígenas buscam pelos seus direitos. Qual o objetivo da busca por direitos que já são reconhecidos legalmente? Porque a luta por leis de inclusão? E o mais importante, porque a Lei 11.645/2008 que torna obrigatória a inclusão, nos currículos escolares, o ensino da História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas?

Os movimentos sociais e seus diferentes protagonistas buscam conquistar e ocupar o espaço social, ter seu reconhecimento em todas as esferas da sociedade, buscando poder expressar suas identidades e suas demandas, entretanto, embora haja, por parte de uma parcela da sociedade, interesse em se efetivar tais direitos, há em contrapartida um descaso. E para sanar tais indiferenças, há que se organizar e adotar uma postura enérgica em relação à atuação de movimentos sociais da sociedade civil para construção de pautas comuns e o exercício de certa pressão para criação de novas leis e a revisão de outras, além de pensar formas de garantir a aplicabilidade destas mesmas leis e uma fiscalização constante para garantir a sua eficácia.

Apesar da Fundação Nacional do Índio – FUNAI – ter sido criada em 1967, sucedendo o extinto Serviço de Proteção ao Índio, a política indigenista do Estado brasileiro à época continuava a ser conduzida pelo viés da tutela e integração dos indígenas à sociedade dominante. Tal política reforçava a relação paternalista e intervencionista do Estado para com

as sociedades indígenas, mantendo-as submissas e profundamente dependentes. Em 2009 foi editado o Decreto nº 7056/09, no intuito de reformular a atuação da Fundação Nacional do Índio, atualizando sua estrutura aos novos marcos legais, rompendo com o paradigma assistencialista e renovando as formas de relação da FUNAI com as comunidades indígenas em âmbito local.⁹

Com as discussões encaminhadas para a Constituição de 1988 garantiu-se alguns direitos aos povos indígenas como a demarcação de suas terras, na área da saúde e da educação. Neste contexto cita-se como exemplo o Capítulo VIII da Constituição Federal de 1988¹⁰, que significa uma conquista expressiva, em que se perfilhou o direito originário e instituíram diretrizes com o intuito de demarcaras terras indígenas, assim o direito à diferença e a capacidade processual. Passou também a reconhecer a condição multicultural e pluriétnica da nossa sociedade. Como se o país descobrisse esses povos perdidos na história e finalmente colocam apresentados e com leis que assegurem seus direitos.

A partir do momento em que o Brasil admite a sociodiversidade dos povos indígenas, passa a ter uma nova postura e medidas governamentais. Assim:

Apenas com o advento da promulgação da Constituição Federal de 1988, se opera uma radical alteração do paradigma conceitual e jurídico da política indigenista. A partir daí, foi extinta a figura da tutela, e garantido o reconhecimento da autonomia e dos direitos decorrentes das especificidades culturais dos Povos Indígenas no país. Significou, ainda, um importante marco na proteção territorial como forma de viabilizar a reprodução física e cultural dos índios, garantindo-lhes o direito ao usufruto exclusivo de suas terras de ocupação tradicional.¹¹

O Brasil é formado pela pluralidade e não possui uma identidade étnica única. Somos vários rostos, etnias, expressões religiosas, a diversidade personificada em uma nação. E mesmo assim há notoriamente uma ênfase em se dividir as pessoas e classificar as minorias, de uma forma pejorativa, num país com tanta heterogeneidade.

Grupos como mulheres, negros, indígenas, portadores de deficiência porque não estão dentro do padrão de normatividade imposto por uma sociedade discriminatória com princípios arraigados em conceitos distorcidos. Todos têm direitos e todos devem buscar a garantia de

⁹Política Indigenista no Brasil. Site Funai in <http://www.funai.gov.br/index.php/todos-presidencia/2901-politica-indigenista-no-brasil-avancos-e-desafios?start=1#>. Acesso em 03 dez. 2018.

¹⁰ - BRASIL. Constituição Federal/88. Disponível em: http://www.cf.org.br/leg_constituicao_federal.pdf. Acesso em 12 set. 2018.

¹¹ Política Indigenista no Brasil. Site Funai in <http://www.funai.gov.br/index.php/todos-presidencia/2901-politica-indigenista-no-brasil-avancos-e-desafios?start=1#>. Acesso em 03 dez. 2018.

seus direitos. Tais direitos já são reconhecidos para todos os cidadãos, mas que infelizmente a prática não permite a sua efetividade.

A identidade e a cultura nacional de um país se formam através da sua construção e não se pode apagar ou esquecer tudo que já ocorreu como violências sobre os povos indígenas e os povos vindos da África, que durante séculos foram submetidos a péssimas condições de vida, trabalho e maus tratos.

Temos ainda uma identidade nacional marcada pela questão do sexo onde homens são considerados superiores às mulheres. Somos um país formado por diferentes povos com suas diferentes características que fazem do Brasil um país multicultural e diverso.

Neste argumento faz-se necessário então problematizar ideias e afirmações sobre a mestiçagem, o discurso oficial no que se refere aos povos indígenas, depende do contexto histórico ao qual ele está inserido, isto é, tais discursos os mostravam como era conveniente, ora como selvagens que necessitavam ser civilizados, ora como o bem selvagem puro, ora como parceiros dos brancos, ora como inimigos.

Com a notória falta de informações sobre eles, os povos indígenas acabam ainda hoje, sendo considerados de forma genérica como sendo um só povo, em regra que vive na Região Amazônica e no Xingu, e com particularidades físicas semelhantes que são cabelos lisos pretos, pele morena, que usam pinturas e adornos pelo corpo e andam nus ou seminus, entre tantas outras características. Na literatura notamos que José de Alencar no livro “Iracema” descreve os índios belos e ingênuos, guerreiros, canibais ou bons selvagens.

E observa-se que está intrinsecamente enraizado na sociedade brasileira um racismo velado, racismo este que é uma ideologia, uma estrutura e um processo pelo qual grupos específicos, com base em características biológicas e culturais verdadeiras ou atribuídas, são percebidos como uma raça ou grupo étnico inerentemente diferente e inferior.

Tais diferenças são, em seguida, utilizadas como fundamentos lógicos para excluírem os membros desses grupos do acesso a recursos materiais e não materiais. Com efeito, o racismo sempre envolve conflito de grupos a respeito de recursos culturais e materiais. E opera por meio de regras, práticas e percepções individuais, mas, por definição, não é uma característica de indivíduos.¹²

Em nosso país apesar de ser formado pela diversidade o racismo é continuamente praticado, principalmente contra índios e negros. O conceito de racismo define o que ainda

¹²- BAZILLI e SILVA, Rosemberg. *Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura*. 2015. Pg.128. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a10v29n1.pdf>. Acesso em 28 set. 2018.

ocorre nos dias atuais, quando algumas diversidades não são aceitas, especialmente aquelas ligadas ao fenótipo como certas características corporais, cor de pele, textura de cabelo, formato do nariz, do rosto, ou por pertencimento a certos grupos com outras crenças.

Stuart Hall enfatiza que raça se assemelha mais a uma linguagem do que à biologia e argumenta que o conceito de raça ganha sentido por ser relacional e não por ser essencial, não podendo ser fixado definitivamente, uma vez que está sujeito a um processo constante de redefinição, “sinalizando coisas diferentes em diferentes culturas, formações históricas e momentos”¹³.

Neste sentido, uma contribuição importante do pensamento de Hall para o estudo das identidades negras e também indígenas é desnaturalizar e historicizar o conceito de raça, entendendo-o como uma categoria produzida social e culturalmente, em momentos históricos específicos e de acordo com as lutas políticas encetadas pelos diferentes movimentos sociais.

Nesta direção, Patrícia de Santana Pinho apropria-se das discussões de Hall para a análise da construção de identidades negras na Bahia, argumentando que “as noções de raça e etnia que compõem a construção das identidades negras devem ser vistas no interior de estruturas de representações perpassadas pelas relações de poder”, como algo dinâmico e alternativo à noção essencialista de raça.

Para as historiadoras Martha Abreu e Hebe de Mattos, as Diretrizes Curriculares trazem, para o âmbito da escola, pela primeira vez, a discussão das relações raciais no Brasil e o combate ao racismo, tantas vezes silenciado ou desqualificado pelas avaliações de que o Brasil seria uma democracia racial. De acordo com as autoras, “a partir desses documentos, não é possível pensar o Brasil sem uma discussão sobre a questão racial”.¹⁴

1.3 A Constituição de 1988 e o lugar do indígena na sociedade e na educação

A Constituição de 1988 diz no seguinte artigo sobre os Índios:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.¹⁵

¹³STUART HALL E. *As Questões Étnico-Raciais No Brasil: Cultura, Representações e Identidades*. Disponível em <http://docplaver.com.br/47612336-Stuart-hall-e-as-questoes-etnico-raciais-no-brasil-cultura-representacoes-e-identidades.html>. Acesso em: 20 out. 2018.

¹⁴ - ABREU, M.; MATTOS, H. *Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa de historiadores”*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº41, jan/jun 2008, pp.5-20.

¹⁵- BRASIL. *Constituição Federal*. Disponível em: <http://www.cf.org.br/legislacaoconstituicaoafederal.pdf>.

A Assembléia Nacional Constituinte em 5 de outubro de 1988 trouxe a garantia de assegurar e tutelar os direitos dos povos indígenas. Que se torna um marco na história é definido ainda pela constituição direito sobre suas terras sendo definidos como “direitos originários”, por analisarem que as terras pertenciam a eles antes da colonização. Prevê que os direitos indígenas sejam de responsabilidade do Ministério Público Federal já que a legislação indígena é competência da União.

Na área da educação dos povos indígenas em direito a escola diferenciada e intercultural, cabe aos municípios e estados garantir o direito desse povo. Pelo decreto 6.861/2009:

Art. 3º Será reconhecida às escolas indígenas a condição de escolas com normas próprias e diretrizes curriculares específicas, voltadas ao ensino intercultural e bilíngue ou multilíngue, gozando de prerrogativas especiais para organização das atividades escolares, respeitado o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas e as especificidades de cada comunidade, independentemente do ano civil.¹⁶

A lei está dentro da lógica da eliminação dos preconceitos e ideias sobre os povos indígenas e afro-brasileiros, introduzindo nas instituições de ensino de todo o país, em todos os níveis, a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas que viveram e ainda vivem no território nacional, seus modos de vidas e organização social, suas lutas e reivindicações. Mas, será que isso de fato está ocorrendo?

Os direitos sociais são como os de todos os cidadãos brasileiros nos benefícios sociais e previdenciários. Nos previdenciários tem como qualquer trabalhador pela sua economia familiar. Na saúde foi criado um subsistema em 1999, é uma rede de serviços implantada nas terras indígenas para atender critérios geográficos, demográficos e culturais. Isto é confirmado pela Lei nº9.836/99:

Do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena:

Art. 19-D. O SUS promoverá a articulação do Subsistema instituído por esta Lei com os órgãos responsáveis pela Política Indígena do País.

Art. 19-F. Dever-se-á obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional.

§ 3º As populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS, em âmbito local, regional e de centros especializados, de acordo com suas

¹⁶ - BRASIL. *Decreto 6861*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_/2010/2009/decreto/htm. Acesso em 16 set. 2018.

necessidades, compreendendo a atenção primária, secundária e terciária à saúde.

Art. 19-H. As populações indígenas terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, quando for o caso. ¹⁷

No caso da saúde por alguns povos indígenas viverem em áreas com difícil acesso e em regiões com pouca infraestrutura foi preciso da lei para conseguir atender todas as populações indígenas. Vejamos como as outras constituições omitiam o direito dos povos indígenas.

Todas as Constituições de nossa era republicana, ressalvada a omissão da Constituição de 1891, reconheceram aos índios direitos sobre os territórios por eles habitados.

A Constituição de 1934 previa em seu "Art. 129 – Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las." Já a Constituição de 1937, se posicionava da seguinte forma, "Art. 154 – Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las". Na mesma linha a Constituição de 1946 dispunha que: "Art. 216 – Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem" ¹⁸.

"A Constituição de 1967 firmava em seu Art. 186 – É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes". E por fim na Emenda Constitucional número 1/ 1969.

"Art. 198 – As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos em que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas e de todas as utilidades nelas existentes".¹⁹

A promulgação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 tornaram obrigatório o estudo da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas da Educação Básica, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96. A partir dessa Lei, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a

¹⁷ - BRASIL. Lei 11.645/08. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19836.htm. Acesso em 20 set. 2018.

¹⁸ - BRASIL. Constituição Federal/88. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Constitui3%A3o>. Acesso em 12 set. 2018.

¹⁹- Idem, 2018.Acesso em 12 set. 2018.

Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana/2004.

A Lei 11.645/08 resulta de uma demanda social dos povos indígenas representados por suas lideranças, na busca pelo reconhecimento e respeito à sociodiversidade étnicas que permeia as formas de ser e viver das 305 etnias indígenas atualmente reconhecidas no Brasil, somando-se a um significativo aparato legal que no caso do Brasil, desde a Constituição de 1988, altera o estatuto do indígena perante a lei e a sociedade, marcando a primeira referência legal no Brasil de reconhecimento das especificidades socioculturais dos povos indígenas de forma mais explícita, como expressam os Artigos 210, 215, 216; 231 e 232.

O Artigo 210 tratou diretamente de conteúdos relacionados com os processos de escolarização dos indígenas, determinando que: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”²⁰. Na área da educação com a formulação das políticas educacionais inclusiva no currículo escolar, faz com que todos discutam a temática indígenas sendo em sala de aula, e nas escolas de todos os níveis, universidades a partir disso paramos de tratar os povos indígenas como pessoas que vivem em florestas, tiram todo seu alimento dela, caçam, pesca todo aquele conhecimento folclórico que aprendíamos na escola.

A avaliação do MEC faz cumprir uma série de leis determina a inclusão nos currículos e nos materiais didáticos alguns temas considerados obrigatórios. Como a história da África, povos indígenas, o respeito aos direitos das crianças e adolescente e idosos, o combate contra a violência da mulher, o combate a homofobia e a construção de valores, princípios éticos e estéticos anunciados na Constituição Federal de 1988. Os livros didáticos de História não podem comprometer as ações ensinar e aprender em virtudes pedagógicas, historiográficas, de valores contrários aos estabelecidos pela legislação brasileira.

Apesar de existir a legislação, nem sempre ela passa a vigorar como deve ser. Falta a orientação e a fiscalização se o conteúdo está sendo passado conforme as orientações.

²⁰ - BRASIL. Lei 11.645/08. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/lei11645/08/htm>. Acesso em 20 set. 2018.

CAPÍTULO 2- A LEI 11645/08 E O ENSINO DE HISTÓRIA: PERCURSOS POSSÍVEIS

Martha Abreu afirma que, nos últimos anos, as ações afirmativas, particularmente as Leis 10.639 e a divulgação das Diretrizes Curriculares, colocaram no centro do debate os conceitos de raça, etnia, identidade negra, história afro-brasileira e cultura negra e estão convocando os profissionais de História a refletirem sobre esses conceitos.²¹

Com a aprovação da Lei 11.645, que ocorreu em março de 2008, os povos indígenas, suas identidades e suas culturas, tiveram uma forma de remissão de quase 500 anos de descaso, de ataques sistemáticos à suas culturas, identidades memórias, numa negligência e negação aos seus direitos e também à sua diversidade, numa notória desconsideração às suas etnias como bases edificadoras não somente do povo brasileiro, mas, sobretudo da história do país.

Há atualmente certa proeminência dos estudos dos povos indígenas, especialmente no que diz respeito a sua diversidade, seus aspectos culturais e sua história, justamente em função da promulgação da lei 11.645/08, que determinou pela primeira vez na história do Brasil, que houvesse a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura indígena nas instituições brasileiras de ensino. A Lei, pensada para amenizar preconceitos e ideias deturpadas que envolvem os indígenas e afrodescendentes e cria estereótipos que não condizem com a realidade, faz frente, sobretudo ao olhar eurocêntrico que não reconhece, e se reconhece não valoriza outras sociedades no mundo.

A Lei 11.645/08 determina que as escolas introduzam em seus currículos, conteúdos que dizem respeito aos saberes, conhecimentos, costumes e organização social dos povos indígenas. Para que se entenda a relevância desta lei, basta que se observe como os indígenas eram representados na literatura, nas escolas, na história e principalmente, na grande mídia.. Essa situação ainda não mudou completamente, mas com a promulgação da Lei, foi dado um grande passo para reversão dessa situação.

No século XIX, na busca pela construção de uma identidade nacional, que tinha como principais incentivadores intelectuais e escritores ligados à literatura Romântica e principalmente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi traçado um propósito de se chegar a uma identidade nacional.

“Tendo como objetivo a construção de uma história nacional que atribuísse ao então independente Estado brasileiro um caráter de nação, cabia ao

²¹ZUBARAN, M. A.; WORTMANN M. L.; KIRCHOF, E. R. *Stuart Hall e As Questões Étnico-raciais no Brasil: Culturas, Representações e Identidades*.Pg.23. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/25714/20809>. Acesso em 11 out. de 2018.

recém-criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) a produção de uma memória/história marcada pela busca retroativa das raízes do império”.²²

Aos membros do IHGB e à elite interessava a escritura de uma história que criasse uma ideia homogênea de Brasil, que a defina e lhe atribua um conjunto de sentidos, de significados, de símbolos e eventos que lhe conceituasse, e que fundasse uma “*história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais*”.²³

Conforme nos lembra Almir Bauler²⁴, uma análise do conteúdo publicado pela revista do IHGB durante o Brasil Império demonstra que trabalhos e fontes relativos à questão indígena ocupam o maior espaço, abordando os diferentes grupos, costumes, sua língua e diferentes experiências de catequese. Aos intelectuais do Instituto cabia “pensar o lugar das populações indígenas no projeto em construção, definindo um saber sobre estes grupos, para ser tornado memória, a fixar e transmitir”.²⁵

Nesse sentido, o discurso sobre os indígenas era o da imposição de um processo civilizatório: ou eles se convertiam ao cristianismo, professando a fé cristã – pelo trabalho de conversão empreendido pelos jesuítas – abandonando seus costumes e suas culturas e “integrando-se” à sociedade que se formava – por vezes até como escravizado – ou eles seriam deixados à extinção ou ao genocídio.

Naquela época e ainda hoje, muitas vezes o discurso hegemônico, ainda que implicitamente, declara a superioridade branca frente ao negro e ao indígena, indo ao encontro dos valores eurocêntricos que enxergam a sociedade dividida em três partes: os civilizados, os bárbaros e os selvagens. A partir desse ponto de vista, os indígenas se enquadravam como selvagens, sendo considerado exótico o que enaltecia a ideia repassada para a sociedade brasileira desde a colonização. Tal mentalidade foi fortalecida também pelo já citado ensino influenciado pelo eurocentrismo.²⁶

²² - BAULER, Almir. *O discurso etnográfico na Revista do IHGB 1840-1860 in Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 66-84, jul./dez. 2011.

²³ - SCHAWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Cia das Letras. 1998, p.127.

²⁴ - BAULER. Op.cit.

²⁵ - GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional in Estudos Históricos*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

²⁶ - ZAMBONI, E.; BERGAMASCHI, M. A.. *Povos indígenas e ensino de história: memória, movimento e educação*. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivomorto/anais17/txtcompletos/COLE3908.pdf>. Acessado entre 31 de out de 2018.

Estes entendimentos que se entranharam na história, fez com que fosse constituído um senso comum que impregnou as instituições de ensino, movimentando assim verdadeiros equívocos e absurdos em relação aos povos indígenas, no que se refere à identidade, à cultura, às terras, ao trabalho, e também ao chamado “atraso social”, que muitas vezes é relacionado a eles como à época da chegada dos europeus, em 1500, que por sua vez, não descobriram nada, simplesmente porque centenas de povos indígenas já viviam em território que posteriormente foi considerado Brasil.

Já em relação à cultura, observa-se outro debate ambíguo quando se fala da aculturação indígena, pois na verdade nenhuma cultura é totalmente pura, visto que todas estão constantemente em contato com outras, num processo de hibridização e de interação, e deste modo, vão se influenciando mutuamente.

A concepção brasileira de que os indígenas são povos atrasados no ponto de vista social e cultural e que está em gradativo processo de extinção, está arraigada na cultura que vem sendo disseminada desde a colonização. Isto é um grande equívoco, na realidade, os povos indígenas brasileiros são bastante desenvolvidos, frequentam escolas, se formam e têm representantes nas mais distintas profissões, como professores, advogados, médicos, entre outros, isto é, não se diferem de demais brasileiros em capacidade ou potencial, e com o agravante que se sobressaem mesmo mediante o preconceito e a discriminação impostos a eles.

E foi sob os ânimos das discussões polêmicas, que se implantou a Lei nº 11.645/08 que trouxe a possibilidade concreta do reconhecimento e respeito às sociodiversidades no Brasil atual. Com a proposta de se repensar a História do país, levantou discussões a respeito da formação da sociedade brasileira e a caracterização da identidade nacional. Mostrou também a miscigenação óbvia no Brasil ao questionar a existência de uma cultura brasileira, nordestina, mineira, amazônica, etc, organizando uma coerente problematização de ideias e percepções sobre mestiçagem, sobre o lugar dos índios, negros e demais minorias no discurso nacional, que incontestavelmente formam a maior parte da chamada população brasileira²⁷.

Mais de dez anos após a promulgação da Lei nº 11.645/08, nota-se além de possibilidades, muitos desafios e empecilhos na sua implementação bem como na sua plena eficácia. Nesta acepção, surge uma avaliação crítica para a efetivação da aludida lei nas

²⁷SILVA, Maria da Penha da. *O olhar dos/as cursistas indígenas sobre o Curso de História da UFPE: discutindo conteúdos e abordagens históricas sobre os povos indígenas*. 73f. Monografia (Especialização em Culturas e História dos Povos Indígenas Tópicos Educacionais, Recife, v. 23, n.2, p. 089-105, jul/dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/>> no Brasil) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016. Acesso em 06 nov. 2018.

expectativas das discussões que se seguem. Esta análise se fundamenta a partir de experiências pessoais enquanto docente, além de pesquisas sobre a temática indígena.²⁸

Neste ponto deste estudo é relevante distinguir a Educação Indígena, a Educação Escolar Indígena e, o ensino da temática indígena, pois são assuntos bem distintos. A Educação Indígena/EI é um processo não formalizado que surge a partir das relações socioculturais históricas entre grupos e indivíduos indígenas, e são passadas de geração em geração.

Nesse caso específico quem pratica a Educação Indígena/EI são os índios e tão-somente eles em seu cotidiano, dentro das aldeias, territórios indígenas ou locais onde moram, e possui uma abordagem muito mais ampla do que a ocorrida na escola. São na verdade as expressões socioculturais dos povos indígenas.

A Educação Escolar Indígena/EEI surgiu a partir dos documentos oficiais como a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996), as DCEEI (Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Indígena, de 1999), dentre outros, e é uma modalidade de ensino exclusiva, distinta, bilíngue ou multilíngue em algumas situações, e também intercultural. É uma remodelação de processos educativos formais praticados nas escolas indígenas. Assim, a Educação Escolar Indígena/EEI é em resumo o processo de escolarização dos povos indígenas.²⁹

Diferentemente, o ensino da temática indígena a qual se refere à Lei 11.645/08, dizem respeito à obrigatoriedade da presença de reflexões sobre os povos indígenas, suas culturas, formas de organização social, suas histórias e inserções na sociedade, em todas as áreas do conhecimento, percorrendo de forma transversal o currículo das escolas não indígenas, públicas e privadas, em todos os níveis de ensino, em todo o território nacional.

Desta forma a instituição da aludida lei, ainda que indiretamente, trouxe para o campo obrigatório a temática indígena como requisito na formação de professores, passando então a constar no currículo de instituições de ensino superior no que diz respeito à formação dos professores nos cursos de Licenciatura. E ainda, motivando a formulação de políticas de formação e atualização de profissionais atuando nas redes educacionais, estadual e municipal públicas, e também nas privadas, assim como para os demais profissionais que da Educação.³⁰

²⁸ - WERNECK, Jurema. *Racismo institucional: uma abordagem conceitual*. São Paulo: GELEDÉS, 2013, pg.45.

²⁹ - Idem, pg. 49.

³⁰ - BRAND, Antônio. *Saberes tradicionais e as possibilidades de seu trânsito para os espaços escolares*. In: *Anais eletrônicos do GT 21 – Educação e relações étnico-raciais*, 35ª Reunião da Anped, Porto de Galinhas/PE, 2012. Pg. 09.

Em razão de todos os aspectos citados e outros mais, entende-se que a lei 11.645/08 é absolutamente primordial, ela permitirá e já está permitindo alterar o currículo escolar, habilitar profissionais e aprimorar a produção científica sobre os indígenas.

2.1 Os Parâmetros Curriculares e a prática docente

A prática docente, agora em foco, na apresentação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), visa assegurar que seja ofertado um ensino de qualidade, que cumpra todas as finalidades da educação. E para tal é necessário que o ensino seja ministrado por profissionais capazes de aliar ao seu trabalho os progressos das pesquisas nas distintas áreas de conhecimentos, e, sobretudo que estejam cautelosos para entender e aplicar às dinâmicas sociais e suas decorrências no âmbito escolar e que consigam operacionalizar os valores e princípios dos PCN's no processo educativo de cada escola, acompanhando os projetos individuais, sem fugir das determinações legais, que são consideradas essenciais para o seu bom funcionamento.

Ao se introduzir um texto de lei com a 11.645/08 na grade curricular, entende-se a necessidade de cooperação entre as áreas de especialização no ensino, e para isso há uma implícita intenção de valorizar o trabalho dos docentes como elaboradores, articuladores, planejadores das práticas educativas e, sobretudo como mediadoras do conhecimento socialmente produzido.³¹

Para que se entenda a necessidade real do comprometimento do professor com o projeto proposto, apresentarão duas situações distintas, que confirmam isto. De um lado o professor mero executor cumpridor de normas, executor fiel das políticas determinadas e projetadas pelo Estado, aficionado meramente na operacionalização e então reduzido a ser apenas uma via de transmissão de saberes pré-concebido e produzido por outrem, negando a si e aos seus alunos a capacidade de desenvolver a consciência crítica, limitando-se a subjetividade e saberes de pessoas no processo educativo, e de outro lado, há um o professor que se compromete que se dedica que é um elaborador, um articulador e um mediador das práticas educativas, e é esta concepção de prática docente que deve ser incorporada ao texto da lei, para lhe conferir eficácia.³²

A tarefa do/a educador/a vai muito além do que repetir somente o que está explícito é unir o ensinar com o conscientizar, e isto aponta a direção para a qual devem convergir as mudanças, e sem dúvida a reforma educacional trazida pelos PCN's. Ao analisar seus

³¹ - Idem, pg.11.

³² - MONTEIRO, A. *Ensino de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: PUC, 2002. Pg.136.

aspectos, observa-se a necessidade do fortalecimento do ensino. Isso se faz observando o quadro educacional brasileiro, que ainda deixa muito a desejar e continuar ainda bastante insatisfatório, especialmente em relação à aplicação da Lei 11.645/08. Se por um lado há a universalização do ensino e a progressiva expansão em seus níveis, por outro se entende que os resultados mostrados por taxas de promoção e repetência, ainda não é o desejável, e então se observa que as condições de ensino oferecidas acabam sendo fatores decisivos³³.

Os PCN's enfocam nos objetivos, na disposição dos conteúdos, nos procedimentos avaliativos e nas técnicas de ensino. No que se refere aos objetivos, um dos primeiros aspectos abordados na introdução dos PCN's diz respeito ao fato de o foco da formação do aluno está frontalmente voltada para o aprendizado da cidadania. Outro aspecto importante refere-se à autonomia do aluno. Assim, modificar o conceito de avaliação, que aparece ligado ao entendimento do efeito que causa no aluno, como sendo demonstração do resultado do trabalho do professor, ou seja, se positivo implicaria obrigatoriamente em um trabalho positivo do professor e, em contrapartida, o resultado negativo do aluno significaria um trabalho negativo do professor³⁴.

Há ainda uma espécie de responsabilização do professor pelos fracassos da escola, um assunto difícil para se generalizar e bastante complexo para se modificar de uma hora para outra. As ações propostas pelo Estado têm por intuito, entre outros, dar formação adequada aos professores, especialmente em relação ao atendimento da Lei 11.645/08, porém o que se observa é que ele mesmo não apresenta boas condições para isso. O que é preocupante. E então, o que dizer de uma Lei que foi gestada pelos movimentos indigenistas, ativistas dos direitos humanos e pelos próprios representantes de entidades indígenas, que busca cumprir um papel importante na sociedade, que busca de alguma forma reparar grandes erros históricos, mas que não encontra um sistema que possibilite sua aplicabilidade de forma eficaz?

Banalizam-se o entendimento de escolas como espaços onde lecionam professores incapazes de transformar o *status quo* e relativizam-se alunos-vítimas e professores-algozes pelos resultados que estatísticas anotam. As definições oficiais dos PCN's não devem ser reinterpretadas, e precisam ser entendidas como políticas culturais que se dispõe a orientar determinadas concepções, para então se obter consonância para uma determinada ordem e/ou para uma transformação social esperada, como legitimadora de um discurso oficial. Mas,

³³ - BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história*. Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 31.

³⁴ - LOPES, Alice Casimiro. *Relações entre Políticas de Currículo e de Avaliação*. Palestra ministrada no II Encontro de Professores – II EPAD, Colégio Pedro II, 2005, p. 45.

necessitam, além disso, serem percebidas como estabelecidas por discursos validados em diferentes contextos, segundo os quais novos conceitos ou novas percepções lhes são atribuídos³⁵.

Na área da educação das relações étnico-raciais, foram aprovados, pelo MEC, em 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a partir de um novo consenso no campo pedagógico em relação ao chamado “mito da democracia racial” no Brasil.

Martha Abreu e Hebe Mattos afirmam que, até aquele momento, prevalecia a ideia de que o Brasil era formado originalmente por três raças – o índio, o branco e o negro, formando uma das representações mais comuns, da chamada identidade brasileira, reduzida a uma identidade mestiça, sem conflitos, hierarquias e diferenças. Com os PCN, a “pluralidade cultural” passou a ser adotada como tema transversal e abordada em todo o ensino fundamental, para o conhecimento e a valorização da diversidade cultural e das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que conviviam no território nacional.³⁶

Há muitas dificuldades em se trabalhar a temática indígena como a falta de formação dos profissionais da educação básica, e nas respostas que devem ser dadas sobre as sociedades indígenas e como em qualquer outra sociedade contém diferenças e particularidades. É importante e necessário abordar o tema para retirar assim do esquecimento, povos tão importantes na formação do nosso país.

2.2 Desafios da Lei 11.645 frente à (in) visibilidade do indígena nos materiais didáticos

A promulgação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 tornaram obrigatório o estudo da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas da Educação Básica, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96. A partir dessa Lei, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana/2004.³⁷

³⁵ - LOPES, Alice Casimiro. *Relações entre Políticas de Currículo e de Avaliação*. Palestra ministrada no II Encontro de Professores – II EPAD, Colégio Pedro II, 2005, p. 48.

³⁶ - ZUBARAN, M. A.; WORTMANN M. L.; KIRCHOF, E. R.. *Stuart Hall e as Questões Étnico-raciais no Brasil: Culturas, Representações e Identidades*. Pg. 21. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/25714/20809>. Acesso em 11 out de 2018.

³⁷ ZUBARAN, M. A.; WORTMANN M. L.; KIRCHOF, E. R.. *Stuart Hall e As Questões Étnico-raciais no Brasil: Culturas, Representações e Identidades*. Pg. 28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/25714/20809>. Acesso em 11 out. de 2018.

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003 ³⁸

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.³⁹

Art. 1º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.” (NR)

As duas leis citadas acima são para que seja obrigatória a isenção das temáticas sobre os povos indígenas e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil. Na parte da história e cultura afro-brasileiras e africanas no Brasil, foram séculos de escravidão e relações hierarquizadas e definidas de acordo com a cor da pele, e as desigualdades foram reforçadas sob todos os pontos de vista, sempre inferiorizando o elemento negro e o indígena.

O preconceito na sociedade infelizmente não cessou e continua muito presente nos tempos atuais, a despeito de toda uma legislação que prevê crimes de racismo, diariamente vemos nos jornais notícias sobre discriminação, inclusive no ambiente escolar.

³⁸ - BRASIL. Lei 10.639/03. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 20 set. 2018.

³⁹ - BRASIL. Lei 11.645/08. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em 20 set. 2018.

A lei 11.645/08, sancionada em 10 de março de 2008, tornando obrigatório o ensino de história da cultura indígena e cultura afro-brasileira nas escolas, foi pensada justamente para fomentar a construção de conhecimento acerca de alguns dos povos indígenas, suas culturas, vida social, inserção na sociedade, suas histórias e sua participação na constituição da nação. Ela determina que deva ser ministrado conteúdo voltado aos povos africanos, afrodescendentes e indígenas em todo currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira. A lei foi criada para fazer frente aos preconceitos e ideias estereotipadas sobre os povos indígenas e afro-brasileiros, apostando que a partir do conhecimento haja a dissipação do preconceito.

A imagem que a grande maioria dos livros e materiais didáticos traz do indígena é o do bom selvagem parado no tempo: são povos que pescam, caçam que têm seu próprio jeito de viver – normalmente representado de forma inferior ao nosso - que vivem na floresta, sem tecnologia, moram em ocas e vivem de forma idílica, como à época da chegada dos europeus.

As escolas têm uma importância enorme na formação dos indivíduos, hoje as crianças entram mais cedo nas instituições de ensino e passam a ter mais contato com professores, outras crianças e um novo mundo. Porém, não são só os professores e os pais, os responsáveis por transmitir o conhecimento aos seus filhos e a ajudá-los a criar suas visões de mundo, julgamentos e valores: há o que Jörn Hussen⁴⁰ chama de “cultura histórica”, que é formada também pelos meios de comunicação (tv, revistas, jogos, rádio) e por outras instituições como a Igreja e clube, que ajudam na formação dos jovens, de suas perspectivas e leituras de mundo. Nesse caso, não é só a escola a responsável pela mudança de visão sobre os povos indígenas, mas também deveria ser algo que perpassasse para outras instituições da sociedade. A consciência histórica é construída em conjunto, por vários meios e mediações.

Portanto concluímos que um dos grandes problemas em relação ao preconceito acerca dos povos indígenas é justamente não só a falta de informação e conhecimento acerca de suas histórias, mas principalmente, a forma como até hoje foi construída essa história e qual o lugar do índio na construção da nação. Nesse caso, as salas de aula devem lugares de enfrentamento e desconstrução desses discursos que rebaixam os povos indígenas, hora a bons selvagens parados no tempo, hora como vagabundos e preguiçosos, hora como perigosos, canibais, bárbaros e incivilizados, mercedores das políticas de genocídio que o Estado brasileiro vem praticando desde a época colonial.

2.3 O PNLD e o processo de escolha do livro didático: Um Breve Panorama

⁴⁰ HUSSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: UNB, 2010. Pg. 96.

Todas as informações que serão descritas ao longo desse tópico foram retiradas e descritas como se encontra no site do MEC. Nesse meio eletrônico digital localiza todas as informações necessárias sobre o PNLD e a escolha do livro didático.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um programa antigo voltado para a distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino, iniciou com outra denominação, em 1937. Ao longo desses 80 anos, o programa foi aperfeiçoado e teve diferentes nomes e forma de execução. Atualmente o PNLD é voltado à educação básica brasileira tendo como única exceção os alunos da educação infantil.

O PNLD compra e distribui obras didáticas aos alunos do ensino fundamental e médio, na modalidade regular ou EJA segue os seguintes passos como: adesão, editais, inscrições das editoras, triagem/avaliação, guia do livro, escolha, pedido, aquisição, produto, análise de qualidade física, distribuição e recebimento.

Os livros didáticos distribuídos pelo FNDE são confeccionados para que possa ser utilizado durante três anos consecutivos, beneficiando mais de um aluno. Para a manutenção da uniformidade da alocação de recursos do FNDE no programa- no prazo de três anos para a utilização dos livros, nos intervalos das compras, são feitas reposição por extravios/perdas e acréscimo de matrículas.

As coleções que são produzidas por diversos autores são encaminhados para o MEC para uma avaliação pedagógica, os livros aprovados são disponibilizados resenhas contidas no guia para a escolha mais adequada os livros a serem usados no triênio. Os livros didáticos selecionados devem atender o projeto político pedagógico da escola, ao aluno e professor, e a realidade sociocultural das instituições. A escola deve apresentar duas opções das obras para cada ano e disciplina, caso não seja possível a primeira opção o FNDE envia a escola a segunda coleção escolhida. Os professores têm acesso às informações também pela internet e encontram orientações detalhadas das obras referentes em apresentação do guia.

Assim que as coleções das disciplinas selecionadas no portal do MEC estão disponíveis o guia do livro didático, ou seja, o PNLD do ano com as informações necessárias sobre as obras. Cada ano de produção o PNLD inova alguns critérios principalmente com o aumento da tecnologia, na área de História nem sempre as informações são transferidas com rapidez como queríamos um exemplo é sobre a seleção dos conteúdos como a abordagem da história e cultura da África, dos africanos e afros descendentes, e dos povos indígenas, na progressão didática e na formulação de exercícios.

Cada ano forma uma equipe avaliadora dos livros didáticos do PNLD, essa equipe é responsável pela análise das obras é constituída por profissionais formados na área, atuante no ensino escolarização pública e no ensino superior. Entre os avaliadores podem conter professores com especialização, mestrado, doutorado e pós doutorado de todas as regiões brasileiras.

O MEC visou instituir a avaliação dos livros didáticos antes de sua aquisição. Para tanto, apresentou as editoras, em dezembro de 1995, critérios de avaliação. Essa se daria por meio de comissões das áreas de conhecimento, compostas por professores, em sua maioria universitária, sob coordenação da Secretaria de Ensino Fundamental/SEF e com assessoria do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação/CENPEC.

A avaliação utilizou critérios comuns de análise-adequação didática e pedagógica, qualidade editorial e gráfica, pertinência do manual do professor. Foram definidos dois critérios eliminatórios: os livros não poderiam expressar preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação; e não poderiam induzir ao erro ou conter erros graves relativos ao conteúdo da área, como, por exemplo, erros conceituais.

Os critérios aplicados na avaliação dos livros em todas as áreas abrangidas pelo PNLD são comunicados via edital, portanto a ficha de avaliação, elaborada a partir do edital é o principal instrumento do processo. Então pela Ficha de Avaliação os avaliadores observam cinco itens que contem nas coleções a serem avaliadas como: manual do professor, componente curricular História, proposta pedagógica, formação cidadã e projeto gráfico editorial.

Cada ano do PNLD tem seus critérios de avaliação o de 2014 que será da obra estudada nos próximos capítulos teve dois tópicos critérios gerais e critérios específicos. Nos critérios gerais foram respeito à legislação, as diretrizes e as normas oficiais relativas ao ensino fundamental; observância de princípios éticos necessários a construção da cidadania e ao convívio social republicano; coerência e adequação da abordagem teórica metodológica assumida pela coleção no que diz respeito à proposta didática pedagógica explicitada e os objetivos visados; correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos; observância das características e finalidades específica do manual do professor e adequação da coleção a linha pedagógica nela apresentada; adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didáticos pedagógicos da coleção.

Os critérios específicos foram uso do conhecimento atualizado nas áreas de História e Pedagogia; anúncio da função social da história e dos pressupostos teóricos metodológicos veiculados pela coleção; estímulo ao conhecimento da historicidade das experiências sociais;

desenvolvimento de conceitos, habilidades e atitudes na construção da cidadania; emprego texto icnográfico no desenvolvimento de habilidades de leitura, interpretação, considerando sua condição de fonte para a produção do conhecimento histórico; isenção de anacronismos e voluntarismos.

Para receber os livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é necessário que a escola pública participe do Censo Escolar do INEP e que a rede à qual está vinculada ou a escola federal tenham feito adesão formal ao programa, conforme preconiza a Resolução CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012. É importante ressaltar que a adesão deve ser atualizada sempre até o final do mês de maio do ano anterior àquele em que a entidade deseja ser atendida.

O FNDE é responsável pela operacionalização dos Programas do Livro. Na execução dos programas cabe à autarquia:

I - organizar e apoiar a inscrição de obras e dos titulares de direito autoral ou de edição;

II - analisar a documentação e proceder à habilitação dos titulares de direito autoral ou de edição;

III - realizar a triagem das obras, diretamente ou por meio de instituição conveniada ou contratada para este fim;

IV - apoiar o processo de escolha ou montagem dos acervos e compilar seus resultados, a fim de subsidiar as fases de negociação, aquisição, produção e distribuição;

IV - realizar a negociação de preços e formalizar os contratos de aquisição;

V - acompanhar e realizar o controle de qualidade da produção e distribuição das obras, de acordo com as especificações contratadas.

A distribuição dos livros é feita por meio de um contrato entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas. Essa etapa do PNLD conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das Secretarias Estaduais de Educação. Os livros chegam às escolas entre outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem efetivar a entrega dos livros.

O FNDE distribui os livros didáticos de acordo projeções do censo escolar referente aos dois anos anteriores ao ano do programa, que é o censo disponível no momento do processamento da escolha feita pelas escolas. Dessa maneira, poderá haver pequenas oscilações entre o número de livros e o de alunos. Para realizar o ajuste, garantindo o acesso

de todos os alunos aos materiais, é necessário fazer o remanejamento de materiais daquelas escolas onde haja excesso para aquelas onde ocorra a falta de livros. As escolas podem recorrer ainda à reserva técnica, percentual de livros disponibilizado às Secretarias Estaduais de Educação para atender a novas turmas e matrículas.

CAPITULO 3 – A IMAGEM DO INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE SEXTO E SÉTIMO ANOS

Uma das ferramentas utilizadas pelo professor é o livro didático, instrumento que pode contribuir com o processo de ensino-aprendizagem. Um importante recurso que os professores e alunos têm a disposição. No entanto o livro didático não é nem deve ser considerada uma coletânea de aulas. Nenhum livro didático substitui o trabalho interativo de professores e alunos em sala de aula. A transmissão de conhecimentos e de experiências socialmente acumulados é o estímulo ao desenvolvimento das competências e habilidades de cada aluno, visando torná-lo capaz de aprender a conhecer.

Na sala de aula é necessário se empenhar para que os alunos desenvolvam o senso crítico em relação aos conteúdos estudados, dêem novos significados ao que foi ensinado e construa seu próprio saber.

As relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas foram, ao longo de quase todo o século XX, marcadas por políticas formalmente integracionistas, que visavam assimilar e integrar aqueles povos culturalmente diferentes à sociedade nacional. Porém a política de integração negava aos índios seu direito à diferença e identidade cultural. Apenas em 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal, que se operou uma transformação radical nas relações jurídicas entre Estado e populações indígenas que agora têm o direito de permanecer para sempre como índios.

Dentre as conquistas conseguidas em meio a tanta luta das bases, dos movimentos indigenistas, de ONGs, Instituto e movimentos sociais, está a aprovação, no âmbito da educação, a lei nº 11.645/08, que tornou obrigatório o estudo da história e cultura indígena, com conteúdos que devem ser ministrados em todo currículo escolar, especialmente nas disciplinas de Arte, Literatura e História brasileira.

Vamos agora analisar a coleção didática de História *Saber e fazer História*, de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues para o ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), aprovada no PNLN de 2014.

3.1 Apresentações das Coleções Didáticas e da Metodologia de Trabalho

A coleção aqui apresentada “*Saber e fazer História*” do Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues tem objetivo despertar a historicidade das experiências sociais, com uma preocupação de que o aluno consiga interpretar fontes e textos diversos e desenvolva uma reflexão crítica acerca dos fatos históricos tratados.

Pode-se observar em relação às avaliações, que em todas as disciplinas escolares e na maioria dos livros, existem muitos problemas, nos mais distintos aspectos, tais como erros conceituais; desconhecimentos de avanços teóricos; predomínio de exercícios mecânicos; uso inadequado da escrita e ilustrações; estereótipos de raça, gênero, idade, classe social e/ou religião; omissão e ausência de dados sobre autores, edição, fontes; inadequação de tipo de papel e encadernação.

Para a análise da coleção, pensamos numa metodologia que nos possibilitasse visualizar em toda a coleção, os capítulos que tratam dos povos indígenas, a época/ano a que ele se refere e que tipos de documentos são mobilizados (ou não) para tratar da temática. Assim, temos as seguintes colunas nas tabelas de análise:

- Capítulo: onde será descrito o título apresentado pelo autor.
- Ano/época: para podemos observar em qual data está sendo incluída a temática indígena.
- Localização: para quem tenha acesso a coleção saiba qual o lugar.
- Documento: são as digitalizações das páginas onde a temática indígena aparece e demonstrar as imagens que são utilizadas para representar esses povos.

Podemos então observar e descrever como a temática indígena após a aprovação da lei 11.645/08 está sendo trabalhada com os estudantes do ensino fundamental II nesta coleção, que teve aprovação no PNLD e que tem ampla adoção especialmente nas escolas públicas.

A coleção aqui estudada “*Saber e fazer história*” trabalha História Geral, América e do Brasil e sua divisão de temáticas tem como referência a história européia, numa abordagem eurocêntrica. Tem início com a história dos primeiros humanos até a ordem mundial contemporânea.

O livro do 6º ano contém 288 páginas e é dividido em 5 unidades; 7º ano em 256 páginas com 4 unidades; 8º ano 288 páginas em 4 unidades; 9º ano 320 páginas com 7 unidades. O livro é dividido em unidades e capítulos, o manual do professor tem 96 páginas e traz pressupostos teórico-metodológicos do projeto pedagógico, destacando o papel do historiador na formação e apresentando os objetivos de cada unidade e seção.

De acordo com a análise feita pelo PNLD de 2014, presente no próprio Manual de avaliação das coleções inscritas, a temática da “História e cultura dos povos africanos, afrodescendentes e indígenas” traz imagens em diferentes temporalidades apesar de não terem um tratamento equilibrado ao longo dos volumes. A coleção tem destaque por trazer negro, indígenas e mulheres em cargos eletivos e em políticas. Na abordagem indígena traz a questão das lutas políticas, a questão da demarcação de terras e a questão da habitação e



ocupação das terras pelos indígenas, antes da chegada dos europeus. Contudo, nos textos e imagens referentes aos povos indígenas há informações ocasionais da variedade de suas etnias, tratando-os como apenas um povo.

Todas as informações descritas sobre a coleção serão analisadas em cada ano individualmente. Através do uso das tabelas juntamente com as informações passarei descrevendo o que contém na coleção focando na temática indígena. Observando sobre os conceitos utilizados, se expressam algum estereótipo forma de racismo e preconceitos.

Sexto ano

Saber e fazer história, Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues

Quadro 1: Demonstrativo dos trechos e localização do conteúdo no livro didático

CAPÍTULO/TÍTULO	ANO/ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	DOCUMENTO/TRECHO BIBLIOGRÁFICO/IMAGEM
1-História: reflexão e ação		Página 16	 <p>OUTRAS HISTÓRIAS</p> <p>Uma nova maneira de registrar a história indígena</p> <p>Você sabia que diversos povos indígenas no Brasil vêm filmando sua própria história? É o que fazem os cineastas indígenas formados por um projeto criado em 1987 que estimula esse tipo de registro.</p> <p>Desde o início de sua criação, o projeto organiza oficinas de imagem em mais de cem aldeias em diversos estados do país. As oficinas funcionam como escolas de cinema. Ao longo dos anos, foram implantados centros de produção e edição de vídeo nas aldeias participantes.</p> <p>Atualmente, há cerca de 70 documentários produzidos pelos indígenas, disponíveis em http://www.videosnasaldeias.org.br/ (2009). As obras apresentam relatos, histórias tradicionais orais contadas pelos mais velhos, práticas cotidianas das aldeias, relação com os recursos naturais e estratégias de preservação ambiental, entre outros assuntos.</p> <p>“Para os próprios indígenas, os vídeos têm um efeito de resgate e valorização de temas e mitos. O criador do projeto chamado Vídeos nas Aldeias, Vincent Carelli, conta o episódio de um grupo de jovens que entrevistaram o homem mais velho da aldeia e se espantam de ouvir histórias que até então desconheciam. E o cineasta responde: “Você nunca me perguntaram.”</p> <p>Um documentário 25 anos de projeto que une índios e o cinema. 100, 28 de fev. 2011. Disponível em: http://www.terra.com.br/ultimas-noticias/2011/12/29/Um-documentario-25-anos-de-projeto-que-une-ndios-e-o-cinema.html. Acesso em: 4 jan. 2012.</p> <p>Atividades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O texto mostra uma maneira diferente utilizada por alguns povos indígenas do Brasil para registrar sua própria história. Que maneira é essa? 2. De modo geral, que assuntos são tratados nos vídeos realizados pelos indígenas? 3. Em sua opinião, os vídeos produzidos pelos próprios indígenas podem servir como fonte para os historiadores? Por quê? 4. De acordo com o texto, qual é o significado dos vídeos para os indígenas? <p>16 MINIBAR 1 TEMPO E HISTÓRIA</p>
2- Os primeiros humanos e sua organização			
3- Primeiros povos da América	Pré-história	Página 57	 <p>De volta ao presente</p> <p>Ação humana e meio ambiente</p> <p>Após este capítulo você conhece algumas hipóteses que os estudiosos lançaram sobre diferentes temas, como o povoamento da América, o uso de certos instrumentos e técnicas e os significados da arte.</p> <p>Agora você já deve ter entendido por que as hipóteses são suposições admitíveis ou formulações provisórias, que podem ser tanto demonstradas quanto modificadas e partir de novas evidências, pistas e novas pesquisas.</p> <p>Buscar pistas, formular hipóteses e comparar modos de vida de sociedades que viveram em tempos e lugares diferentes são atividades relacionadas à construção do conhecimento histórico. O filósofo Heráclito dizia que a vida só podia ser vivida olhando-se para a frente, mas só podia ser compreendida olhando-se para trás. O conhecimento histórico é o instrumento dessa compreensão.</p> <p>É o caso, por exemplo, da floresta Amazônica como a conhecemos hoje. Para alguns pesquisadores, especialmente a arqueóloga estadunidense Anne Roosevelt, sua rica biodiversidade não é o resultado apenas de processos biológicos de milhares de anos. Tem muito a ver também com alguns povos pré-históricos que habitaram essa região. Segundo ela, esses povos teriam contribuído significativamente, com sua cultura, para deixar a floresta mais rica, fértil e diversa por onde passaram.</p> <p>Atualmente, porém, em pleno século XXI, a floresta Amazônica e suas múltiplas espécies se veem ameaçadas dia a dia por ações humanas inconsequentes, que promovem uma destruição imediata ou gradual do ambiente amazônico. Em sua opinião, como deveríamos agir a esse respeito?</p> <p>CAPÍTULO 3 PRIMEIROS POVOS DA AMÉRICA 57</p>

4-Sociedades da Mesopotâmia	Ano 8000 a.C.		
5-África: Egito Antigo e Reino de Cuxe	Anos 3000-30 a.C.		
6-As sociedades hebraica, fenícia e persa	Século XIX a.C.		
7-Povos da China e da Índia	Ano 1800 a.C.		
8-Grécia Antiga: das origens a polis	Anos 1150 a.C. a 146 a.C.		
9-Grécia Antiga: o período clássico e a expansão territorial	Anos 500 a 338 a.C.		
10-Roma Antiga: expansão e crise	Século X-VIII a.C.		
11-Roma Antiga: vivências culturais	Século V a.C.		
12-Reinos germânicos e Império Carolíngio	Séculos VIII e IX		
13- Mundo islâmico	Século VI		
14-Ocidente medieval: sociedade feudal	Séculos X e XIII		
15- Ocidente medieval: cristandade e cultura	Século V		
16- Bizâncio e seu Império	Século VII a.C.		

Fonte: Própria Autoria.

No capítulo 1 inicia a discussão sobre o significado da história e os métodos usados pelos historiadores na recuperação do passado. Estudo das formas de contagem do tempo, utilizando o calendário e as periodizações de cada cultura, como acontece com o judaísmo, o islamismo e o cristianismo, por exemplo. E busca mostrar aos alunos os critérios utilizados na marcação do tempo tem explicação nas tradições culturais dos diversos povos.

No capítulo 1, na página 16, contém uma imagem de um homem indígena com o título “Uma nova maneira de registrar a história indígena”, a imagem tem como legenda: homem do povo Kamayurá utiliza câmera para filmar evento no Parque Indígena do Xingu. O texto aparece como uma informação a mais no capítulo falando sobre a maneira de registrar a

história, que os próprios povos indígenas registram sua história por um projeto criado em 1987. A imagem tem ligação com o texto.

Nesse mesmo livro, no capítulo 3 “Primeiro povos da América” que fala sobre o estudo da ocupação da América e das diferentes teorias elaboradas para explicá-la pode ser uma oportunidade importante para discutir com os alunos o caráter provisório do conhecimento e suas constantes revisões e atualizações.

Um fato abordado nesse capítulo e sobre o fóssil de Luzia o ser humano mais antigo encontrado. De acordo com algumas fontes por mais que os primeiros habitantes terem sido os povos indígenas, Luzia não seria uma índia, seu crânio tinha mais aparência com os africanos e australianos do que com os índios das Américas.

O texto em que aparecem os povos indígenas “Ação humana e meio ambiente”, tem como legenda: “Homem do povo Yanomami trabalha em plantação na região de Barcelos, no estado do Amazonas.”


O texto trabalha a questão de preservar as florestas e que os primeiros povos deixaram conhecimento e técnicas. Nesse caso a imagem fica mais como ilustrativa por mostrar um homem indígena no meio de uma plantação de banana e o texto não se baseia necessariamente nos povos indígenas, apenas deixou como ilustrar os primeiro povos.



Nesse primeiro livro nota-se que os povos indígenas aparecem apenas em informações complementares nos capítulos, sem fatos realmente sobre a vivência deles.




Sétimo ano


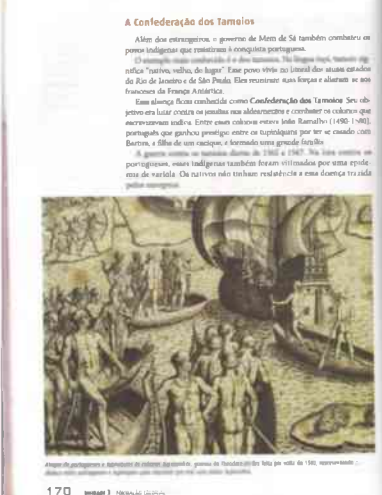

Saber e fazer história, Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues


Quadro 2: Demonstrativo dos trechos e localização do conteúdo no livro didático



CAPÍTULO/TÍTULO	ANO/ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	DOCUMENTO/TRECHO BIBLIOGRÁFICO/IMAGEM
1-A expansão europeia	Século XV	Páginas 24,27 e 28	 <p>Os portugueses na Índia:</p> <p>Em 1500, o governo português enviou uma expedição à Índia com 4 navios. As primeiras descobertas ocorreram com Vasco da Gama, a expedição partiu de Lisboa em 8 de março daquele ano, com destino a Calcutá. Foram enviados cerca de 1.200 tripulantes com o objetivo de estabelecer relações comerciais com os indianos. Vasco da Gama chegou à Índia após 16 dias de viagem, marcando o início da expansão portuguesa para o Oriente. O comércio de especiarias, ouro, marfim e outros produtos tornou-se uma atividade econômica importante para Portugal. Em 1505, Vasco da Gama foi nomeado primeiro governador da Índia portuguesa. Durante sua gestão, foram estabelecidas várias feitorias e postos comerciais ao longo da costa da Índia. A Índia tornou-se um importante centro comercial para Portugal, permitindo-lhe estabelecer uma rede global de comércio e influência.</p> <p>Na tarde de 23 de abril de 1500, os marinheiros portugueses avistaram terras nunca antes vistas no globo, nas proximidades de Porto Seguro. A terra recebeu o nome de Vera Cruz. Mas esse nome que não foi usado. Depois disso, os portugueses começaram a explorar a Terra de Santa Cruz. Terra das Papagaias ou Brasil. O lugar era habitado por nativos que, mais tarde, passaram a ser chamados de índios.</p> <p>O nome atual Brasil começou a ser usado nas primeiras décadas do século XVI. Esse termo foi associado à árvore pau-brasil. Os comerciantes de pau-brasil foram chamados de brasileiros, mas essa expressão passou a designar, com o tempo, os colonos nascidos no Brasil.</p> <p>24</p>
			<p>A Espanha e as Grandes Navegações</p> <p>A navegação marítima e o comércio se desenvolviam em Portugal no século XV. Enquanto isso, na atual região da Espanha, os reis católicos Aragoneses e Castelhanos ainda lutavam para reconquistar os territórios da península Ibérica. Em 1492, os reis católicos Aragoneses e Castelhanos conquistaram Granada, o último reino muçulmano da península Ibérica. Isso permitiu que os reis católicos se dedicassem à expansão marítima. Eles se concentraram em explorar as costas atlânticas da Espanha e Portugal, buscando rotas para o Oriente. Em 1492, o navegador espanhol Cristóvão Colombo partiu de Espanha com o objetivo de chegar à Índia realizando um percurso diferente daquele dos portugueses.</p> <p>As viagens de Colombo</p> <p>O objetivo de Colombo era atingir o Oriente navegando para oeste, em direção ao Ocidente. Seu plano baseava-se na ideia de que a Terra era redonda, como muitos estudiosos defendiam. Com três navios (Santa Maria, Pinta e Nina), Colombo partiu de partir de Palos em 3 de agosto de 1492. Em 12 de outubro, pensaram ter chegado à Índia, por isso, chamaram os habitantes da terra de índios. Mas o lugar em que se encontravam era o continente americano. Colombo descobriu a América em 1492, marcando o início da expansão europeia para o Novo Mundo.</p> <p>27</p>

			<p>LER E COMPREENDER DOCUMENTO</p> <p>Colombo chega à América</p> <p>Leia algumas impressões registradas por Cristóvão Colombo após o primeiro contato dos navegadores espanhóis com os nativos da América.</p> <p>«[...] vieram andando até os barcos [...] onde estavam, trazendo papagaios e fio de algodão em ovellas e bracos e muitas outras coisas, que traxeram por coisa que tinham conosco, como amoque e panes. [...] Andavam nos canes e mole-lhes deu à luz, inclusive as mulheres, embora só tenha visto uma ribeirão espanha. E todos os que vi eram jovens, embora com mais de trinta anos de idade: muito bem-feitos, de corpos muito bonitos e com muito cabelo e cabelos grossos, quase como o pelo do rabo de cavalo, e curtos [...] todos, sem exceção, são de boa estatura, e fazem gesto bonito, respondem [...] Devem ser bons servidores e habilidosos, pois não que requeiram logo o que o gente dá e coisa que depressa se fazem colados; me pareceru que não tinham nenhuma religião.»</p> <p>ATIVIDADES</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Discuta no texto as palavras que correspondem aos significados a seguir: <table border="0"> <tr> <td>a) Altura de um ser vivo.</td> <td>c) Mulher jovem, moça.</td> </tr> <tr> <td>b) Estima-se de metal, com pequenos furos e objetos em seu interior, que, ao serem sacudidos, produzem som.</td> <td>f) Forte, que revela boa saúde.</td> </tr> <tr> <td>c) Aquelles que são jovens, que têm habilidades.</td> <td>g) Trabalhadores, que prestam serviços.</td> </tr> <tr> <td>d) Pequenas contas de vidro.</td> <td></td> </tr> </table> 2. Nos trechos que destacamos, Colombo (linha) e Caminha (p. 26) mencionam a religião: identifique trechos sobre esse assunto nos dois documentos e compare-os. Depois, explique o que os europeus pensavam a respeito da vida religiosa dos nativos? Como pretendiam agir com relação a isso? 3. Observe a imagem acima, que representa a chegada de Colombo à América. Depois, converse com seus colegas e responda: <table border="0"> <tr> <td>a) Qual é o nome do autor e a data em que a ilustração original foi feita?</td> <td>e) Quem aparece na outra margem do rio? O que está representando?</td> </tr> <tr> <td>b) O que mais chamou sua atenção nessa figura?</td> <td>f) Agora é a sua vez de ser o descobridor. Faça um desenho representando como você imagina a chegada de Colombo à América.</td> </tr> <tr> <td>c) Como estão representados os grupos de pessoas?</td> <td></td> </tr> <tr> <td>d) Na sua opinião, qual dos grupos é mais valorizado na figura? Por quê?</td> <td></td> </tr> </table> <p>28 BRUNO T. DEPAULA, SÉRGIO T. DE PAULA</p>	a) Altura de um ser vivo.	c) Mulher jovem, moça.	b) Estima-se de metal, com pequenos furos e objetos em seu interior, que, ao serem sacudidos, produzem som.	f) Forte, que revela boa saúde.	c) Aquelles que são jovens, que têm habilidades.	g) Trabalhadores, que prestam serviços.	d) Pequenas contas de vidro.		a) Qual é o nome do autor e a data em que a ilustração original foi feita?	e) Quem aparece na outra margem do rio? O que está representando?	b) O que mais chamou sua atenção nessa figura?	f) Agora é a sua vez de ser o descobridor. Faça um desenho representando como você imagina a chegada de Colombo à América.	c) Como estão representados os grupos de pessoas?		d) Na sua opinião, qual dos grupos é mais valorizado na figura? Por quê?	
a) Altura de um ser vivo.	c) Mulher jovem, moça.																		
b) Estima-se de metal, com pequenos furos e objetos em seu interior, que, ao serem sacudidos, produzem som.	f) Forte, que revela boa saúde.																		
c) Aquelles que são jovens, que têm habilidades.	g) Trabalhadores, que prestam serviços.																		
d) Pequenas contas de vidro.																			
a) Qual é o nome do autor e a data em que a ilustração original foi feita?	e) Quem aparece na outra margem do rio? O que está representando?																		
b) O que mais chamou sua atenção nessa figura?	f) Agora é a sua vez de ser o descobridor. Faça um desenho representando como você imagina a chegada de Colombo à América.																		
c) Como estão representados os grupos de pessoas?																			
d) Na sua opinião, qual dos grupos é mais valorizado na figura? Por quê?																			
<p>2-Renascimento e humanismo</p>	<p>Século XIV E XVI</p>																		
<p>3- Reforma religiosas</p>	<p>Século XI</p>																		
<p>4-Conquista da América</p>	<p>Século XV</p>	<p>Páginas 79, 80 e 85</p>	<p>Conquistar ou descobrir?</p> <p>A chegada dos europeus à América, iniciada no final do século XV, provocou impacto tanto nos indígenas quanto nos europeus. Foi um confronto entre povos de diferentes sociedades e diferentes culturas.</p> <p>Durante muito tempo, foi comum o uso da expressão descobrimto — “descobrimto da América” ou “descobrimto do Brasil”. A intenção era referir-se à chegada dos europeus à América como um ato de uma civilização — a europeia — supostamente mais “adivada”, vindo tirar da terra “selvagens” uma sociedade mais “civilizada” — que seria a dos povos indígenas.</p> <p>Mas essa visão vem se modificando. Atualmente, consideramos que o impacto da presença dos europeus na América pode ser estudado sob outros aspectos: a destruição dos modos de vida dos povos indígenas, o extermínio dos nativos etc. Desse novo ponto de vista, a questão não se resume a um descobrimto, mas, sim, ao processo de levaço e conquista da América.</p> <p>LER E COMPREENDER DOCUMENTO</p> <p>O navegador</p>  <p>ATIVIDADES</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O que Colombo está segurando na mão esquerda? 2. Além de Colombo, outros nomes estão à borda do navio. Que explicação você daria para essa representação? 3. Na imagem, o mar está repleto de culturas estrangeiras. Em sua opinião, de que se trata? <p>79 CRISTINA B. CONQUISTA DA AMÉRICA</p> <p>O impacto da conquista</p> <p>Antes da chegada dos espanhóis, havia no continente americano mais de três mil povos diferentes. Os europeus trouxeram esses povos por um nome genérico: índios.</p> <p>A maior parte da população americana foi forçada a trabalhar para os conquistadores europeus e seus descendentes. Milhares de indígenas morreram nesse processo. Além disso, a violência da conquista e da colonização destruiu muitos regimes soberanos e histórias das civilizações do continente americano.</p> <p>Vamos ver, a seguir, algumas formas de violência utilizadas na conquista da América pelos europeus.</p> <p>Violência física</p> <p>As armas dos conquistadores europeus eram mais eficientes e tinham maior alcance do que as dos povos americanos. Os espanhóis empregavam armas de fogo — como moquete, arcabuz e canhão — que usavam a pólvora como munição. Eram assim o combate corpo a corpo. Todas essas armas eram desconhecidas dos indígenas.</p> <p>Os cavalos, muito utilizados pelos conquistadores espanhóis, deu permitiram grande mobilidade durante os combates. Esse animal, que os povos americanos também não conheciam, era muito de proveito.</p> <p>Espadas, lanças, punhais e escudos, feitos de aço e muito resistentes, davam aos conquistadores mais recursos para o ataque e a defesa. Já as principais armas empregadas pelos indígenas — arcos, flechas envenenadas, pedras, lanças, machados e atiradores de pedra — não se mostravam tão eficientes diante das armas europeias.</p> <p>No entanto, somente a qualidade das armas não explica a vitória de espanhóis e portugueses. Afinal, os nativos americanos eram muito mais numerosos. Como explicam, então, a conquista europeia da América no século XVI?</p> <p>Temos de levar em conta outros elementos importantes, como, por exemplo, as doenças contagiosas trazidas pelos europeus, entre elas o sarampo, a sífilis, a coqueluche, a varíola, a malária e a gripe. O organismo dos indígenas não tinha resistência contra tais doenças, que provocaram epidemias e levaram milhões de vidas à morte.</p> <p>Contaminados por doenças que até então não conheciam, os nativos americanos sofriram também impacto psicológico, pois muitas vezes imaginavam que as doenças fossem castigos dos deuses e, assim, entregavam-se a um sentimento de apatia e indiferença.</p> <p>Além das armas e das doenças, os europeus se beneficiaram com os minérios existentes entre os povos americanos. Inca e astecas, por exemplo, dominaram povos vizinhos pela força, exigindo o pagamento de tributos e prestação de serviços.</p>  <p>80 BRUNO T. DEPAULA, SÉRGIO T. DE PAULA</p>																

			 <p>De volta ao presente</p> <p>A luta indígena mexicana</p> <p>Após a independência do México, em 1821, os indígenas e seus descendentes continuaram a lutar por melhores condições de vida e pela conquista de direitos, entre eles a terra.</p> <p>Ano 1995, data da comemoração dos 500 anos da chegada dos espanhóis ao continente americano, a Constituição mexicana não permitia que as terras indígenas fossem vendidas. Naquela data, porém, essa proibição deixou de valer: isso foi uma condição para que o México integrasse um mercado de livre comércio com os Estados Unidos e o Canadá, conhecido como Nafta.</p> <p>Dessa forma, muitos camponeses e indígenas tiveram suas terras vendidas a grandes empresas, que passaram a explorar as riquezas de regiões como o estado de Chiapas, onde há uma população indígena muito, muito pobre, com uma situação econômica muito precária.</p> <p>Em Chiapas vivem mais de 4 milhões de pessoas, das quais cerca de 1 milhão descende de indígenas (dados de 2005 do censo do México).</p> <p>A população indígena do México vive, em sua maioria, no estado do Yucatán, no sul do México. Ela não se organiza para, por exemplo, lutar, lutar e lutar de novo. Ela luta, luta e luta de novo. Ela luta, luta e luta de novo.</p> <p>Respeten Los Derechos De Los Pueblos Indígenas</p> <p>Na América, que os indígenas estão se preparando para o 50º aniversário do Pacto de Bogotá (1948) e do Tratado de Montevideo (1987), sua condição continua sendo precária e desigual. Em 2010 em Caracas, no México, há um Estado de Direito. Há um Estado de Direito em seu ambiente e de desenvolvimento de direito, como educação, saúde, segurança de acesso de bens de consumo. Por isso reivindicamos, entre outras coisas, a delimitação dos limites de suas terras e o direito de explorá-las, além da aprovação de leis que garantam outros direitos.</p> <p>A proposta deste capítulo é conhecer o modo de vida dos povos indígenas na época dos primeiros contatos com os europeus. E conhecer, também, sua situação atual.</p> <p>capítulo 5</p>
<p>5-Povos Indígenas</p>	<p>Ano 1500</p>	<p>Páginas 89 a 105 (imagens do capítulo completo em anexo)</p>	 <p>unidade 2 Contatos e confrontos</p> <p>Em 22 de abril de 2000, o governo brasileiro organizou uma festa em Porto Seguro, na Bahia, com o objetivo de comemorar os 500 anos de descobrimento do Brasil pelos portugueses. Para isso, foram convidadas autoridades de diversas partes.</p> <p>Os indígenas brasileiros recusaram-se a participar da festa para eles, o que aconteceu não foi um desrespeito, mas, sim, a invasão de suas terras. Lutarão ainda hoje para fazer valer seus direitos, e se desrespeitam claro que não haverá motivo para comemoração.</p> <p>Os povos indígenas do Brasil não querem ser reconhecidos apenas pelo que aconteceu no passado. Eles querem melhorar sua condição de vida no presente. Por isso reivindicamos, entre outras coisas, a delimitação dos limites de suas terras e o direito de explorá-las, além da aprovação de leis que garantam outros direitos.</p> <p>A proposta deste capítulo é conhecer o modo de vida dos povos indígenas na época dos primeiros contatos com os europeus. E conhecer, também, sua situação atual.</p> <p>Investigando</p> <ul style="list-style-type: none"> Para responder as perguntas que seguem, troque ideias com seus colegas e seu professor. O que você conhece sobre os povos indígenas do Brasil? Onde vivem? Em sua opinião, o que a chegada dos portugueses ao litoral da América, há mais de 500 anos, pôde ter representado para as populações nativas do território?
<p>6-Povos da África</p>	<p>Século XVI</p>		
<p>7-Os primeiros tempos</p>	<p>Século XVI</p>	<p>Páginas 130 e 134</p>	 <p>LER E COMPREENDER DOCUMENTO</p> <p>Subditos indígenas</p> <p>Os indígenas estrangeiros o fato de os brancos levarem tanta madeira da floresta. Sobre esse assunto, leu a seguir o trecho de um diálogo entre um tupinambá e o francês Jean de Léry, publicado em 1578.</p> <p>Jean de Léry (1534-1613) foi cronista e viveu entre os indígenas. Sobre o tupinambá com quem ele conversou, é possível perceber que em seus argumentos há muita sabedoria.</p> <p>«Coz, nassos tapinambás muito se admiram dos francezes e outros estrangeiros se dizem ao trabalho de se buscar a sua sabedoria. Uma vez um velho perguntou-me: Por que vendes vos outros, mais e porde (francos e portugueses), buscar bens de tão longe para vos aguçar? Não tendes madeira em vossas terras? Respondi que tinhamos muita mas não de boa qualidade, e que não a queríamos (...) mas dele estavamos breto para fogo, tal qual o faziam eles com os seus canóes de algodão e suas flechas.</p> <p>Retucou a velha (...) e porventura precisava de mais? — Sim (...), pois no nosso país existem negociantes que possuem mais pau, fogo, flocos, algodão e até mesmo canóes de algodão e suas flechas (...). E se os estrangeiros não vierem aqui, não há quem os compre. — No vendes, continuou o velho, que, como vemos, não vos mandam nada, quando sabe que há outros (...) são grandes brancos, pois atravessam o mar e outros grandes indios (...). E trabalharam tanto para amontoadir riquezas para vossos filhos, ou para aqueles que vos sobreviverem! Não será a falta que vos falta suficiente para alimentá-los também? Temos pau, made e filhas a quem amamos, mas estamos certos de que depois de deixarmos a terra que nos nutre, também os nutrir por isso descansassem sem maiores cuidados?»</p> <p>1578, Jean de Léry, Viagem à terra de Brasil, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988, p. 141-42.</p> <p>Os indígenas da América descenderam e conquistaram os europeus. Em 1500, chegaram tapinambás, que eram os primeiros habitantes do Brasil, no litoral, onde se estabeleceram em aldeias para si e para os filhos. Mas não se esqueceram de trazer para os filhos os conhecimentos que tinham sobre a agricultura e a criação de animais. Também trouxeram para os filhos a guerra. Imagem representando indígenas na floresta, pintada em 1500.</p> <p>Atribuições</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O texto menciona um diálogo. Quem pergunta, quem responde? 2. Quem narra o diálogo? Em que local ele foi realizado? Quando? 3. Por que o tupinambá subditos e estrangeiros? Que perguntas ele faz para os filhos dos brancos? 4. Sua intenção é dialogar com o leitor e com o leitor de uma maneira ou outra? <p>130</p>

			 <p>Esclavidão indígena</p> <p>O relacionamento entre portugueses e indígenas gerou cada vez mais conflitos, conforme os índios resistiam a atender aos interesses dos europeus. Para obter o trabalho indígena, os portugueses usavam da violência e da escravidão. A escravização dos indígenas intensificou-se a partir da metade do século XVI, quando os colonos precisavam de mais mão de obra para produzir açúcar.</p> <p>O governo de Portugal tentou garantir a liberdade indígena, mas no colapso contemporâneo a situação mudou e chegou a "guerra justa" (Treaty of Madrid de 1494) e a "guerra justa" (Treaty of Madrid de 1494) e a "guerra justa" (Treaty of Madrid de 1494).</p> <p>EM QUESTÃO</p> <p>Escambo, escravidão e riqueza</p> <p>A partir da conquista europeia, os índios foram escravizados e usados para trabalhar em fazendas e engenhos. Além disso, os índios eram usados para trabalhar em fazendas e engenhos.</p> <p>Atividades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Escreva as modificações pelas quais o escambo passou ao longo do século XVI. 2. Qual é o principal objetivo do escambo com relação ao papel do escambo? <p>134 Unidade 3 Historiografia</p>
<p>8-Mercantilismo e sistema colonial</p>	<p>Meados do século XV até o fim do século XVIII</p>		
<p>9-Economia colonial</p>	<p>Século XXI</p>		
<p>10-Administração e religiosidade</p>	<p>Século XVI E XIX</p>	<p>Páginas 170 e 176</p>	 <p>A Confederação dos Tambois</p> <p>Além dos europeus, o governo de Mem de Sá também combateu os povos indígenas que resistiram à conquista portuguesa.</p> <p>O exemplo mais conhecido é o dos tambois. Os índios índios, nativos do rio de Janeiro e de São Paulo. Eles reuniram suas forças e aliam-se aos franceses da França Antártica.</p> <p>Uma aliança ficou conhecida como Confederação dos Tambois. Seu objetivo era lutar contra os jesuítas e o comércio e destruir os aldeamentos que escravizavam índios. Entre essas aldeias estava São Ramulho (1602-1603), português que gerou conflitos entre os tupiniquim por ter se aliado com Barros, a filha de um cacique, e formado uma grande família.</p> <p>Os guerreiros combateram durante de 1602 a 1603. No fim, os portugueses, mas indígenas também foram vitimados por uma epidemia de varíola. Os nativos não tinham resistência a essa doença trazida pelos europeus.</p>  <p>170 Unidade 3 Historiografia</p>

			 <p>Festa de São João A festa de São João é uma das mais importantes do Brasil, com suas tradicionais fogueiras, comidas e bebidas. No Brasil, essa celebração é conhecida por suas particularidades, sendo comemorada em todas as regiões. Desde o renascimento, surgiu o candomblé, entre os séculos XVIII e XIX.</p> <p>Muitas mulheres participaram de transtornos. De acordo com pesquisas recentes...</p> <p>A festa também foi uma das importantes para a construção das tradições, entre a grande e a pequena. Participaram de essas celebrações, também, para o trabalho de fogueiras de cabanos, para o trabalho de muros de muros, para o trabalho de fogueiras de São João.</p> <p>Religiões indígenas As crenças indígenas aparecem em cultos religiosos que permanecem até hoje no Brasil, como o candomblé — em que um mestre (pauze e quem se ocupa para resolver problemas) define os participantes com um candomblé.</p> <p>Na época colonial, os indígenas que ficaram isolados dos colonos mantiveram suas tradições. Há um que permaneceu e se misturou com as crenças dos aldeamentos, por exemplo, criando novas formas de espiritualidade combinando elementos de outras culturas. Uma das formas que permanecem as tradições é a festa conhecida como ocorreu na Bahia, na década de 1980.</p> <p>176</p>	
<p>11-Escravidão africana</p>	<p>Século XV e XVI</p>			
<p>12- União Ibérica e Brasil holandês</p>	<p>Século XVII</p>			

<p>13-Expansão territorial e conflitos</p>	<p>Século XVI</p>	<p>Páginas 224,226 e 229</p>	<div data-bbox="986 212 1362 719"> <p>LER E COMPREENDER DOCUMENTO</p> <p>Perseguição aos indígenas</p> <p>O documento seguinte é uma carta do padre Antônio Vieira ao padre provincial da ordem dos jesuítas.</p> <p>«No primeiro carta disse a V. Rev. a grande perseguição que padecem os índios, pelo castigo dos portugueses em os castigos. Não há de se fazer de novo, sendo que ainda continua o mesmo castigo e perseguição, e que cresce ainda mais.»</p> <p>Atividades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Que episódio é narrado pelo padre Vieira nesta carta? 2. Segundo padre Vieira, o que fez os índios sofrerem grande perseguição e castigo? </div> <div data-bbox="986 719 1362 1240"> <p>Colonos enfrentam jesuítas</p> <p>Nos séculos XVI e XVII, ocorreram vários conflitos entre jesuítas e colonos devido à questão da exploração do trabalho dos indígenas. Enquanto muitos colonos queriam escravizar os nativos, os jesuítas queriam catequizá-los e mantê-los nas missões. Os conflitos tornaram-se intensos, como aconteceu no Maranhão, em 1648, quando ocorreu a chamada Revolta de Beckman, liderada pelos irmãos Tomaz e Manuel Beckman.</p> <p>Durante a União Ibérica (1580-1640), os jesuítas concentraram os seus esforços para catequizá-los e explorá-los à sua maneira.</p> <p>O Maranhão, porém, enfrentou uma grave crise econômica a partir de 1650. Os produtores de açúcar alegavam não poder pagar o que os traficantes cobravam pelos escravos africanos.</p> <p>Em busca de mão de obra, os senhores armaraz homens para invadir os aldeamentos jesuítas maranhenses, capturando indígenas e transferindo-os em escravos. Os jesuítas protestaram junto ao governo português, que proibiu mais uma vez a escravização dos nativos.</p> <p>Para tentar resolver o conflito, a Coroa ordenou a criação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão, em 1682. Os sócios da empresa comprometeram-se a trazer 500 escravos africanos por ano, durante 20 anos. Mas não conseguiram cumprir o compromisso, desagradoando ainda mais os colonos. A crise econômica agravou-se.</p> <p>Um grupo de senhores de engenho maranhenses, liderado por Manuel Beckman, organizou um movimento para acabar com a Companhia e com a influência dos jesuítas. O grupo queria também autorização para escravizar indígenas.</p> <p>224 UNIDADE 4 TRANSFORMAÇÃO NA COLÔNIA</p> </div> <div data-bbox="986 1240 1362 1771"> <p>OUTRAS HISTÓRIAS</p> <p>Guerras no sertão: a resistência indígena</p> <p>No século XVII, durante a ocupação holandesa no Nordeste, os indígenas tapuias foram aliados com os novos conquistadores. Com a derrota holandesa em 1654, os tapuias se aliam para o sertão. Mesmo assim, os portugueses alegavam que esses indígenas continuavam a manter contato com os holandeses e que poderiam ajudá-los em uma tentativa de invasão. Essa alegação serviu para justificar o castigo dos indígenas da região e a ocupação de suas terras, depois que eles fossem vencidos em uma "guerra justa".</p> <p>Desde muito, a expansão da pecuária no Nordeste, impulsionada a partir da expulsão dos holandeses, ampliou os conflitos entre colonos e indígenas — no caso, os portugueses tapuias.</p> <p>Historiadores atuais consideram que esses conflitos no sertão tiveram início em 1655 e terminam aproximadamente em 1724. Podemos considerar dois grandes períodos de guerras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Guerras no Recôncavo Baiano (1653-1679) marcadas por vários períodos de cessar-fogo no Recôncavo Baiano, muitas delas lideradas por paulistas, em que colonos lutaram contra os indígenas que resistiam e despojavam defensores suas terras; há dali que partiram as primeiras tentativas de exploração do pecuário no sertão; • Guerras dos Bárbaros (a partir de 1687) causadas devido entre colonos e indígenas colonizados por todo o sertão de Pernambuco até o Ceará. <p>Os indígenas do sertão resistiram por mais de um século diante da expansão da pecuária. Porém, com o avanço dos combates, eles foram praticamente exterminados.</p>  <p>Atividades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Que argumento os portugueses utilizavam para justificar o castigo dos indígenas e a ocupação de suas terras? 2. Como você vê, a resistência indígena frente à expansão da pecuária no Nordeste durou cerca de meio século. De que maneira essa resistência se desenvolveu? E qual foi seu desfecho? Explique com base no texto acima. <p>226 UNIDADE 4 TRANSFORMAÇÃO NA COLÔNIA</p> </div> <div data-bbox="986 1771 1362 1845"> <p>De volta ao presente</p> <p>A formação do território brasileiro</p> <p>Atualmente, o Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão, com 8 547 403,3 km², atrás apenas de Rússia, Canadá, China e Estados Unidos.</p> <p>Quando se analisa o processo de formação do território brasileiro, os bandeirantes são muitas vezes mencionados como responsáveis pelo aumento das fronteiras do país. Ou, então, como heróis vitoriosos, que prevaleceram e escravizaram.</p> <p>Porém, ao reler Talvez não seja uma coisa ruim. É certo que os bandeirantes agiram pela força. Na sociedade em que viviam, sua conduta era considerada legítima por muitos. Os religiosos jesuítas discordavam dos bandeirantes e combatiam seus métodos, mas a ação jesuítica também ajudou a mudar radicalmente o modo de vida dos indígenas.</p> <p>A ocupação de vastas áreas territoriais começou no século XVI e continua até os dias atuais. Foi um processo complexo, envolvendo diversos grupos sociais e diferentes intervenções. Trouxe muitos conflitos, especialmente com os povos indígenas. Foi construído um país grande. Devemos lutar para torná-lo um grande país.</p>  <p>229 UNIDADE 13 CONDIÇÃO DOMINANTE E CONFLITO</p> </div>
<p>14-Sociedade Mineradora</p>	<p>Século XVIII</p>		

Fonte: Própria Autoria.

Agora se passa para a análise do livro do sétimo ano do ensino fundamental, nesse ano observa-se que possui um capítulo específico do livro para trazer a temática indígena. Os capítulos que abordam a temática são 1,4,5,7,10 e 13.

No capítulo que dá início ao livro “A expansão européia” mostra a presença portuguesa em diferentes partes do mundo e a criação de domínios coloniais entre os séculos XV e XVI. Na expansão ocorre a centralização e a organização do Estado português que além a expansão marítima e a conquista de domínios coloniais. Tem a experiência que eles retirariam do contato com povos e terras diferentes marcariam a própria forma de administrar os domínios, tentar converter ao catolicismo os povos nativos e fazer o comércio de acordo com regras tradicionais ou negociadas.

Primeiro texto que se trata dos povos indígenas são “Os portugueses na América”, nele é abordado da chegada dos portugueses em 1500 falando sobre os fatos da esquadra de Pedro Álvares Cabral, nome que se antecederam ao Brasil, os nativos sendo chamados de índios. A imagem que traz nesse texto e do Monumento aos Descobrimentos esse que se localiza em Lisboa (Portugal). O texto é uma descrição dos fatos que ocorreram com as informações sem nenhum estereótipo, a imagem faz jus ao texto porque foram os portugueses que colonizaram o Brasil.

Logo após vem o texto “As viagens de Colombo” fala sobre o plano de navegação e suas teorias sobre a Terra, descreve a tripulação como ele chamou os nativos de “índios” por ter acreditado ter chegado à Índia. No final fala da volta dele a Espanha e sua morte. A imagem da página e a coroa espanhola dando dinheiro à Colombo para sua expedição.

Por fim como leitura complementar “Colombo chega à América”, que mostra um relato do diário de Cristóvão Colombo das suas primeiras impressões sobre os indígenas. Ele descreve que a nudez dos povos, os cabelos, os gestos e no final que eles deveriam ser bons serviçais e habilidosos e na ideia de torná-los cristãos.

As imagens demonstradas são do monumento aos descobrimentos em Lisboa, xilogravura do descobrimento do Brasil, detalhe de tapeçaria que representa a rainha Isabel dando dinheiro a Colombo para a expedição, um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha, mapas das viagens todas as imagens tem relação com os textos.

No capítulo 4 “Conquista da América” traz a integração da América ao cenário da história mundial e a transformação resultante nos aspectos cultural e econômico. Na década de 1990 com a descoberta da América, as populações nativas foram bastante reduzidas, devido ao uso da força militar, à disseminação de doenças contra as quais os indígenas não tinham resistência e ao trabalho forçado a eles foram submetidos. Ocorre à dizimação, os

indígenas sofreram um processo de desestruturação social e cultural que resultou em grande parte da ação missionária cristã.

Inicia falando sobre os povos pré-colombianos (astecas, maias e incas) no final começa então a abordagem sobre os povos indígenas “Conquistar ou descobrir”, descreve que o Brasil teria sido conquistado ou descoberto afinal já havia nativos no território, nesse texto aborda a questão dos povos serem selvagem e atrasado em relação à civilização européia.

No próximo texto “O impacto da conquista” e “Violência física”, fala sobre o nome dos índios acaba se tornando genérico afinal existem mais de um povo indígena e depois todas as violências que os povos foram submetidos e as armas utilizadas na época.

Como informação complementar vem “A luta indígena mexicana” achei interessante o autor trazer outro povo indígena além do Brasil que também buscam por seus direitos de terras.

As imagens são: um detalhe do mural “Da conquista a 1930, do pintor mexicano Diego Rivera” e duas imagens da população indígena mexicana lutando por seus direitos também tem relação com os textos.

No capítulo 5 “Povos indígenas” vêm após a conquista a América que o assunto já foi sendo introduzido, nele aborda as semelhanças e diferenças da produção econômica nas Américas portuguesa e espanhola. Enfatiza as questões da continuidade e da ruptura mostrando modos de vida dos povos indígenas na atualidade com os que viveram no início da colonização, onde ocorre o impacto da conquista européia, que depois do choque cultural traz diferenças de alimentação, religião, formas de moradias dentre outros.

O capítulo é todo dedicado os povos indígenas além de iniciar uma nova unidade no livro chamado “Contatos e confrontos”, já de início vêm um texto com algumas questões para ser um debate entre o professor e os alunos antes mesmo de dar ao capítulo. Quando começa traz os tupis antes da conquista, que viviam no Brasil era seminômade praticavam caça, pescam e a agricultura e no fim tem um mapa mostrando a distribuição dos indígenas no Brasil no século XVI.

Continuando a temática tupi fala sobre a vida social, origem lendária, território, alimentação, antropofagia e os recursos da floresta. Textos esses que trazem informações sobre eles sem nenhum adjetivo apenas as características como as mulheres, homens, crianças, os rituais que praticavam os alimentos, a agricultura, casamento e os pajés.

Depois “Os efeitos da invasão européia” que demonstra após a chegada dos portugueses ao Brasil que tem o choque cultural sobre a língua e os costumes que os indígenas possuíam. Os europeus separam por dois grupos de tupis e tapuias. Não poderia

deixar de falar sobre as ocupações sobre as terras indígenas onde muitos indígenas foram mortos e escravizados.

As “Leis de proteção indígena” foram criadas no século XVI para proteger e reconhecer os direitos dos povos indígenas. Cita o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

Por fim no capítulo “Os indígenas hoje” onde o autor traz dados do IBGE, fala sobre os grupos indígenas existentes no Brasil e onde há mais indígenas.

Ao longo do capítulo há informações e documentos sobre “Cabral chegou”, “As doenças e o desaparecimento dos indígenas”, “A legislação portuguesa e os indígenas”, “Portugueses e indígenas”, “Os jovens nas sociedades indígenas” e a “Luta indígena no Brasil”.

As imagens complementam os textos e as informações sobre os povos indígenas, capítulo e organizado de forma prática para que os alunos percebam desde o início da colonização até atualmente como são os povos indígenas, por tantas transformações que eles passaram e ainda precisam lutar para conquistar seus direitos.

Capítulo 7 “Os primeiros povos” inicia com a extração do pau-brasil que foi uma das primeiras atividades econômicas do período colonial. Os portugueses instalam postos de comércio e de controle territorial e a travar contatos às vezes pacíficos outras vezes hostis com os indígenas.

Aparece inicial em uma informação complementar “Sabedoria indígena” onde traz um trecho do diálogo do francês Jean de Léry sobre a viagem que fez ao Brasil. E depois no tópico “Escravidão indígena” que o relacionamento dos portugueses e indígenas cada vez mais estavam em conflitos que utilizam os indígenas como mão de obra nos engenhos de açúcar. E os indígenas que possuem conhecimentos sobre o uso das plantas. A imagem é dos indígenas na América despertando a curiosidade dos europeus.

Capítulo 10 “Administração e religiosidade” é a conexão do poder estatal com a religião. A religião, que predomina no início e o catolicismo por isso ocorre vínculos com o poder estatal, mas no capítulo demonstra outras religiosidades. Já na parte de administração colonial, tem as formas de administração clássicas capitanias hereditárias, governos-gerais e Câmaras Municipais.

Aparecem na “Confederação dos Tamoios” onde além dos estrangeiros os povos indígenas resistiram à conquista portuguesa, onde queriam acabar com a escravização dos indígenas. A imagem é um ataque de portugueses e tupiniquins as cabanas tupinambás.

Como capítulo trabalha administração e religiosidade o outro momento que os indígenas têm aparecido foi na “Religiosidade indígena” apesar de pequeno o texto mostra que uma das correntes existentes até hoje é o catimbó.

No capítulo 13 “Expansão territorial e conflitos” fala sobre os bandeirantes, religiosos e militares na expansão territorial do Brasil colonial. Os acordos feitos na América entre espanhóis e portugueses que foram responsáveis pelas transformações abruptas na vida dos indígenas, principalmente por meio da escravização, da aculturação e da disseminação de epidemias.

Um dos últimos capítulos que aborda aparece com informação complementar “Perseguição indígena” onde é um trecho do documento que é uma carta do padre Antônio Vieira. Depois novamente como informação “Guerras no sertão: a resistência indígena” onde conta que durante a ocupação holandesa no Nordeste os indígenas tapuias fizeram aliança com esses novos povos. A imagem presente é da dança dos tarairiu.


O livro do sétimo ano aborda mais a temática indígena por se trabalhar a colonização da América, a formação dos Estados nacionais temas onde os povos indígenas tiveram mais presença.

CAPÍTULO 4 – A IMAGEM DO INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE OITAVO E NONO ANOS

Oitavo ano
Saber e fazer história, Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues.

Quadro 3: Demonstrativo dos trechos e localização do conteúdo no livro didático

CAPÍTULO/TÍTULO	ANO/ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	DOCUMENTO/TRECHO BIBLIOGRÁFICO/IMAGEM
1-Antigo Regime e Revolução Inglesa	Século XVI e XVIII		
2-A era do iluminismo	Século XIX e XX		
3-Industrialização e novas relações de trabalho	Século XVIII		
4-Formação dos Estados Unidos	Século XXI	Páginas 70 e 71	
5-Revolução Francesa	1789 E 1799		

6-Época de Napoleão	Século XIX		
7- Independências na América	Século XXI		
8-Independência do Brasil	Século XVIII		
9-Primeiro Reinado no Brasil	Ano 1824		
10-Novas tecnologias e expansão do capitalismo	Século XIX		
11-Europa: revoluções e unificação nacionais	Anos 1814-1815		
12-Estados Unidos no século XIX	Século XIX	Página 200	
13-Imperialismo na África e Ásia	Século XIX		
14-Período regencial no Brasil	Século XIX		
15-Segundo Reinado no Brasil	Século XIX		
16-Crise do Império brasileiro	Ano 1860		

Fonte: Autoria Própria.

No livro do oitavo ano a presença dos povos indígenas aparece nos capítulos 4 e 12.

No primeiro capítulo o 4 denominado “Formação dos Estados Unidos” a independência das 13 colônias representou a primeira experiência de separação política entre colônias americanas e metrópoles européias. Essa e outras especificidades diferenciam a colonização inglesa na América do Norte da colonização ibérica em outras partes do continente.

São duas páginas seguidas 70 e 71 “Os limites da cidadania” e “Um cotidiano de contradições”, onde fala sobre os indígenas norte-americanos também não tiveram seus direitos garantidos. Depois como informação complementar contando sobre a colonização e independência dos Estados Unidos que aparece é uma imagem de um homem indígena representando os povos indígenas que vivem nos Estados Unidos que lutam por seus direitos.

As imagens que aparecem no texto “Os limites da cidadania”, uma pintura intitulada “A ride for liberty:the fugitives slaves” representa uma fuga de uma família de escravos. Como no texto faz uma comparação com os negros colocou se também uma imagem onde tem trabalhadores negros no estado da Virgínia.

No texto de informação complementar “Um cotidiano de contradições” no texto não fala nada sobre os povos indígenas aparece mesmo é nas imagens tem um homem indígena representando os indígenas que lutam por seus direitos e depois um homem afrodescendente que também luta pelos seus direitos e pelo fim do preconceito.

E no outro capítulo 12 “Estados Unidos no século XIX”, aborda a história dos Estados Unidos no século XIX foi marcada por conflitos internos e externos. Os textos do capítulo procura deixar o lado da expansão territorial rumo ao oeste, a guerra civil e a política de intervenção na América Latina e na Ásia.

Na página 200 “Os indígenas perdem suas terras” mostra que os indígenas lutaram por suas terras, tentaram preservar sua cultura e liberdade, mas que seus conquistadores com armas de fogo e doenças contribuíram para a exterminação dos povos. Cita um exemplo de massacre ocorrido nos Estados Unidos.


Na página 200 a imagem que aparece é um chefe apache com sua família quando milhares de indígenas já haviam morrido no Oeste da América do Norte.

No livro de oitavo ano os povos indígenas aparecem incluídos em temas que envolvem os Estados Unidos e em informações complementares. E envolvem temáticas como as independências na América Latina, o domínio das grandes potências e o Brasil império.

Nono ano
Saber e fazer história, Gilberto Cotrim, Jaime Rodrigues.

Quadro 4: Demonstrativo dos trechos e localização do conteúdo no livro didático

CAPÍTULO/TÍTULO	ANO/ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	DOCUMENTO/TRECHO BIBLIOGRÁFICO/IMAGEM
1-Nasce a República	Ano 1889		
2-Vida política e economia	Anos 1889-1930	Páginas 28 e 29	
3-Revoltas na Primeira Republica	Século XIX		
4-Primeira Guerra Mundial	Século XX		
5-Revolução Russa	Século XX		
6-Crise	Século XX		

capitalismo e regimes totalitários			
7-Segunda Guerra Mundial	Século XX		
8-Os primeiros anos da Era Vargas	Anos 1930-1937		
9-Estado Novo	Anos 1937-1945		
10-A Guerra Fria	Século XX		
11-África: das independências	Século XX		
12-Ásia: das independências aos dias atuais	Século XIX		
13-Oriente Médio: conflitos árabe-israelenses	Século XIX		
14-Democracia e populismo no Brasil	Anos 1945-1964		
15-Ditadura militar no Brasil	Anos 1964-1985		
16-Crise do socialismo autoritário	Século XX		
17-As faces da globalização	Século XX		
18-Brasil contemporâneo	Século XXI	Página 311	

Fonte: Autoria Própria.

Por fim no último livro da coleção traz os povos indígenas em apenas dois capítulos 2 e 18.

O capítulo 2 “Vida política e economia (1889-1930), trabalha então a Primeira República foi marcada pelo conservadorismo, nesse período ocorreram transformações em diferentes campos o trabalho que era realizado por homens e mulheres, e a economia diversificou embora o café ainda fosse como principal produto brasileiro e por fim nas artes que expressaram as mudanças sociais e econômicas.

O texto se inicia na página 28 e termina na página 29 “Os indígenas” conta os direitos criados na SPI (Serviço de Proteção dos Índios) foi dirigido pelo militar Cândido Rondon. Tem um trecho do texto do “Instituto Socioambiental” falando da SPI sobre a proteção dos índios. A imagem e do Cândido Rondon reunido com os indígenas.

No capítulo 18 “Brasil Contemporâneo” é um período de transição entre a ditadura militar e a redemocratização no Brasil onde é marcado por grandes movimentos populares.

Aparece com informação complementar “Indígenas e participação política” descrevendo sobre a FUNAI com dados dos povos indígenas com trecho da participação dos povos indígenas no cenário político brasileiro, retirado do Instituto Socioambiental. E outro trecho da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia legal) que é uma carta de reflexão para eleitores indígenas. A imagem aparece no texto de um indígena Xavante segurando um título de eleitor.

O livro do nono ano mais direcionado para a construção da república no Brasil e onde aparece a temática indígena, depois passa a focar na primeira guerra e revolução, totalitarismo e segunda guerra mundial, o pós-guerra e seus conflitos Era Vargas, da democracia a ditadura militar e por fim a era da globalização que os povos indígenas voltam a aparecer no Brasil contemporâneo com a inclusão dos povos indígenas nas eleições.

Podemos observar que mesmo após a lei estar em vigor à coleção “*Saber e fazer História*” aborda muito pouco sobre a temática indígena apenas no livro do sétimo que a temática tem maior embasamento teórico, nos outros aparece com informações complementares. Ainda falta mais sobre os povos indígenas.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar a inserção do conteúdo temático sobre os povos indígenas nos livros de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, *Saber e Fazer Historia*, notou-se que nos volumes do 6º e 7º anos as mesmas são trabalhadas, mas denotam claramente um ponto de vista europeu, como é o caso do volume do 7º ano que aborda o escambo, como um modo amistoso de se tentar um bom relacionamento dos civilizados europeus, com os selvagens indígenas. Observa-se implicitamente que neste conteúdo passa-se uma visão de que europeus são os responsáveis por se aproximar de maneira amigável alimentando a imagem de estrangeiro pacífico.

Nos volumes dos 8º e 9º ano, o conteúdo sobre os povos indígenas são vagamente citados. Até mesmo nas passagens importantes da história, como é o caso dos movimentos sociais brasileiros, como por exemplo, a Cabanagem, movimento em que os povos indígenas tiveram uma participação significativa, mal se fala deles. No volume do 8º ano, restringiu o tema indígena à Independência dos Estados Unidos. Com isso, houve praticamente um descarte da temática indígena deste volume.

Quando não se ensina o real significado dos povos indígenas, cria-se e perpetua-se sobre o índio uma visão reduzida, de insignificância e de invisibilidade. E se sobrepujar esta visão estigmatizada fornece uma evolução no conhecimento da diversidade étnica indígena e o lógico respeito ao modo de vida e cultura desse povo, que então passam a ter sua cultura conhecida e respeitada como uma expressão cultural existente em distintos lugares no mundo.

Espera-se que embora os livros didáticos tenham sido reformulados após a inovação legal que garante o estudo de tais temáticas na escola, muitos conteúdos ainda necessitam ser repensados e melhorados. Sendo que também é importante a ênfase deste conteúdo na formação dos professores, para que se forme uma base sólida e adequada de conhecimento a ser passado.

Nesse contexto, há a notória necessidade de melhoria no conteúdo dos livros didáticos para que desempenhem uma adequada influência ideológica, para não fomentar visões deturpadas dos índios. E ao harmonizar-se os modos de representatividade acredita-se que grandes paradigmas serão abolidos dentro da temática.

Instituir conteúdos obrigatórios por meio da legislação pode parecer à primeira vista um tanto arbitrário, mas as leis também têm sua história. No âmbito da educação, a lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, tornou obrigatório o estudo da história e cultura indígena, com conteúdos que devem ser ministrados em todo currículo escolar.

Assim como no caso dos afrodescendentes a instituição de leis não resolve todos os problemas. Ainda hoje, os povos indígenas enfrentam um cotidiano de discriminação, adversidades e, não raro, situações de violência extrema por partes de grupos que pretendem tomar suas terras. A intenção da lei é tentar combater preconceitos e estereótipos e passar a valorizar a diversidade, na certeza de que a espécie humana é uma só, e de que a história somos nós quem construiu.

O ofício do historiador tem uma dimensão social muito grande, ajudam a formar gerações de cidadãos, despertarem cada vez mais o interesse sobre nossa história especialmente a do Brasil que é nosso país, focando nas classes consideradas minorias (negros, indígenas, mulheres) que muitas das vezes esquecidos pela história.

Presente trabalho teve objetivo de falar de uma dessas classes consideradas minorias que são os povos indígenas, o livro ainda traz aquelas palavras “selvagem”, “povos atrasados”, mais ao menos tempo mostram muitas informações sem criar estereótipos com fontes de documentos, mostrando como os povos indígenas eram descritos pelos colonizadores e viajantes que vieram ao Brasil.

O livro trouxe informações dos povos indígenas bem fundamentadas infelizmente a temática indígena ainda é mais falada e trabalhada dentro de sala de aula no livro do sétimo ano, no sexto, oitavo e nono veio em poucos momentos em apenas textos com informações complementares e em outros momentos com textos curtos e poucas informações.

Como exemplo pode-se citar o livro de sétimo ano onde na página 176 em apenas dois parágrafos colocaram a religião indígena como o catimbó não pode esquecer que os povos indígenas possuem crenças e rituais dos quais eles praticam. Outro momento que podemos citar no livro do nono ano na parte da primeira república citar pouco sobre os povos indígenas citando a política de administração dos índios.

Ainda há muito que se complementar nos livros didáticos informações sobre esses povos que fazem parte da construção da história do nosso país.

FONTES

COTRIM, Gilberto. **Saber e fazer história**, Gilberto Cotrim, Jaime Rodrigues. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria R. Celestino. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BANIWA, Gersem dos S. L.. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006.

BAZILLI e SILVA, Rosemberg. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a10v29n1.pdf>. Acesso em 20 ago de 2018.

BITTENCOURT, Circe F. Histórias das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. PEREIRA, Amílcar Araújo e MONTEIRO, Ana Maria (orgs) Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

BRASIL. **Guia dos livros didáticos: PNLD 2014: história: ensino fundamental: anos finais.** Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/historico>.

BRASIL. Guia dos livros didáticos: PNLD 2014: história: ensino fundamental: anos finais. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/historico>. Acesso em 12 nov. de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC / SEF, 1998.

BRASIL. MEC. **Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content. Acesso em 16 set. 2018.

BRASIL. **Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=24>. Acesso em 30 set. 2018.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras: SMC/SP: FAPESP, 1992.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). Legislação Indigenista no século XIX: uma compilação, 1808-1889. São Paulo: Edusp; CPI-SP, 1992. GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990).** Bauru, SP: EDUSC/Belo Horizonte, MG: EDUFU, 2004.

HALL, Stuart. Cultura e representação. PUC-Rio: Apicuri, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/25714/20809>. Acesso em

LIMA, Antonio Carlos de Souza e BARROSO- HOFFMANN, Maria (orgs). **Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil. Políticas públicas de ação**

afirmativa e direitos culturais diferenciados. Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional/Faperj/CNPq, 2004 (impresso em 2007).

MIRANDA, Claudia; LINS, Mônica Regina F.; COSTA, Ricardo C. Rocha. **Relações étnico-raciais na escola: desafios teóricos e práticas pedagógicas após a Lei 10.639**. Rio de Janeiro: Quarter: Faperj, 2012.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Unicamp. Campinas, agosto de 2001.

_____. **As ‘Castas de Gêntio’ na América Portuguesa Quinhentista. Unidade, Diversidade e a Invenção dos Índios no Brasil in Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Unicamp. Campinas, agosto de 2001.

_____. **Os índios na História do Brasil no século XIX. Da invisibilidade ao protagonismo**. Revista História Hoje, v.1, nr.2, p.21-39, 2012.

_____. Etnicidade e nacionalismo no século XIX in **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.136-161.

OLIVEIRA, J. P. (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. 1a ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: UFRJ/Marco Zero, 1987.

OLIVEIRA, João Pacheco & Rocha Freire, Carlos Augusto da. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: SECAD/MEC; UNESCO; LACED/UFRJ, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004372.pdf>. Acesso em: Acesso em 16 set. 2018.

_____. **Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

OLIVEIRA, Teresinha S. de. Olhares que fazem a ‘diferença’: o índio em livros didáticos e outros artefatos culturais. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/fev/mar/abr, 2003.

SANTOS, Lorene dos. Ensino de História e a Lei 10.639/03: diálogos entre campos de conhecimento, diretrizes curriculares e os desafios da prática. **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v.12, n. 17, 2º sem. 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/viewFile/2011v12n17p59>. Acesso em 18 ago. de 2018.

SILVA, Paulo V. B.. **Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de, BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista I**. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2002.

_____. (Orgs.). **Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II.** Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2002.

_____. (Orgs.). 2002c. **Além da Tutela: bases para uma nova política indigenista III.** Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2002.

_____. **História, Cultura e Política Indígena.** Fundação Nacional do Índio
Disponível em: <http://www.funai.gov.br/>.

ANEXOS

OUTRAS HISTÓRIAS

Uma nova maneira de registrar a história indígena

Você sabia que diversos povos indígenas no Brasil vêm filmando sua própria história? É o que fazem os cineastas indígenas formados por um projeto criado em 1987 que estimula esse tipo de registro.

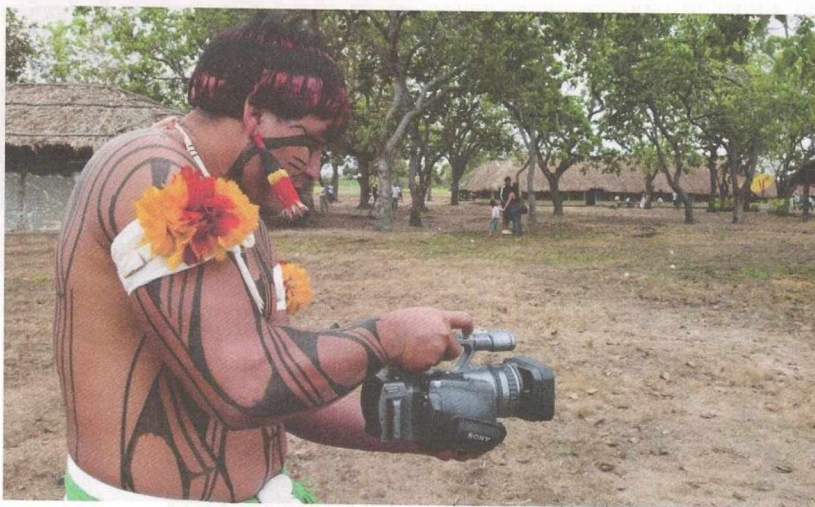
Desde o início de sua criação, o projeto organiza oficinas de imagem em mais de cem aldeias em diversos estados do país. As oficinas funcionam como escolas de cinema. Ao longo dos anos, foram implantados centros de produção e edição de vídeo nas aldeias participantes.

Atualmente, há cerca de 70 documentários produzidos pelos indígenas, disponíveis em <http://www.videonasaldeias.org.br/2009>. As obras apresentam relatos, histórias tradicionais orais contadas pelos mais velhos, práticas cotidianas das aldeias,

relação com os recursos naturais e estratégias de preservação ambiental, entre outros assuntos:

“Para os próprios indígenas, os vídeos têm um efeito de resgate e valorização de temas e mitos. [O criador do projeto chamado Vídeo nas aldeias, Vincent Carelli] conta o episódio de um grupo de jovens que entrevistam o homem mais velho da aldeia e se espantam de ouvir histórias que até então desconheciam. E o ancião responde: ‘Vocês nunca me perguntaram’.”

Livro comemora 25 anos de projeto que une índios e o cinema. *UOL*, 28 dez. 2011. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2011/12/28/livro-comemora-25-anos-de-projeto-que-une-indios-e-o-cinema.jhtm>>. Acesso em: 4 jan. 2012.



Homem do povo Kamayurá utiliza câmera para filmar evento no Parque Indígena do Xingu. Fotografia de 2011. Hoje, vários povos indígenas procuram registrar sua história utilizando-se de diferentes tecnologias.

Atividades

1. O texto mostra uma maneira diferente utilizada por alguns povos indígenas do Brasil para registrar sua própria história. Que maneira é essa?
2. De modo geral, que assuntos são tratados nos vídeos realizados pelos indígenas?
3. Em sua opinião, os vídeos produzidos pelos próprios indígenas podem servir como fonte para os historiadores? Por quê?
4. De acordo com o texto, qual é o significado dos vídeos para os indígenas?

De volta ao presente

Ação humana e meio ambiente

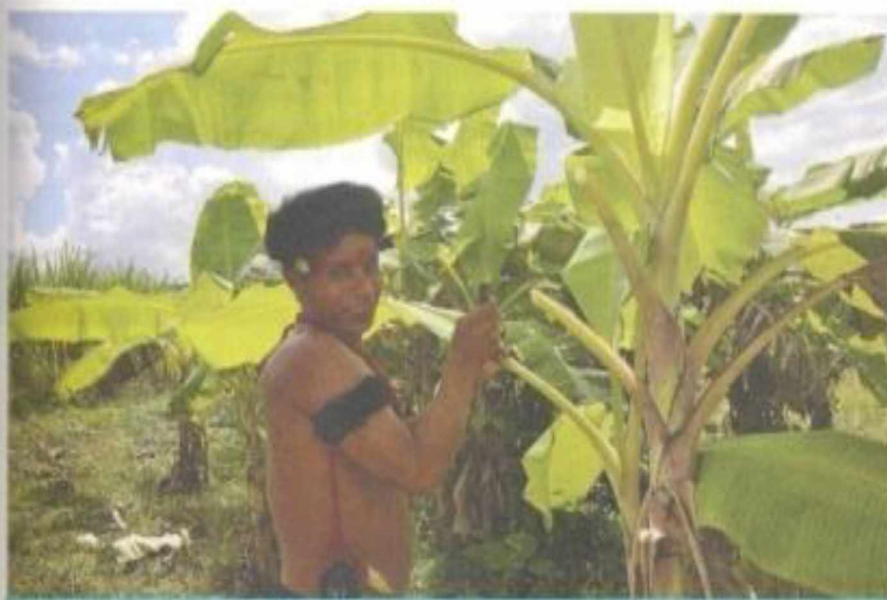
Ao longo deste capítulo você conheceu algumas hipóteses que os estudiosos lançaram sobre diferentes temas, como o povoamento da América, o uso de certos instrumentos e técnicas e os significados da arte.

Agora você já deve ter entendido por que as hipóteses são suposições admissíveis ou formulações provisórias, que podem ser tanto demonstradas quanto modificadas a partir de novas evidências, pistas e novas pesquisas.

Buscar pistas, formular hipóteses e comparar modos de vida de sociedades que viveram em tempos e lugares diferentes são atividades relacionadas à construção do conhecimento histórico. O filósofo Kierkegaard dizia que a vida só podia ser vivida olhando-se para a frente, mas só podia ser compreendida olhando-se para trás. O conhecimento histórico é o instrumento dessa compreensão.

É o caso, por exemplo, da floresta Amazônica como a conhecemos hoje. Para alguns pesquisadores, especialmente a arqueóloga estadunidense Anna Roosevelt, sua rica biodiversidade não é o resultado apenas de processos biológicos de milhares de anos. Tem muito a ver também com alguns povos pré-históricos que habitaram essa região. Segundo ela, esses povos teriam contribuído significativamente, com sua cultura, para deixar a floresta mais rica, forte e diversa por onde passaram.

Atualmente, porém, em pleno século XXI, a floresta Amazônica e suas múltiplas espécies se veem ameaçadas dia a dia por ações humanas inconsequentes, que promovem uma destruição imediata ou gradual do ambiente amazônico. Em sua opinião, como deveríamos agir a esse respeito?



Homem do povo Yanomami trabalha em plantação na região de Barcelos, no estado do Amazonas. Fotografia de 2010. Os povos indígenas vêm se destacando como parceiros na preservação ambiental e na correta utilização dos recursos da floresta.

Os portugueses na América

Em 1500, o governo português enviou uma esquadra à Índia com a intenção de criar relações comerciais sólidas com o Oriente. A esquadra partiu de Lisboa em 9 de março daquele ano, com destino a Calicute. Treze navios e cerca de 1 500 tripulantes compunham essa esquadra, incluindo navegadores experientes como Bartolomeu Dias e Gaspar de Lemos, além de padres, soldados, intérpretes e comerciantes. O comando da esquadra foi entregue a Pedro Álvares Cabral, um nobre português sem experiência em navegação. Porém, no decorrer da viagem, os navios afastaram-se bastante da costa africana, indo em direção às terras americanas. As razões desse afastamento têm sido motivo de debate entre os historiadores.

Na tarde de 22 de abril de 1500, os marinheiros portugueses avistaram terras, numa área do atual estado da Bahia, nas redondezas de Porto Seguro. A terra recebeu o nome de Vera Cruz. Mas esse nome quase não foi usado e, durante anos, os europeus chamaram o território de Terra de Santa Cruz, Terra dos Papagaios ou Brasil. O lugar era habitado por nativos que, mais tarde, passariam a ser chamados de **índios**.

O nome atual, **Brasil**, começou a ser usado nas primeiras décadas do século XVI. Esse nome foi associado à árvore **pau-brasil**. Os comerciantes de pau-brasil foram chamados de brasileiros, mas essa expressão passou a designar, com o tempo, os colonos nascidos no Brasil.

Monumento aos Descobrimentos, também chamado Padrão dos Descobrimentos, em fotografia de 2010. Esse monumento localiza-se em Lisboa, Portugal. Ele possui 50 metros de altura e foi inaugurado em 1960, nas comemorações dos quinhentos anos da morte de Dom Henrique, o Navegador (1394-1460). Sua forma é a de uma caravela estilizada. Em cada lado do monumento há estátuas de portugueses ligados ao período das Grandes Navegações, como cartógrafos e navegadores.



À Espanha e as Grandes Navegações

A navegação marítima e o comércio se desenvolviam em Portugal no final do século XV. Enquanto isso, na atual região da Espanha, os soldados cristãos aragoneses e castelhanos ainda lutavam para reconquistar dos muçulmanos a cidade de Granada, ao sul da península Ibérica. Nessa época, os reinos de Aragão e de Castela eram governados por Fernando e Isabel, respectivamente. Eles se casaram e unificaram seus reinos em 1492, dando origem à Espanha. Conseguiram expulsar os muçulmanos da península Ibérica e financiaram o projeto de navegação de Cristóvão Colombo (1451-1506). Esse navegador e comerciante nascido em Gênova pretendia chegar à Índia realizando um percurso diferente daquele dos portugueses.

As viagens de Colombo

O objetivo de Colombo era atingir o Oriente navegando para oeste, isto é, em direção ao Ocidente. Seu plano baseava-se na ideia de que a Terra era redonda, como muitos estudiosos defendiam.

Com três navios (Santa Maria, Pinta e Niña) concedidos pelos reis espanhóis, Colombo e sua tripulação partiram do porto espanhol de Palos em 3 de agosto de 1492. Em 12 de outubro, pensaram ter chegado à Índia; por isso, chamaram os habitantes da terra de índios. Mas o lugar em que as caravelas de Colombo aportaram era uma ilha no mar do Caribe, chamada pelos nativos de Guanaani e à qual os espanhóis deram o nome de São Salvador. Depois, a expedição explorou outras ilhas da região.

Colombo retornou à Espanha e, nos anos seguintes, comandou mais três viagens a São Salvador, sempre acreditando que havia chegado à Índia. Morreu sem saber que chegara a outro continente. Somente com as viagens de outros navegadores, sobretudo do florentino Américo Vespúcio, é que o engano foi esclarecido. O continente passou a ser chamado de América (em homenagem ao navegador Américo Vespúcio) ou Novo Mundo.



Detalhe da tapeçaria que representa a rainha espanhola Isabel dando dinheiro a Cristóvão Colombo para financiar sua expedição.

LER E COMPREENDER DOCUMENTO

Colombo chega à América

Leia algumas impressões registradas por Cristóvão Colombo após o primeiro contato dos navegadores espanhóis com os nativos da América.

“(...) vieram nadando até os barcos (...) onde estávamos, trazendo papagaios e fio de algodão em novelos e lanças e muitas outras coisas, que trocamos por coisas que tínhamos conosco, como miçangas e guizos. (...) Andavam nus como a mãe lhes deu à luz; inclusive as mulheres, embora só tenha visto uma robusta rapariga. E todas as que vi eram jovens, nenhum com mais de trinta anos de idade; muito bem-feitas, de corpos muito bonitos e cara muito boa; os cabelos grossos, quase como o pelo do rabo de cavalos, e curtos (...). Todos, sem exceção, são de boa estatura, e fazem gesto bonito, elegantes. (...) Devem ser bons serviços e habilidosos, pois noto que repetem logo o que a gente diz e creio que depressa se fariam cristãos: me pareceu que não tinham nenhuma religião.”

COLOMBO, Cristóvão. *Diário da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. Porto Alegre: LBPMA, 1984. p. 44-45.



Reprodução de xilogravura representando Colombo ao desembarcar na América. Página de texto de *La lettera dell'isola che fu trovata nuovamente il re di Spagna* — brochura de quatro folhas que traz a tradução da primeira carta de Cristóvão Colombo. Obra de Gabriele Belli, Florença, 1493, que hoje se encontra no Museu Britânico, em Londres.

Atividades

- Encontre no texto as palavras que correspondem aos significados a seguir:
 - Altura de um ser vivo.
 - Esferas ocas de metal, com pequenos furos e objetos em seu interior, que, ao serem sacudidas, produzem som.
 - Aqueles que são jeitosos, que têm habilidades.
 - Pequenas contas de vidro.
 - Mulher jovem, moça.
 - Forte, que revela boa saúde.
 - Trabalhadores, que prestam serviços.
- Nos textos que escreveram, Colombo (acima) e Carinha (p. 26) mencionaram a religião. Identifique trechos sobre esse assunto nos dois documentos e compare-os. Depois, responda: o que os europeus pensavam a respeito da vida religiosa dos nativos? Como pretendiam agir com relação a isso?
- Observe a imagem acima, que representa a chegada de Colombo à América. Depois, converse com seus colegas e responda:
 - Qual é o nome do autor e a data em que a xilogravura original foi feita?
 - O que mais chamou sua atenção nessa figura?
 - Como estão representados os grupos de pessoas?
 - Na sua opinião, qual dos grupos é mais valorizado na figura? Por quê?
 - Quem aparece na outra margem do oceano? O que está representando?
 - Agora é a vez de ser o desenhista: faça um desenho representando como você imagina a chegada de Colombo à América.

Conquistar ou descobrir?

A chegada dos europeus à América, iniciada no final do século XV, provocou impacto tanto nos indígenas quanto nos europeus. Foi um confronto entre povos de diferentes sociedades e diferentes culturas.

Durante muito tempo, foi comum o uso da expressão **descobrimento** — “descobrimento da América” ou “descobrimento do Brasil”. A intenção era referir-se à chegada dos europeus à América como um ato de uma civilização — a europeia —, supostamente mais “adiantada”, vindo tirar do estado “selvagem” uma sociedade mais “atrasada” — que seria a dos povos indígenas.

Mas essa visão vem se modificando. Atualmente, consideramos que o impacto da presença dos europeus na América pode ser estudado sob outros aspectos: a destruição dos modos de vida dos povos indígenas, o extermínio dos nativos etc. Desses novos pontos de vista, a questão não se resume a um **descobrimento**, mas, sim, ao processo de **invasão** e **conquista** da América.

A discussão sobre a utilização dos termos **descobrimento** ou **conquista** tem raízes muito antigas. Já em 1556, havia ordens do rei da Espanha proibindo o uso da palavra **conquista** e incentivando o emprego do termo **descobrimento**. Havia muitas razões para essa troca de palavras. Descobrir, necessariamente, não envolve a violência presente no ato de conquistar. Além disso, **descobrimento** é uma palavra que exalta o feito dos europeus, ignorando o que já existia no continente americano. No entanto, sabemos que a América não era um espaço vazio, que precisava ser criado ou que estava à espera de alguém para descobri-lo. A América havia sido “descoberta” desde que os primeiros seres humanos começaram a ocupá-la, muitos anos antes da chegada de Colombo e de seus comandados. Esses povos desenvolveram no continente uma rica diversidade de culturas, como vimos anteriormente.

LER E COMPREENDER DOCUMENTO

O navegador



Gravura feita no século XVI, que representa a chegada de Cristóvão Colombo à América.

Atividades

1. O que Colombo está segurando na mão esquerda?
2. Além de Colombo, nenhuma outra pessoa está a bordo da embarcação. Que explicação você daria para essa representação?
3. Na imagem, o mar está repleto de criaturas estranhas. Em sua opinião, de que se trata?

O impacto da conquista

Antes da chegada dos espanhóis, havia no continente americano mais de três mil povos diferentes. Os europeus chamavam esses povos por um nome genérico: **índios**.

A maior parte da população americana foi forçada a trabalhar para os conquistadores europeus e seus descendentes. Milhares de indígenas morreram nesse processo. Além disso, a violência da conquista e da colonização destruiu muitos registros sobre a história das civilizações do continente americano.

Vamos ver, a seguir, algumas formas de violência utilizadas na conquista da América pelos europeus.

Violência física

As armas dos conquistadores europeus eram mais eficientes e tinham maior alcance do que as dos povos americanos. Os espanhóis empregavam armas de fogo — como mosquete, arcabuz e canhão —, que usavam a pólvora como munição. Evitavam assim o combate corpo a corpo. Todas essas armas eram desconhecidas dos indígenas.

Os cavalos, muito utilizados pelos conquistadores espanhóis, lhes permitiam grande mobilidade durante os combates. Esse animal, que os povos americanos também não conheciam, era motivo de pavor.

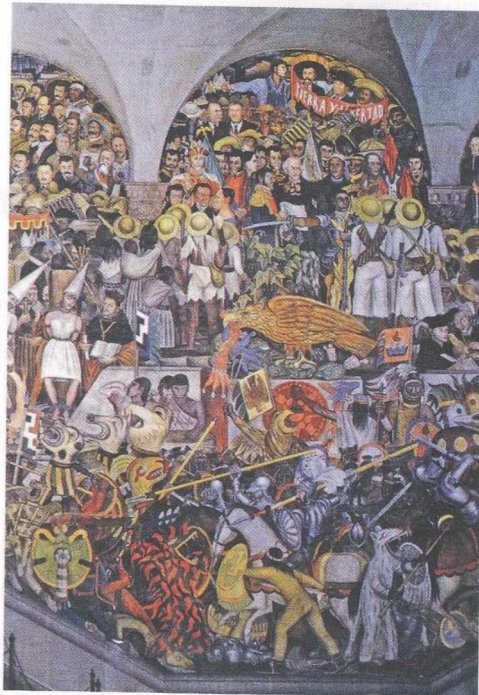
Espadas, lanças, punhais e escudos, feitos de aço e muito resistentes, davam aos conquistadores mais recursos para o ataque e a defesa. Já as principais armas empregadas pelos indígenas — arcos, flechas envenenadas, pedras, lanças, machados e atiradeiras de pedra — não se mostravam tão eficientes diante das armas europeias.

No entanto, somente a qualidade das armas não explica a vitória de espanhóis e portugueses. Afinal, os nativos americanos eram muito mais numerosos. Como explicar, então, a conquista europeia da América no século XVI?

Temos de levar em conta outros elementos importantes, como, por exemplo, as doenças contagiosas trazidas pelos europeus, entre elas o sarampo, a tifo, a coqueluche, a varíola, a malária e a gripe. O organismo dos indígenas não tinha resistência contra tais doenças, que provocaram epidemias e levaram milhões deles à morte.

Contaminados por doenças que até então não conheciam, os nativos americanos sofriam também impacto psicológico, pois muitas vezes imaginavam que as doenças fossem castigos dos deuses e, assim, entregavam-se a um sentimento de apatia e indiferença.

Além das armas e das doenças, os europeus se beneficiaram com os conflitos internos entre os povos americanos. Incas e astecas, por exemplo, dominavam povos vizinhos pela força, exigindo o pagamento de tributos e a prestação de serviços.



Detalhe do mural *Da conquista a 1519*, do pintor mexicano Diego Rivera (1886-1957), feito entre 1929 e 1935.

De volta ao presente

A luta indígena mexicana

Após a independência do México, em 1821, os indígenas e seus descendentes continuaram a lutar por melhores condições de vida e pela conquista de direitos, entre eles o acesso à terra.

Até 1992, data da comemoração dos 500 anos da chegada dos espanhóis ao continente americano, a Constituição mexicana não permitia que as terras indígenas fossem vendidas. Naquele ano, porém, essa proibição deixou de valer. Isso foi uma condição para que o México integrasse

um mercado de livre comércio com os Estados Unidos e o Canadá, conhecido como Nafta.

Dessa forma, muitos camponeses e indígenas tiveram suas terras vendidas a grandes empresas, que passaram a explorar as riquezas de regiões como o estado de Chiapas, onde havia petróleo, urânio, milho, café, energia elétrica etc. Em Chiapas vivem mais de 4 milhões de pessoas, das quais cerca de 1 milhão descende de indígenas [dados de 2005 do censo do México].



A população indígena do México vive, em sua maioria, nos estados do centro, do sul e do sudoeste do país. São mais de sessenta povos, que possuem tradições, línguas e estilos de vida diferentes. Na fotografia, protesto de grupos indígenas na cidade mexicana de Oaxaca, em outubro de 2010. Os indígenas se organizaram para pedir maior autonomia e para garantir seu direito à terra.



Na fotografia, grupo de indígenas realiza um protesto na 16ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-16). Essa conferência aconteceu entre novembro e dezembro de 2010 em Cancun, no México. Nela foram discutidos diversos temas relevantes ao nosso ambiente e ao desenvolvimento do planeta, como educação ambiental, diminuição da emissão de gases do efeito estufa, investimentos para o combate ao aquecimento global etc. Na faixa em vermelho, lê-se: "Respetem os direitos dos povos indígenas", numa demonstração de que os povos indígenas também colaboram na preservação ambiental.

Povos indígenas



Crianças Xavante na aldeia Idzo-Hurro, no estado do Mato Grosso, em 2010.

Os tupis antes da conquista

Para entender

Tupiniquins, tamoios, tupinambás e guaranis (tupis-guaranis): termos indígenas que os portugueses usaram para denominar os povos da América do Sul no início da conquista, no século XVI. Esses nomes não se referiam apenas à cultura desses povos, mas também à região onde viviam.

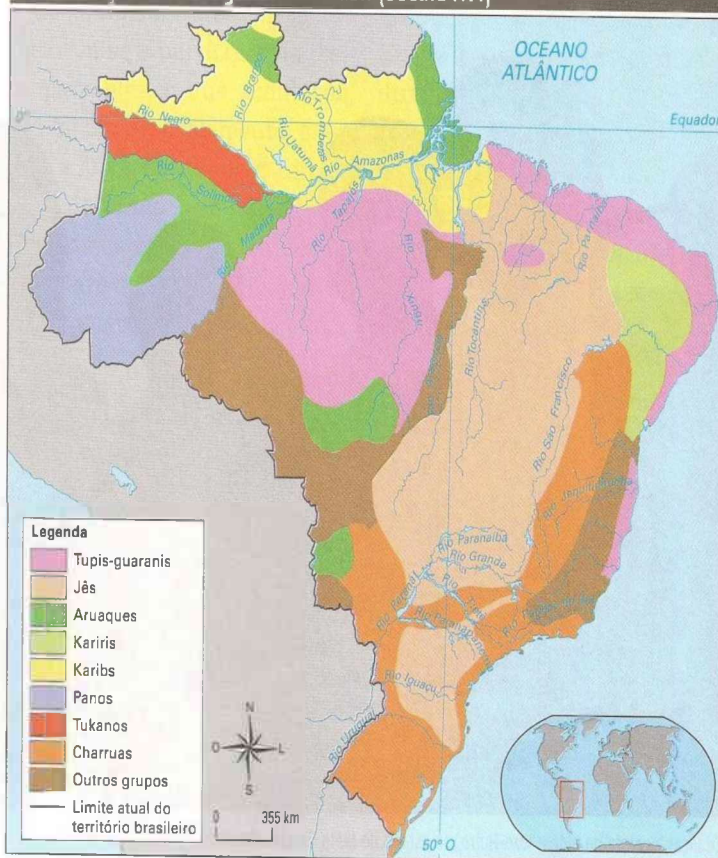
Até o ano de 1500, ninguém chamava de Brasil as terras que hoje formam nosso país. No entanto, essas terras já eram habitadas por povos que praticavam a caça, a pesca, a coleta e a agricultura. A grande maioria deles era **seminômade**, ou seja, de tempos em tempos, mudava de lugar. Essas mudanças ocorriam por vários motivos:

- a terra que um grupo cultivava se esgotava e não oferecia mais alimentos;
- os animais que eles caçavam ou pescavam se tornavam escassos na região;
- os conflitos para escolher o substituto de um chefe morto ou as lutas pela terra entre povos diferentes também eram motivos de mudança.

Dentre os povos indígenas, um dos mais conhecidos foram os tupis. Eles falavam línguas parecidas, mas se dividiam em grupos diferentes e às vezes rivais, como os tupiniquins, os tamoios e os tupinambás. Os tupis eram aparentados dos guaranis, que viviam na região platina, área que atualmente corresponde ao sul do Brasil, norte da Argentina, Uruguai e Paraguai.

O mapa a seguir mostra as áreas ocupadas por tupis e por outros povos indígenas no território que hoje compreende o Brasil, antes da chegada dos portugueses. Observe-o.

Distribuição dos indígenas no Brasil (século XVI)



Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel M. de et alii. *Atlas histórico escolar*. 8. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986. p. 12.

O território tupi

Como ocupavam quase todo o litoral, os tupis foram o primeiro grupo a ter contato com os europeus a partir de 1500. Nas terras tupi os portugueses fizeram suas primeiras plantações, vilas e cidades.

É no antigo território dos tupis que fica a área mais populosa do Brasil atual. Mas as diferenças entre a ocupação do espaço naquele período e nos dias de hoje são imensas. A maior parte da floresta foi derrubada, muitos rios foram represados ou estão poluídos e os indígenas tornaram-se minoria.

O território dos tupis era banhado pelo oceano Atlântico e cortado por vários rios. Não é de se estranhar que entre os membros desse povo houvesse navegadores habilidosos. Suas técnicas para navegar e construir barcos foram usadas pelos europeus na navegação em rios, lagos e no mar, próximo à costa.

Além de bons navegadores, os tupis também eram guerreiros. Para eles, a guerra era uma luta e um ritual que fazia parte das obrigações dos homens e não tinha como objetivo escravizar os vencidos ou exigir o pagamento de tributos. Guerreando, os homens eram respeitados.

Vida social

Para os tupis, além dos parentes de sangue, a família incluía todas as pessoas da aldeia. Em cada uma dessas aldeias moravam cerca de seiscentas pessoas, sob a liderança de um chefe e de conselheiros, como os pajés. As aldeias mantinham contato com outras, com as quais faziam alianças e trocavam produtos.

Os rapazes só podiam se casar quando tivessem capturado um inimigo da aldeia ou caçado um animal temido, como a onça. Quanto maior sua coragem, mais respeitado ele se tornava. Podia, então, se casar com mais de uma mulher.

As mulheres eram responsáveis pela **agricultura**, mas eram os homens que derrubavam e queimavam as matas onde se plantava. A caça também era tarefa masculina.

O domínio masculino aparece em algumas crenças. Quando os homens morriam, acreditava-se que iam para um lugar onde havia muita caça. Já as mulheres não iam para o mesmo lugar. Os estudiosos deduziram isso ao observar que, entre os tupis, as mulheres nunca eram enterradas em urnas funerárias. Essa prática era destinada aos homens.

A origem lendária

A importância dos homens na sociedade era reforçada pelo mito de origem dos tupis. Segundo esse mito, numa época distante, Jurupari foi o antepassado comum a todos os membros do povo. Ele teria nascido de uma mulher virgem e criado regras sobre a convivência entre homens e



Colar feito com garras de onça pelos bororos, encontrado em Mato Grosso no século XX. Para esses indígenas, quem causava a morte eram os espíritos maus, alguns dos quais tinham forma de onça.



Urna funerária tupi-guarani utilizada pelos indígenas para enterrar seus mortos. Essa urna encontra-se no município de Mata, no estado do Rio Grande do Sul.

mulheres. Por essas regras, os homens seriam guerreiros corajosos e poderiam ter várias mulheres. E somente os homens poderiam governar a aldeia.

Quando os tupis começaram a praticar a agricultura, eram as mulheres as responsáveis por essa atividade. Os homens perderam, então, um pouco da importância que tinham na hora de conseguir alimento. Assim, procuraram justificar seu domínio na sociedade por meio da origem lendária.

Para entender

Cauim (ka'wi): bebida consumida pelos povos indígenas em todo o litoral da América do Sul. Os guaranis a chamavam de *caguy*. Era feita com a mastigação e fermentação da mandioca.

Alimentação

A base da alimentação dos tupis era o milho e a mandioca, usada também para fazer **cauim**. Frutas eram coletadas na floresta e peixes e mariscos eram retirados dos rios e do mar. Já a carne de outros animais vinha da caça. As crianças também ajudavam a conseguir alimentos: elas procuravam mel, larvas de insetos e ovos de pássaros, ou então pegavam caramujos e caranguejos nos mangues.

Outro alimento consumido pelos tupis eram as saúvas voadoras (içás), capturadas quando saíam dos formigueiros. Não só os tupis apreciavam esse alimento, rico em proteína: os colonos portugueses também adotaram o hábito de comer saúvas, além de outros alimentos indígenas, para garantir sua sobrevivência na nova terra.

Além de caçar, plantar e coletar, os tupis estocavam alimentos, sobretudo farinhas de mandioca e de peixe. Estocar alimentos é uma necessidade básica dos seres humanos. Durante as guerras, por exemplo, os indígenas usavam o alimento armazenado. Os primeiros europeus que chegaram à terra dos indígenas também usaram esses estoques. Como seus navios quase nunca traziam comida suficiente para a viagem de volta, os portugueses faziam trocas com os indígenas e se abasteciam principalmente das farinhas que estes produziam.



Interior de uma moradia de índios Bororo, obra de Aimé-Adrien Taunay de 1827. Esse pintor e desenhista francês esteve no Brasil no século XIX (num período posterior ao tratado neste capítulo) e registrou aspectos da paisagem e das pessoas que observou.

Antropofagia

Outro costume de parte dos tupis era a **antropofagia**, que consistia em matar e comer um prisioneiro inimigo em cerimônias ritualísticas. Os europeus se chocaram com essas cerimônias. Ao praticarem a antropofagia, os

indígenas acreditavam que assumiam as qualidades do guerreiro sacrificado. Faziam o mesmo com a onça, animal que admiravam e temiam. Essa crença explica por que eles nunca comiam animais como o bicho-preguiça — que era lento e indefeso, algo que ninguém desejava ser.

Ao comerem a carne dos prisioneiros em cerimônias, os tupis reforçavam a solidariedade entre os membros da comunidade. Eles chegavam a manter seus prisioneiros bem tratados durante meses e os matavam na época da colheita do milho, quando produziam o cauim e convidavam pessoas de outras aldeias para a festa, em que dançavam e bebiam.

Os recursos da floresta

O conhecimento dos nativos sobre plantas e raízes tem sido aproveitado desde a época da conquista europeia. Muitos vegetais têm valor medicinal, e os conquistadores se beneficiaram disso.

Os **pajés**, que conheciam o poder medicinal das plantas, eram sacerdotes de Jurupari e, por essa razão, os jesuítas os consideravam seus concorrentes e os combatiam.

OUTRAS HISTÓRIAS

A biodiversidade e sua aplicação social

Você deve saber que muitos remédios custam caro. Mas talvez não saiba que quase a metade dos remédios vendidos no mundo é feita de plantas, fungos ou bactérias. As florestas brasileiras possuem a maior variedade de plantas, fungos, bactérias e outros seres vivos de todo o planeta. Isso se chama biodiversidade.

Quem mais conhece essas plantas são os moradores da floresta Amazônica, entre eles os indígenas. Em cada 100 metros quadrados (a área de uma casa de tamanho médio) dessa floresta, há cerca de 500 espécies de plantas e 50 mil espécies de animais, muitos deles tão pequenos que só podem ser vistos ao microscópio. Algumas

dessas espécies são conhecidas dos cientistas, mas a maioria ainda não é.

Para se ter uma ideia do valor dessas plantas, basta saber que mais de 100 remédios e outros produtos são feitos com elas. A venda de tais produtos rende às empresas e aos governos cerca de 40 bilhões de dólares todos os anos. Um bom exemplo é o jaborandi: 1 quilo de folhas dessa planta custa 1 dólar no Brasil. Das folhas, extrai-se uma substância usada para fazer xampus e um remédio que combate o glaucoma, uma doença nos olhos que pode levar à cegueira. No exterior, o jaborandi é vendido a um preço alto, gerando lucros para os laboratórios farmacêuticos.

Atividade

- Pesquise exemplos de outras plantas das florestas brasileiras que também são usadas pelas indústrias farmacêutica e cosmética. Mostre aos colegas os resultados obtidos.

Os efeitos da invasão europeia

Para entender

Tapuia: termo empregado pela primeira vez por Pero de Magalhães Gandavo, autor do livro *História da Província de Santa Cruz*, publicado em 1576. Ele usou essa palavra para se referir a um povo que habitava o lado oriental do rio Amazonas. Mais tarde, tapuia passou a designar um conjunto de povos que, apesar de diferentes entre si, apresentavam certas semelhanças aos olhos do colonizador, como a língua (que era diferente da dos tupis) e o lugar onde viviam (afastado do litoral).



Após chegarem às terras que hoje formam o Brasil, os portugueses perceberam que, apesar das diferenças, as sociedades indígenas tinham uma cultura comum. A língua e os costumes, por exemplo, variavam de uma região para outra, mas quem conhecia uma das línguas entendia o que pessoas de aldeias diferentes diziam.

Os europeus distinguiram diferenças maiores entre dois grupos, que chamaram de **tupis** e **tapuias**. Com os tupis, habitantes do litoral, mantiveram contatos mais intensos. Já sobre os tapuias, que viviam no interior, há poucas fontes de informações escritas.

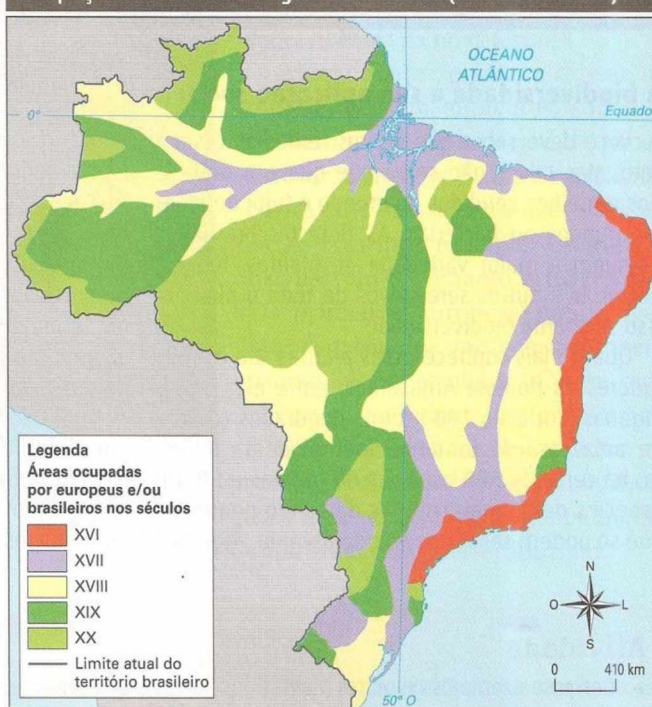
Padres europeus escreveram dicionários e vocabulários das línguas indígenas. José de Anchieta foi um deles, e seu trabalho transformou-se em um livro chamado *A arte da gramática da lingua mais usada na costa do Brasil*.

A ocupação das terras indígenas

Desde a invasão europeia, os conflitos entre europeus e indígenas foram constantes. Muitos indígenas foram mortos ou expulsos de suas terras durante o processo de colonização. Outros foram escravizados e usados como mão de obra para as primeiras atividades econômicas desenvolvidas pelos portugueses no Brasil. Mas não foi só por causa desses conflitos que grande parte da população indígena foi dizimada, como veremos na seção *Outras Histórias*, a seguir.

Aproveite para observar o mapa ao lado, que mostra o avanço da ocupação, por parte de europeus e/ou brasileiros, das terras que hoje formam o Brasil, entre os séculos XVI e XX.

Ocupação das terras indígenas no Brasil (séculos XVI-XX)



Fonte: MELATTI, Júlio Cesar. *Índios do Brasil*. 7. ed. São Paulo/Brasília: Hucitec/ Editora UnB, 1993. p. 181.

LER E COMPREENDER DOCUMENTO

Cabral chegou



Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500, tela de Oscar Pereira da Silva feita em 1922. A técnica dessa pintura é óleo sobre tela.

Oscar Pereira da Silva (1867-1939) estudou na Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro, como fizeram muitos artistas naquela época. Dentre suas obras, destacam-se pinturas para decorar igrejas e teatros no Brasil, além de quadros inspirados na história do país.

O quadro aqui reproduzido foi feito muito tempo depois da cena ocorrida em 1500. Portanto, essa pintura representa o desembarque dos portugueses da maneira como o artista concebeu a história.

Para fazer o quadro, o pintor colheu informações nos textos dos primeiros europeus que vieram ao

Brasil — como a carta de Pero Vaz de Caminha. Só que, na carta, a história é contada de um jeito diferente. Há um trecho em que se lê o seguinte:

“Quando eles vieram a bordo, o Capitão estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar muito grande no pescoço (...). E eles entraram sem qualquer sinal de cortesia ou de desejo de dirigir-se ao Capitão ou a qualquer outra pessoa presente, em especial.”

In: PRADO, João F. de Almeida (estudos e notas).
A carta de Pero Vaz de Caminha.
5. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

Atividades

1. Observe a reprodução da tela e releia o trecho da carta de Pero Vaz de Caminha. O que eles têm em comum? Quais são as diferenças? Troque ideias com seus colegas e seu professor sobre isso.
2. Agora é a sua vez de representar esse primeiro contato entre portugueses e indígenas. Faça um desenho mostrando como você imagina essa cena. Tenha a preocupação de não copiar nem se inspirar demais na tela de Oscar Pereira da Silva. Afinal, ele fez a tela em 1922, e você fará sua representação no início do século XXI. Lembre-se de que tanto o seu desenho como a tela do pintor e a carta de Caminha são documentos de épocas diferentes, que interpretam um fato com base no seu próprio tempo.

OUTRAS HISTÓRIAS

As doenças e o desaparecimento dos indígenas

“Nem todas as tribos indígenas (...) desapareceram devido aos choques armados com os brancos ou devido à escravização. Um grande número desapareceu devido à introdução, entre eles, de doenças que eram desconhecidas no seu meio. Enfermidades como gripe, sarampo, catapora (...) causaram grande perda às populações indígenas, pois (...) os organismos dos indígenas não tinham nenhuma resistência contra elas. (...)”

Nos primeiros tempos da colonização, quando os missionários reuniam índios de vários lugares num só aldeamento para facilitar a catequese, o surto de qualquer uma daquelas doenças era verdadeiramente desastroso, pois o ajuntamento de um grande número de índios facilitava o contágio. As epidemias de varíola de 1562 e 1563, na Bahia, mataram muitos índios assim aldeados.

A tuberculose talvez seja uma doença mais recente entre os indígenas. Atualmente ela os ataca com mais facilidade devido ao estado de carência alimentar em que vivem inúmeras tribos. Deve-se notar que a principal fonte de proteínas de que dispunham os índios era a carne de caça e o peixe. Ora, tanto a caça como a pesca se tornaram mais difíceis depois do contato com os brancos. Os alimentos de origem agrícola utilizados pelos indígenas são geralmente ricos em amido, não em proteínas. Além disso, os índios não consomem leite, nem ovos. A própria agricultura tende a reduzir sua variedade com o contato com os civilizados, uma vez que os índios tendem a plantar aqueles gêneros que podem ocasionalmente vender aos civilizados, abandonando aqueles menos comerciáveis.”

MELATTI, Júlio Cesar. *Índios do Brasil*. 7. ed. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora UnB, 1993. p. 182-183.



Canto noturno dos índios Bororo, obra de Aimé-Adrien Taunay produzida em 1827.

Atividades

2. Releia o texto e responda: o que mudou na vida dos indígenas depois do contato com os europeus?
3. Repare que, no último parágrafo, o autor usou duas vezes a palavra “civilizados”. Discuta o sentido em que essa palavra foi empregada no texto.

Leis de proteção aos indígenas

Várias leis foram feitas a partir do século XVI para proteger os indígenas e reconhecer seus direitos. Só que raramente essas leis foram cumpridas. A **escravidão**, por exemplo, era permitida quando feita a partir de uma “guerra justa”.

As leis escritas pelos reis de Portugal afirmavam que os indígenas não só eram livres como também os “senhores naturais das terras”. Mas a prática desmentia as leis, pois os nativos continuaram perdendo suas terras e tendo de trabalhar para fazendeiros e mineradores, entre outros exploradores.

Em 1822, quando o Brasil se tornou independente de Portugal, a situação dos direitos dos indígenas pouco mudou. Eles nem sequer foram reconhecidos como brasileiros. A formação dos aldeamentos e a expulsão continuaram no século XIX. Embora nessa época o direito dos nativos às terras tenha sido reconhecido, isso não impediu que elas fossem invadidas.

Após a Proclamação da República, em 1889, não foi muito diferente. Os indígenas não foram mencionados na primeira Constituição republicana (1891) e as primeiras medidas para garantir sua sobrevivência só foram tomadas depois de 1908. Dois anos mais tarde, o governo federal criou o **Serviço de Proteção aos Índios (SPI)**. O objetivo desse órgão era impedir que as terras indígenas fossem invadidas pelos brancos. Mas o resultado não foi muito animador: ao longo do século XX, lavouras e ferrovias ocuparam muitas áreas habitadas por indígenas no Paraná, em Santa Catarina, em Minas Gerais, no Espírito Santo e em São Paulo.

Outras leis reconheceram o direito dos indígenas à posse de terras. Em 1916, eles foram considerados relativamente incapazes e o SPI passou a representá-los. Somente em 1934 eles foram citados na Constituição.



Para entender

Guerra justa: guerra de defesa, segundo as leis feitas pelos portugueses no século XVII. Se os indígenas praticassem a antropofagia, atacassem uma vila, uma fazenda ou um aldeamento e fossem capturados durante ou depois do ataque, então podiam ser escravizados. Mas era muito fácil inventar uma “guerra justa”, dizendo que os brancos haviam sido atacados, quando na maioria das vezes o que acontecia era exatamente o contrário: os colonos europeus é que atacavam os indígenas.

A Constituição Federal de 1988 assegurou vários direitos aos povos indígenas brasileiros. Isso pode ser visto, por exemplo, no artigo 210, que diz o seguinte: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.” Na fotografia, crianças indígenas utilizam computadores em sala de aula na aldeia Guarani Tenonde Porã, em Parelheiros, São Paulo, em 2011. A imagem mostra que os povos indígenas vêm procurando, cada vez mais, ocupar espaços na educação e na utilização de novas tecnologias, ao mesmo tempo em que se empenham em preservar suas tradições.



Em 1966 o SPI foi extinto e, no ano seguinte, foi criada a **Fundação Nacional do Índio (Funai)**. Ainda hoje os indígenas são considerados parcialmente incapazes, ou seja, necessitam que um funcionário da Funai fale por eles ou os represente, pois as leis não permitem que defendam seus direitos por conta própria.

Mulher do povo Kalapalo trabalhando na secagem de farinha de mandioca em Querência, no estado do Mato Grosso, em 2009.

EM QUESTÃO

A legislação portuguesa e os indígenas

Até hoje, os estudiosos da colonização discutem o sentido das leis que os portugueses criaram para lidar com os indígenas. No século XIX, o historiador maranhense João Francisco Lisboa já apontava o quanto essas leis criavam dúvidas e ambiguidades: às vezes elas atendiam aos interesses dos colonos, outras vezes àquilo que queriam os missionários, mas quase nunca levavam em conta os interesses dos povos indígenas. Mais tarde, outros autores chegaram a conclusões semelhantes, como Caio Prado Jr. (na década de 1940) e Oscar Beozzo (na década de 1980).

O historiador Pedro Puntoni, em estudos produzidos entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, afirma que essa ambiguidade era aparente. A Coroa portuguesa esforçou-se para impedir que os colonos escravizassem os índios e tentou manter a liberdade de alguns grupos indígenas para fazer alianças contra invasores estrangeiros. Mas era preciso que os nativos se dispusessem a cumprir esse papel. Quando não o faziam, eram considerados “índios bravios” e o rei determinava seu extermínio ou escravização, mediante a guerra justa.

Já a antropóloga Beatriz Perrone-Moisés, também em estudos pu-

blicados entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, defende uma mudança na interpretação das leis indigenistas do período colonial. Em vez de serem vistas como contraditórias ou ambíguas, é preciso levar em conta a maneira como os portugueses percebiam as diferenças entre os indígenas. Segundo ela:

- havia grupos indígenas que aceitavam o domínio português e faziam alianças, como os tupis;
- havia os que eram considerados inimigos, como os tapuias;
- havia os que simplesmente foram escravizados.

Atividade

- A maneira de interpretar o passado varia de acordo com os autores e o tempo em que eles escreveram. Com base nisso, faça um resumo dos argumentos dos diferentes autores sobre a legislação indigenista colonial, situando a interpretação no tempo em que cada um escreveu.

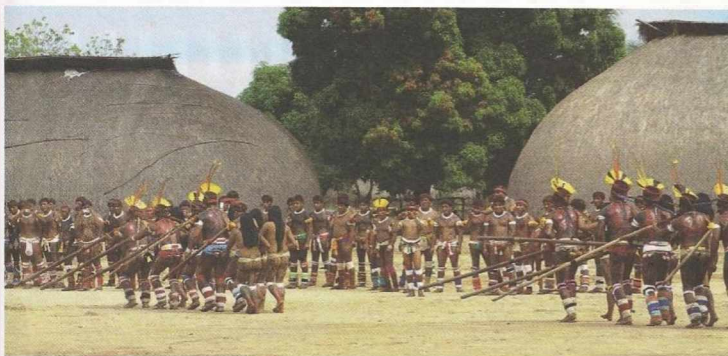
Os indígenas hoje

No começo do século XVI, havia entre 3,5 milhões e 5 milhões de indígenas de quase mil grupos ou povos diferentes vivendo nas terras que formariam o Brasil. Atualmente, os indígenas dividem-se em cerca de duzentos povos, falantes de aproximadamente 175 línguas. Essas línguas pertencem a quatro grandes grupos:

- **tupis** (entre o Amazonas e o sul do país);
- **jês** (bacia do rio Tocantins e do Araguaia);
- **caribes** (norte do Amazonas e Mato Grosso);
- **aruaques** (Amazônia ocidental e Mato Grosso do Sul).

De acordo com dados preliminares do Censo 2010, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), cerca de 817 mil pessoas se declararam indígenas no Brasil, naquele ano. Esse número mostra o crescimento da população indígena, quando comparado ao resultado do Censo 2000: naquela ocasião, 734 127 pessoas se declararam indígenas.

Ainda de acordo com dados do Censo 2000, cerca de 380 mil indígenas vivem hoje em áreas urbanas. Boa parte da população indígena brasileira vive na Amazônia — mais de 200 mil, divididos em 160 povos e representando cerca de 30% da população indígena atual.



Na fotografia, indígenas na festa em comemoração aos 50 anos do Parque Indígena do Xingu. Povo Kamayurá, 2011.

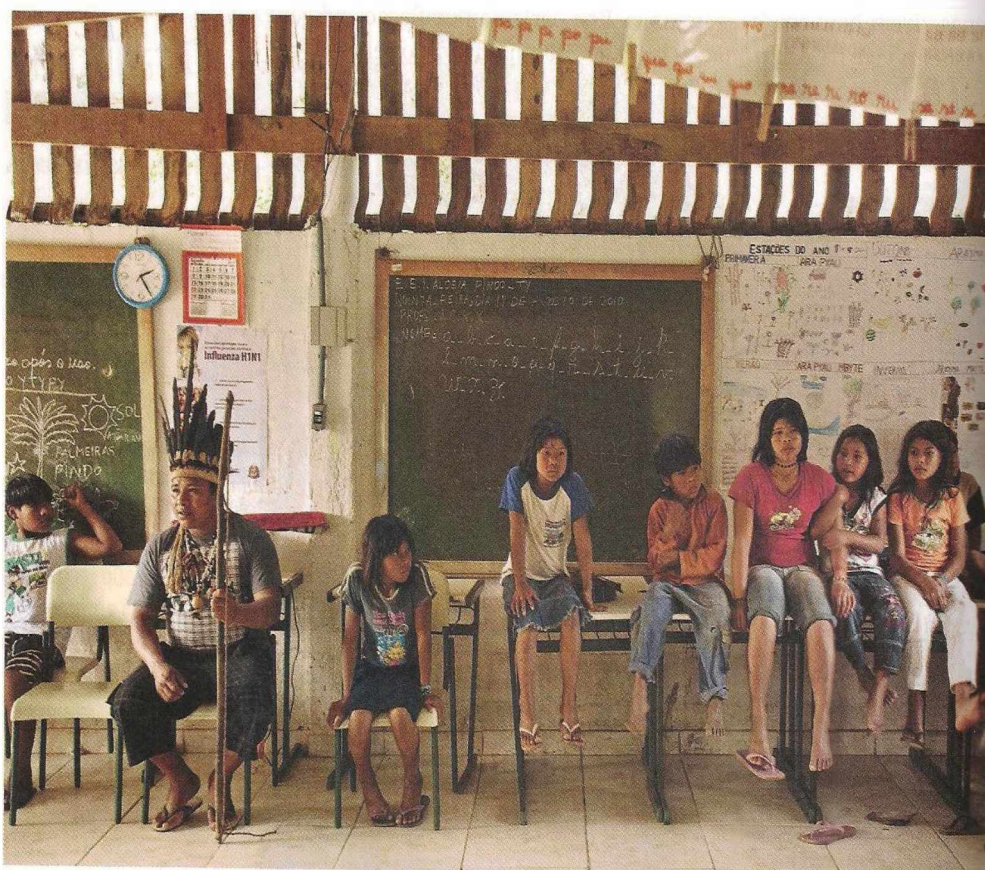


Na imagem, mulher do povo Yanomami trabalha na confecção de uma rede, no estado do Amazonas, em 2010.

Pela lei, os indígenas não têm a **propriedade** das terras demarcadas. Portanto, não podem vendê-las. Mas eles têm a **posse**, ou seja, podem morar nelas e se beneficiar da água, das jazidas minerais, dos vegetais e dos animais existentes nessas terras.

Demarcar ou definir os limites das terras não resolve todos os problemas dos povos indígenas da atualidade. Mesmo nas áreas demarcadas, os conflitos são constantes, pois as terras continuam a ser invadidas por fazendeiros, posseiros, garimpeiros, mineradores e construtores de hidrelétricas e estradas.

Muitas outras informações poderiam ser apresentadas para demonstrar que as condições em que os indígenas vivem pioraram desde 1500. Para você ter uma ideia, segundo o IBGE, a expectativa de vida média dos brasileiros em 2010 era de 73,1 anos; já um relatório publicado pela ONU em 2010 dizia que, na maior parte dos países, a expectativa de vida dos indígenas era bem menor que a da média da população não indígena: cerca de 20 anos a menos (ou seja, 53 anos, no caso do Brasil). Apesar de tudo, a população indígena vem crescendo nos últimos anos. Isso significa que o número de crianças nessas sociedades tem aumentado.



A educação escolar indígena vem recebendo cada vez mais atenção do poder público; o objetivo é organizar um sistema que atenda às necessidades dos povos, respeitando seu modo de vida. O Censo escolar de 2005 identificou cerca de 2 300 escolas indígenas no país. Em muitas delas, as aulas são ministradas na língua indígena; em outras, as aulas utilizam também a língua portuguesa. Na fotografia, estudantes em escola indígena em Querência, no estado de Mato Grosso, em 2009.

LER E COMPREENDER DOCUMENTO

Portugueses e indígenas

A seguir, você vai ler três documentos que apresentam visões sobre o indígena em diferentes momentos históricos.

Documento 1

Os portugueses enfrentaram a resistência dos indígenas. Estes faziam alianças entre si para combater os portugueses. O trecho a seguir, escrito por um homem branco que viveu no século XVI, é um registro desse tipo de aliança, realizada entre os indígenas para enfrentar os invasores.

“(...) São os tamoios e (...) tupiniquins há quinze anos a esta parte que sempre matam no sertão homens brancos (...) e não satisfeitos com isto não lhes fazendo a gente desta capitania mal nenhum quebraram as pazes que conosco tinham e se ergueram e vieram sobre esta vila e a tiveram a cerco certos dias, (...) destruindo os mantimentos e matando e levando alguns homens brancos e escravos e (...) muito do gado (...).”

Requerimento a Estácio de Sá, 2 de maio de 1564. In: *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1945.

Documento 2

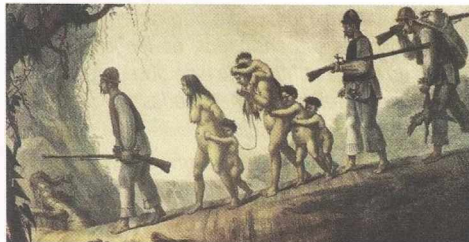
A maioria dos indígenas não vive mais como na época da conquista portuguesa. Muitos adotaram costumes dos brancos. Isso, porém, não impede que eles sejam vistos com preconceito. Leia as palavras de Karáí Katu, um guarani que vive em São Paulo.

“As pessoas olham a gente nas feiras, usando estas roupas e sapatos e olham como se não fôssemos mais Guarani. Como se a gente tivesse

perdido nossa cultura. Eles não percebem que, por dentro, a gente continua o mesmo Guarani.”

Depoimento de Karáí Katu, da aldeia de Itatins, município de Itariri (SP). Disponível em: <<http://www.baraoemfoco.com.br/historia/projeto/povoguarani.html>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

Documento 3



Soldados índios de Curitiba escoltando selvagens, obra do pintor francês Jean-Baptiste Debret, do século XIX. As mulheres e as crianças indígenas parecem europeias no formato do corpo e no corte de cabelo.

Com base na observação da figura acima, pediu-se a alunos guaranis que fizessem um novo desenho e escrevessem um texto sobre a situação representada. Um dos alunos escreveu o seguinte:

“São duas mulheres presas carregando (...) crianças que estão chorando de fome, e (...) soldados que estão acompanhando. Elas estão presas. Elas conversam:

— Puxa, a gente devia ter ouvido o cacique. Agora, a gente está presa e nenhum parente nunca mais vai saber o que aconteceu com a gente. A gente está presa porque não ouviu o cacique.”

ZAMBONI, Ernesta. Representações e linguagens no ensino de História. *Revista Brasileira de História*. Ano 18, n. 36, 1998. p. 94.

Atividades

- O documento 1, do século XVI, trata da guerra que os indígenas fizeram contra os moradores de um povoado português.
 - Qual é sua opinião a respeito dos argumentos usados pelo homem branco?
 - A versão dos indígenas não foi contada. Por quê?
- Depois de ler a frase de Karáí Katu, no documento 2, reflita e responda: a cultura de um povo aparece apenas no modo de se vestir? De que outros modos ela se manifesta?
- Como você interpretaria o texto escrito pelo aluno guarani, no documento 3?

OUTRAS HISTÓRIAS

Os jovens nas sociedades indígenas

“*Nas sociedades indígenas, a organização do trabalho se baseia na divisão das tarefas por sexo. As crianças, desde cedo, aprendem a lidar com essa regra em suas brincadeiras e pequenas tarefas. (...)*

Os jovens devem exercer e dominar as tarefas próprias de seu gênero, masculino ou feminino, e de sua idade. As atividades que irão desempenhar na vida adulta lhes são ensinadas, ao longo dos anos, através do acompanhamento e da observação da realização das tarefas desempenhadas por seus pais, prestando-lhes também ajuda.

As principais atividades do universo feminino a serem aprendidas pelas meninas, que as exercerão plenamente quando adultas, consistem basicamente na plantação, colheita e conservação da roça, transporte de lenha e preparo dos alimentos, preparação das bebidas fermentadas, fiação do algodão, confecção de redes, cerâmica e educação das crianças.

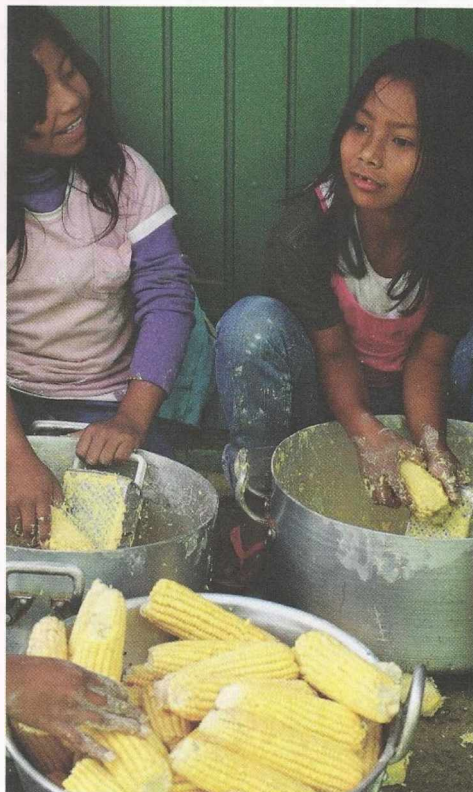
As principais atividades do universo masculino a serem aprendidas pelos meninos, que as exercerão quando adultos, são basicamente preparo do terreno para o plantio, caça, confecção de arco e flecha, cestaria, confecção de enfeites plumários, construção de casas. Em geral, as atividades ligadas à pesca com timbó são realizadas por ambos os sexos.

O período de reclusão ritual a que são submetidos os jovens de ambos os sexos varia em cada sociedade. Esse período marca o término do que é considerado como adolescência, nas sociedades indígenas, que para as meninas acontece, geralmente, quando vem a primeira menstruação.

Ao atingir a puberdade, os jovens do sexo masculino e feminino devem se dedicar a aprimorar as técnicas de seus afazeres, pois estarão aptos para o

casamento e, portanto, para a vida adulta, tendo-se completado o processo de socialização. (...)”

Socialização das crianças. Museu do Índio (Funai). Disponível em: <http://www.museudoindio.org.br/template_01/default.asp?ID_5=33&ID_M=118>. Acesso em: 13 jun. 2011.



Meninas indígenas da aldeia guarani Tenonde Porã, no estado de São Paulo, em 2011. Elas estão auxiliando os adultos na preparação do milho.

Atividades

1. Pesquise em um dicionário as palavras do texto que você desconhece. Depois releia o texto.
2. Segundo o texto, quais são as atividades dos jovens nas sociedades indígenas?
3. Pense na educação que você recebe em sua casa e na escola. Quais são as semelhanças e as diferenças entre essa formação e a de crianças e jovens nas sociedades indígenas?

De volta ao presente

A luta indígena no Brasil

Em protesto contra a festa dos 500 anos do descobrimento do Brasil, em abril de 2000, os indígenas fizeram um movimento diferente. Representantes dos povos indígenas saíram de vários pontos do Brasil em direção à Bahia. Queriam mostrar aos outros brasileiros que os indígenas contavam a história de outra forma.

Milhares de indígenas e outros grupos excluídos concentraram-se em Coroa Vermelha, perto de Porto Seguro. Quando tentaram protestar contra a festa oficial, foram impedidos pela polícia. Muitos foram presos e outros se machucaram no confronto.

Essa história pode nos fazer refletir sobre o que acontece com os nativos desde que a terra deles foi invadida pelos europeus, em 1500.

Aliás, o nome índios, dado pelos europeus aos povos que viviam na América, não deve servir como pretexto para esconder as diferenças que existem entre eles. Assim como os brasileiros são diferentes de outros povos, os indígenas são, ao mesmo tempo, brasileiros e diferentes entre si, na língua, nos costumes e na maneira de entender o mundo.



Confronto entre um indígena terena e policiais militares do estado da Bahia, durante as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, em Porto Seguro. Fotografia de 22 de abril de 2000.

LER E COMPREENDER DOCUMENTO

Sabedoria indígena

Os indígenas estranhavam o fato de os brancos levarem tanta madeira da floresta. Sobre esse assunto, leia a seguir o trecho de um diálogo entre um tupinambá e o francês Jean de Léry, publicado em 1558.

Jean de Léry (1534-1611) foi cronista e viveu entre os indígenas. Sobre o tupinambá com quem ele conversou, é possível perceber que em seus argumentos há muita sabedoria.

“Os nossos tupinambás muito se admiram dos franceses e outros estrangeiros se darem ao trabalho de ir buscar o seu arbutã. Uma vez um velho perguntou-me: Por que vindes vós outros, mairs e perôs [franceses e portugueses], buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra? Respondi que tínhamos muita mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos (...) mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e suas plumas.

Retrucou o velho (...): e porventura precisais de muito? — Sim (...), pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras,

espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados (...). Mas esse homem tão rico de que me falas não morre? — Sim (...), morre como os outros.

(...) E quando morrem para quem fica o que deixam? — Para seus filhos se os têm (...); na falta destes para os irmãos ou parentes mais próximos. — Na verdade, continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, agora vejo que vós outros (...) sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos (...) e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois de nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados.”

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980. p. 169-170.



Os indígenas da América despertaram a curiosidade dos europeus. Em 1550, cinquenta tupinambás viajaram em navios franceses até Rouen, na França, onde apresentaram um espetáculo para o rei e os nobres mostrando como caçavam, dançavam, faziam o escambo e a guerra. Muitos desses indígenas não voltaram mais para sua terra. Anos mais tarde, o calvinista Léry escrevia seu relato sobre os tupinambás e ressaltou que os europeus também eram ferozes quando se tratava de fazer a guerra. Imagem representando indígenas na França, produzida em 1550.

Atividades

1. O texto reproduz um diálogo. Quem participa desse diálogo?
2. Quem narra o diálogo? Em que livro ele foi publicado? Quando?
3. Por que o tupinambá estranhou a necessidade dos portugueses de tirar tanta madeira das florestas?
4. Que diferenças o diálogo revela entre o modo de vida europeu e o modo de vida indígena?

Escavidão indígena

O relacionamento entre portugueses e indígenas gerava cada vez mais conflitos, conforme os índios resistiam a atender aos interesses dos europeus. Para obter o trabalho indígena, os portugueses usavam da violência e da escravidão. A escravização dos indígenas intensificou-se a partir da metade do século XVI, quando os colonos precisaram de mais mão de obra para produzir açúcar.

O governo de Portugal tentou garantir a liberdade indígena, mas os colonos contornavam a situação fazendo a chamada “guerra justa” (re-tome a definição de “guerra justa” no capítulo 5). Várias dessas guerras marcaram a conquista do território entre os séculos XVI e XIX. Foi o caso, por exemplo, das guerras contra os povos caetés, tupinambás, carijós, tupiniquins, guaranis, tabajaras, botocudos e potiguares.

Nos séculos XVI e XVII, indígenas escravizados trabalhavam nas plantações de cana-de-açúcar do litoral. Mas a escravização alcançou outras regiões e teve outras finalidades. Nativos foram escravizados em São Paulo, no Maranhão e no Pará, por exemplo, para trabalhar na agricultura (trigo e cana-de-açúcar) e na extração das “drogas do sertão” (guaraná, cravo, castanha, baunilha, plantas aromáticas e medicinais). Os indígenas escravizados também trabalharam no transporte de mercadorias.

Além da mão de obra, os indígenas eram úteis aos portugueses porque tinham conhecimentos sobre o uso de plantas, fibras e madeiras que interessavam à colonização.

EM QUESTÃO

Escambo, escravidão e riquezas

Os europeus faziam trocas com os indígenas. A princípio, davam objetos de pouco valor e recebiam toras de pau-brasil. Mas, a partir de 1530, os colonos portugueses passaram a dar armas de fogo, cavalos e equipamentos de guerra para obter de alguns povos indígenas outras mercadorias muito úteis naqueles tempos. Uma dessas “mercadorias” eram escravos indígenas.

A partir da conquista europeia, os nativos armados pelos portugueses começaram a guerrear com povos rivais e passaram a escravizar os vencidos nas guerras. Escravos indígenas eram fornecidos aos colonos. Assim, o escambo deixou de ser uma simples troca de bugigangas por pau-brasil, como nos primeiros anos da colonização.

Para alguns historiadores, o

escambo não foi inventado pelos portugueses, já que os indígenas faziam trocas entre si antes da conquista europeia. Outros entendem que as trocas foram introduzidas pelos portugueses e estavam ligadas ao mercantilismo. Mesmo sem ter consciência disso, os nativos americanos foram usados para concentrar riquezas nas mãos dos Estados e dos comerciantes europeus.

Atividades

1. Explique as modificações pelas quais o escambo passou ao longo do século XVI.
2. Qual é a principal divergência entre os historiadores com relação ao papel do escambo?

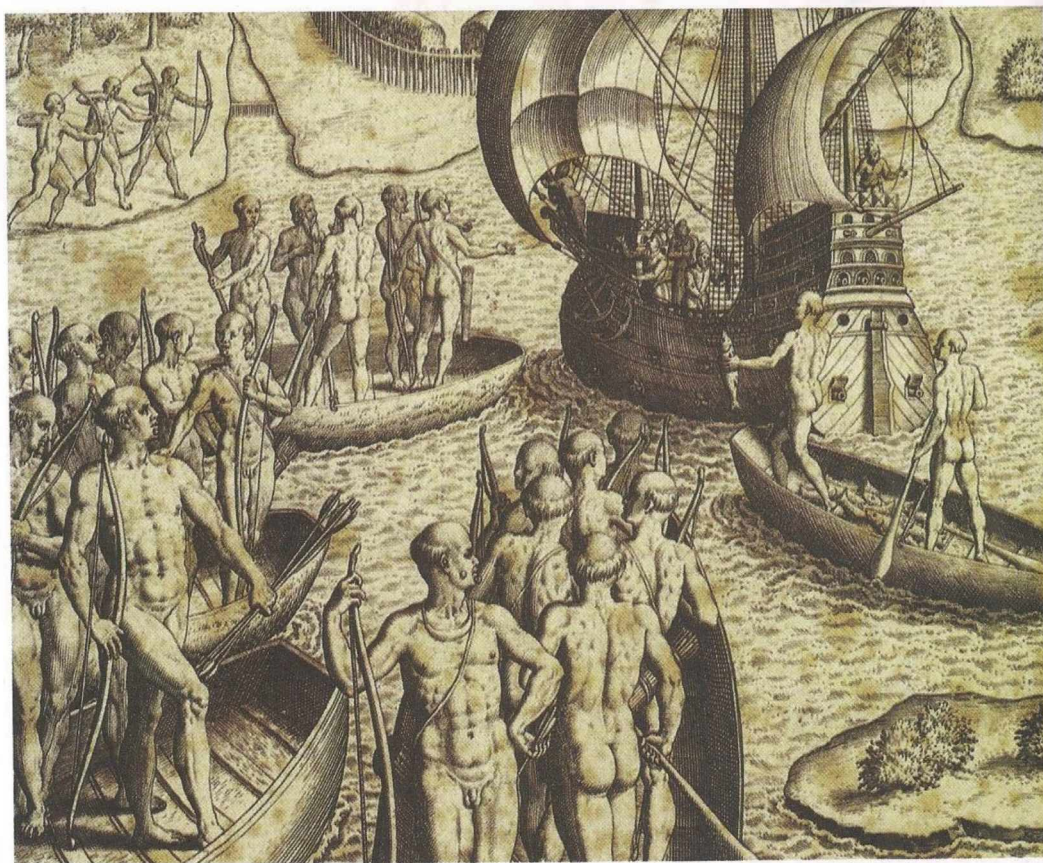
A Confederação dos Tamoios

Além dos estrangeiros, o governo de Mem de Sá também combateu os povos indígenas que resistiram à conquista portuguesa.

O exemplo mais conhecido é o dos tamoios. Na língua tupi, tamoio significa “nativo, velho, do lugar”. Esse povo vivia no litoral dos atuais estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Eles reuniram suas forças e aliaram-se aos franceses da França Antártica.

Essa aliança ficou conhecida como **Confederação dos Tamoios**. Seu objetivo era lutar contra os jesuítas nos aldeamentos e combater os colonos que escravizavam índios. Entre esses colonos estava João Ramalho (1490-1580), português que ganhou prestígio entre os tupiniquins por ter se casado com Bartira, a filha de um cacique, e formado uma grande família.

A guerra contra os tamoios durou de 1562 a 1567. Na luta contra os portugueses, esses indígenas também foram vitimados por uma epidemia de varíola. Os nativos não tinham resistência a essa doença trazida pelos europeus.



Atoque de portugueses e tupiniquins às cabanas tupinambás, gravura de Theodore de Bry feita por volta de 1592, representando a aliança entre portugueses e tupiniquins para atacarem por mar uma aldeia tupinambá.

Para entender

Irmândades: associações de pessoas que cultuavam os santos católicos e prestavam assistência a seus membros e famílias. Muitos homens e mulheres negros, escravos ou não, filiaram-se às irmandades, praticando o catolicismo ou mantendo seus próprios cultos nessas associações. As irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, de São Benedito e de Santa Efigênia foram as mais comuns entre os africanos e seus descendentes no Brasil.

A vida na colônia era marcada por duas formas de expressão religiosa: o catolicismo oficial da Igreja e a religiosidade popular. Os africanos e seus descendentes viveram essas duas formas. Eram batizados, mesmo que, para eles, essa cerimônia não fizesse sentido. Por outro lado, praticavam a religião popular nas procissões e diante das imagens dos santos nas igrejas. No passado e no presente, a religião se configura como um tipo de convivência social. Procissão na Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Oliveira, no estado de Minas Gerais, em 2007.

cus. Os calundus eram cerimônias marcadas por cantos e batuques, nas quais se cultuavam espíritos que recebiam oferendas de comidas e bebidas. No Brasil, essa religião foi reinventada, tanto em torno dos calundus (que eram praticados clandestinamente) como nas irmandades. Dessa reinvenção surgiu o candomblé, entre os séculos XVIII e XIX.

Muitas mulheres participavam de irmandades. De acordo com pesquisas recentes,

A forte presença feminina é um dado importante para a caracterização das irmandades negras e pardas (...). Participavam da mesa administrativa, exercendo principalmente a função de rainha, juizas, escritvã, irmã de mesa ou mordoma, esta, responsável pela organização das festas.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002. p. 89.



Religiosidade indígena

As crenças indígenas aparecem em cultos religiosos que permanecem até hoje no Brasil, como o **catimbó** — em que um mestre (pessoa a quem se recorre para resolver problemas) defuma os participantes com um cachimbo.

Na época colonial, os indígenas que ficaram isolados dos colonos portugueses mantiveram suas religiões. Já os que passaram a conviver com os colonos (nos aldeamentos, por exemplo), criaram novas formas de expressão combinando elementos de outras culturas. Uma das formas mais comuns eram as santidades, e a mais conhecida delas ocorreu na Bahia, na década de 1580.

Para entender

Santidade: nome dado pelos jesuítas a uma cerimônia tradicional dos tupis. Nela, um caraíba (sacerdote tupi) conduzia o transe dos índios e os instrua a fazer a guerra contra seus inimigos ou a migrar para outras terras. Para os colonos portugueses, a palavra virou sinônimo de “ajuntamento de índios rebeldes”.

LER E COMPREENDER DOCUMENTO

Perseguição aos indígenas

O documento seguinte é uma carta do padre Antônio Vieira ao padre provincial da ordem dos jesuítas.

“Na primeira carta disse a V. Rev. a grande perseguição que padecem os índios, pela cobiça dos portugueses em os cativarem. Nada há de dizer de novo, senão que ainda continua a mesma cobiça e perseguição, a qual cresceu ainda mais.

No ano de 1649 partiram os moradores de São Paulo para o sertão, em demanda de uma nação de índios distantes daquela capitania muitas léguas pela terra adentro, com a intenção de os arrancarem de suas terras e os trazerem às de São Paulo, e aí se servirem deles como costumam.”

Fonte: Padre Antônio Vieira.
Carta ao padre provincial, 1653, Maranhão.

Atividades

1. Que episódio é narrado pelo padre Vieira nesta carta?
2. Segundo padre Vieira, o que fazia os índios sofrerem grande perseguição e padecimentos?

Colonos enfrentam jesuítas

Nos séculos XVI e XVII, ocorreram vários conflitos entre jesuítas e colonos devido à questão da exploração do trabalho dos indígenas. Enquanto muitos colonos queriam escravizar os nativos, os jesuítas queriam catequizá-los e mantê-los nas missões. Os conflitos tornaram-se intensos, como aconteceu no Maranhão, em 1684, quando ocorreu a chamada **Revolta de Beckman**, liderada pelos irmãos Tomás e Manuel Beckman.

Durante a União Ibérica (1580-1640), os jesuítas convenceram os reis a proibir os colonos de atacar os indígenas e escravizá-los. “Protegiam-nos” dos colonos para catequizá-los e explorá-los à sua maneira.

O Maranhão, porém, enfrentou uma grave crise econômica a partir de 1650. Os produtores de açúcar alegavam não poder pagar o que os traficantes cobravam pelos escravos africanos.

Em busca de mão de obra, os senhores armaram homens para invadir os aldeamentos jesuítas maranhenses, capturar indígenas e transformá-los em escravos. Os jesuítas protestaram junto ao governo português, que proibiu mais uma vez a escravização dos nativos.

Para tentar resolver o conflito, a Coroa estimulou a criação da **Companhia Geral de Comércio do Maranhão**, em 1682. Os sócios da empresa comprometeram-se a trazer 500 escravos africanos por ano, durante 20 anos. Mas não conseguiram cumprir o compromisso, desagradando ainda mais os colonos. A crise econômica agravou-se.

Um grupo de senhores de engenho maranhenses, liderado por Manuel Beckman, organizou um movimento para acabar com a Companhia e com a influência dos jesuítas. O grupo queria também autorização para escravizar indígenas.

OUTRAS HISTÓRIAS

Guerras no sertão: a resistência indígena

No século XVII, durante a ocupação holandesa no Nordeste, os indígenas tapuias fizeram alianças com os novos conquistadores. Com a derrota holandesa em 1654, os tapuias se afastaram para o sertão. Mesmo assim, os portugueses alegavam que esses indígenas continuavam a manter contato com os holandeses e que poderiam ajudá-los em uma tentativa de invasão. Essa alegação servia para justificar o cativeiro dos indígenas da região e a ocupação de suas terras, depois que eles fossem vencidos em uma “guerra justa”.

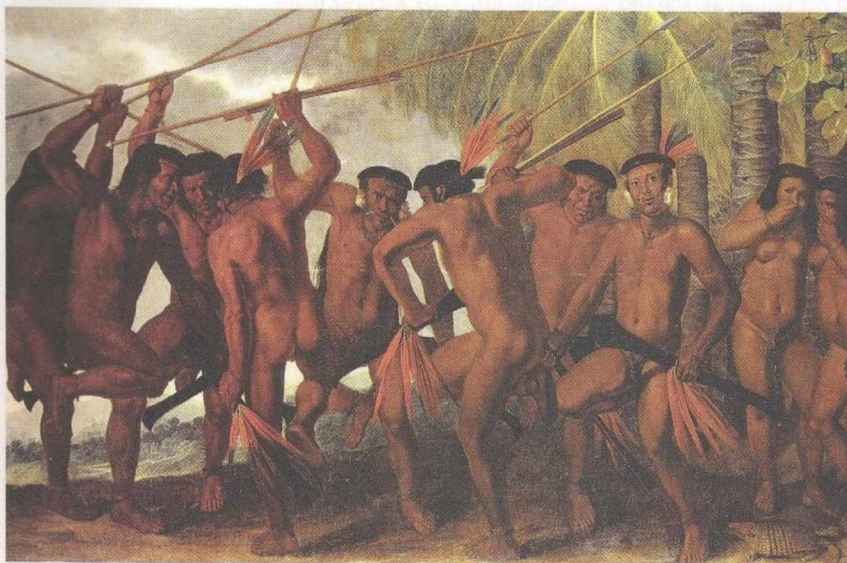
Desse modo, a expansão da pecuária no Nordeste, impulsionada a partir da expulsão dos holandeses, ampliou os conflitos entre colonos e indígenas — no caso, os próprios tapuias.

Historiadores atuais consideram que esses con-

flitos no sertão tiveram início em 1651 e terminaram aproximadamente em 1704. Podemos considerar dois grandes períodos de guerras:

- Guerras no Recôncavo Baiano (1651-1679): marcadas por várias jornadas de combate no Recôncavo Baiano, muitas delas lideradas por paulistas, em que colonos lutaram contra os indígenas que resistiam e desejavam defender suas terras; foi dali que partiram as primeiras tentativas de implantação da pecuária no sertão.
- Guerras dos Bárbaros (a partir de 1687): conflitos diretos entre colonos e indígenas estendidas por todo o sertão de Pernambuco até o Ceará.

Os indígenas do sertão resistiram por meio de século diante da expansão da pecuária. Porém, com o avanço dos combates, eles foram praticamente massacrados.



Dança dos tarairiu (tapuias), pintura feita por Albert Eckhout em 1641. Os holandeses também chamavam de tapuias os índios que não tinham se submetido aos conquistadores europeus, e tentaram convertê-los ao cristianismo protestante, sem sucesso. Nesta imagem, os tapuias foram representados preparando-se para combater seus inimigos.

Atividades

1. Que argumento os portugueses utilizavam para justificar o cativeiro dos indígenas e a ocupação de suas terras?
2. Como você vê, a resistência indígena frente à expansão da pecuária no Nordeste durou cerca de meio século. De que maneira essa resistência se desenvolveu? E qual foi seu desfecho? Explique com base no texto acima.

De volta ao presente

A formação do território brasileiro

Atualmente, o Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão, com 8 547 403,5 km², atrás apenas de Rússia, Canadá, China e Estados Unidos.

Quando se estuda o processo de formação do território brasileiro, os bandeirantes são muitas vezes mencionados como responsáveis pelo aumento das fronteiras do país. Ou, então, como homens violentos, que prendiam e escravizavam.

Heróis ou vilões? Talvez nem uma coisa nem outra. É certo que os bandeirantes agiam pela força. Na sociedade em que viviam, sua conduta

era considerada legítima por muitos. Os religiosos jesuítas discordavam dos bandeirantes e combatiam seus métodos, mas a ação jesuítica também ajudou a mudar radicalmente o modo de vida dos indígenas.

A ocupação desse imenso território começou no século XVI e continua até os dias atuais. Foi um processo complexo, envolvendo diversos grupos sociais e diferentes interesses. Provocou muitos conflitos, especialmente com os povos indígenas. Foi construído um país grande. Devemos lutar para torná-lo um grande país.



A formação territorial do Brasil foi um processo complexo. Atualmente, a contínua demarcação de terras indígenas aparece como uma das heranças desse processo. No Brasil, há terras indígenas já demarcadas e registradas; outras estão em fase de reconhecimento. As diversas comunidades indígenas do Brasil vêm se empenhando cada vez mais na luta pela regularização territorial. Na fotografia, homens e mulheres indígenas comemoram um dos passos rumo à demarcação da chamada Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada no estado de Roraima. Essa comemoração aconteceu em Brasília, em março de 2009, quando a decisão do Supremo Tribunal Federal foi a de vistoriar a demarcação daquela reserva e garantir a saída de todos os não indígenas da região.

Os limites da cidadania

Vimos que o direito à liberdade e à busca da felicidade constava da Declaração de Independência dos Estados Unidos. Mas esses direitos não eram válidos para todos. A escravidão dos negros, por exemplo, foi mantida até a Guerra de Secessão (1861-1865).

Os líderes da independência não se preocuparam com os mais de 500 mil africanos e seus descendentes que trabalhavam como escravos. O próprio Thomas Jefferson, um dos autores da Declaração de Independência e da Constituição dos Estados Unidos, era um proprietário de escravos.



Pintura intitulada *A ride for liberty: the fugitives slaves*, representando uma família de escravos em fuga. A obra foi feita pelo estadunidense Eastman Johnson (1824-1906) em meados do século XIX.

Os indígenas norte-americanos também não tiveram o direito à liberdade e à felicidade que era garantido aos brancos. Durante o período colonial e após a independência, muitos povos foram massacrados, expulsos de suas terras ou tiveram sua cultura destruída.

Além de negros e indígenas, as mulheres também tinham direitos restritos. Naquela época, a mulher era considerada um ser frágil e subordinado ao poder masculino.

Quem, então, exercia os direitos de cidadão assegurados na Constituição dos Estados Unidos de 1787? Em linhas gerais, a cidadania plena foi exercida por homens adultos e brancos, membros da burguesia industrial e comercial, proprietários de fazendas e de escravos, além de homens livres com profissões autônomas, ou seja, que não dependiam de patrões fixos.



Trabalhadores negros fotografados no atual estado da Virgínia, em aproximadamente 1861.

De volta ao presente

Um cotidiano de contradições

A história da colonização e independência dos Estados Unidos é um bom exemplo das contradições existentes nas sociedades do passado e nas atuais.

A formação desse país teve início com a chegada de colonos que estavam fugindo de perseguições causadas pela intolerância religiosa na Inglaterra. Porém, após se estabelecerem no Novo Mundo, muitos desses colonos acabaram reinventando novas formas de intolerância.

Outro ponto de contradição diz respeito à Constituição dos Estados Unidos. Segundo esse documento, a liberdade e a felicidade eram direitos de todos. Mas, na prática social, a escravidão dos africanos era permitida, e as mulheres e os índios estavam excluídos da vida política.

Refletir sobre os motivos desse cotidiano de contradições e preconceitos pode nos ajudar a construir uma sociedade mais justa, favorável ao convívio humano. Esta, porém, é uma tarefa contínua, que exige nossa permanente participação.



Até hoje os povos indígenas dos Estados Unidos lutam por seus direitos. Muitos procuram retomar o controle de suas terras e de seus recursos, bem como reconstruir suas comunidades. Outros buscam uma maior inserção na sociedade estadunidense, sem deixar para trás sua história. Dados de 2010 indicam que cerca de 3 milhões de pessoas identificam-se como indígenas (ou descendentes) nos Estados Unidos. Há povos em praticamente todos os estados, 30% deles vivendo em reservas. A fotografia mostra Ernie la Pointe, descendente de indígenas sioux, em 2011. Ernie escreveu e publicou uma biografia sobre Touro Sentado, que viveu entre 1834 e 1890.



Os afrodescendentes dos Estados Unidos também lutam por seus direitos e pelo fim do preconceito. Ao longo do século XX foram muitos os líderes que participaram do movimento pelos direitos civis da população negra naquele país. Um exemplo é Martin Luther King, que aparece na fotografia, de agosto de 1963. Esse ativista político organizou marchas e campanhas pelo direito ao voto, pelo fim da segregação e da discriminação no trabalho e por outros direitos civis básicos, que foram alcançados pela população negra com a aprovação da Lei de Direitos Civis, em 1964, e da Lei de Direitos Eleitorais, em 1965.

Os indígenas perdem suas terras

O que o destino manifesto não dizia claramente era que, para conquistar o Oeste, era preciso invadir terras que pertenciam aos nativos. Ao longo da expansão, houve conflitos sangrentos entre os pioneiros descendentes de europeus (vaqueiros, conhecidos como caubóis, bem como agricultores e mineiros) e os povos indígenas que habitavam essa região, como apaches, comanches, iroqueses, cherokees, sioux, cheyennes e outros.

Na medida de suas possibilidades, os indígenas lutaram pelas terras onde viviam, tentando preservar sua cultura e sua liberdade. Mas foram derrotados, sobretudo pelas armas de fogo dos conquistadores e por outros problemas, como a difusão do alcoolismo e a transmissão de doenças contagiosas. Tudo isso contribuiu para que a maior parte dos indígenas fosse exterminada.



Chefe apache com sua família, em fotografia de 1897, quando milhares de indígenas já haviam morrido no Oeste da América do Norte.

No início do século XIX havia mais de 1 milhão de indígenas no território entre os montes Apalaches e o oceano Pacífico. Em 1860, restavam menos de 300 mil. Os que sobreviveram aos massacres foram confinados em **reservas federais**, áreas bem menores que os territórios originais anteriormente pertencentes aos indígenas.

Um exemplo de massacre indígena aconteceu entre 1838 e 1839, quando por volta de 100 mil deles foram obrigados a deixar as terras onde viviam, no centro da América do Norte, em troca de uma quantia em dinheiro, paga pelo governo dos Estados Unidos. Primeiro, eles foram confinados em pequenas áreas dispersas; depois, foram transferidos durante o inverno, tendo de caminhar 1500 quilômetros para chegar a sua nova moradia. Durante esse percurso, que ficou conhecido como Caminho das Lágrimas, milhares deles morreram.

Nono ano

Página 28

Primeira República

O período da história brasileira que vai de 1889 a 1930 recebeu **dos** historiadores diferentes nomes, dependendo do foco das interpretações: **República do café com leite**, **República Velha**, **Primeira República etc.**

No capítulo anterior, estudamos os governos militares de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto. Neste capítulo, vamos examinar o período em que o comando do país voltou às mãos dos políticos civis, em sua maioria representantes dos fazendeiros de São Paulo, de Minas Gerais (principalmente os cafeicultores) e do Rio Grande do Sul.

Nessa época, foi marcante a influência de grandes fazendeiros na vida política de todos os estados do país. Muitos deles eram chamados de **coronéis**, numa referência ao título recebido pelos comandantes da antiga Guarda Nacional, criada em 1831 e extinta em 1918. O uso da palavra coronel tinha como efeito demonstrar o poder desses fazendeiros, que intimidavam os eleitores e as pessoas em geral. O tipo de dominação exercido pelos chamados coronéis ficou conhecido como **coronelismo**.

Nas primeiras décadas após a proclamação da República, foram poucas as mudanças nas regras eleitorais, em comparação com o que vigorava na época do Império. Todos os homens maiores de 21 anos (exceto os **analfabetos**) passaram a votar, mas a maioria da população continuou, por algum tempo, excluída: **padres, soldados, mulheres e indígenas não tinham** direito a voto. Ou seja, embora o número de eleitores tenha aumentado na Primeira República, ele não representava nem 10% da população.

Além disso, os eleitores não podiam votar livremente, já que os políticos, principalmente os coronéis de cada localidade, interferiam nas eleições. Essa interferência ocorria muitas vezes de forma violenta, como veremos a seguir.

Os indígenas

Com a alegação de proteger os indígenas, o governo federal criou em 1910 o Serviço de Proteção dos Índios (SPI), dirigido pelo militar Cândido Rondon. O SPI funcionou em diversos formatos até 1967, ano em que foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que existe até hoje.

A intenção do governo ao criar o SPI era transformar os indígenas em pequenos produtores rurais e eles foram mantidos, nos tempos da Primeira República, como relativamente incapazes — ou seja, não eram cidadãos plenos.

De acordo com o Instituto Socioambiental, a fundação do SPI

(...) se deu em um período altamente crítico para os povos indígenas. Diversas frentes de expansão para o interior, ao longo de todo o país, faziam a guerra contra os nativos. Em meados de 1907, as disputas no interior chegaram às capitais e ao cenário internacional em tom de acirrada polémica. O então diretor do Museu Paulista, von Ihering, defendia o extermínio dos índios que

resistissem ao avanço da civilização, promovendo grande revolta em diversos setores da sociedade civil. Em 1908, o Brasil fora publicamente acusado de massacre aos índios no XVI Congresso dos Americanistas ocorrido em Viena (...).

Foi este contexto que deu origem ao (SPI) que visava tanto a proteção e integração dos índios, quanto a fundação de colônias agrícolas que se utilizariam da mão de obra encontrada pelas expedições oficiais (...). Na base da unificação destas funções estava a ideia de que o "índio" era um ser em estado transitório. Seu destino seria tornar-se trabalhador rural ou proletário urbano.

(...)

A política de administração dos índios pelo União foi formalizada no Código Civil de 1916 e na lei nº 5484 de 27 de junho de 1928, que estabeleceram sua relativa incapacidade jurídica e a poder de tutela ao SPI. Estes dispositivos, entretanto, partiam de uma noção genérica de "índio". Não foram formuladas critérios objetivos que pudessem dar conta da diversidade de situações vividas pelos povos indígenas no Brasil. (...)

Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/pt/politicas-indigenistas/organizacao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-%28sp%29>>. Acesso em: 25 out. 2011.

Na fotografia, Cândido Rondon (que dirige o SPI) se reúne com indígenas, na década de 1910.



LER E COMPREENDER DOCUMENTO

A população brasileira

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
 DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA
 População do Brasil em varias épocas
 1776-1920

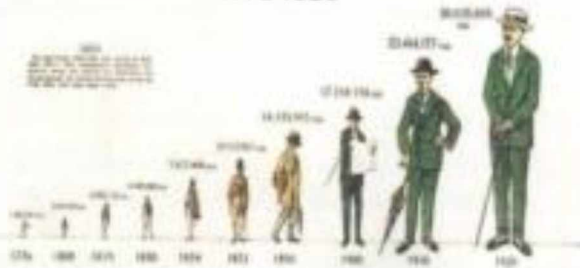


Imagem lida pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na década de 1920.

Atividade

- O que essa imagem mostra? Que símbolo é usado para representar a população?

OUTRAS HISTÓRIAS

Indígenas e participação política

Segundo a Funai, cerca de 200 mil indígenas, hoje, possuem título de eleitor. Leia o texto a seguir, que traça um histórico da participação dos povos indígenas no cenário político brasileiro.

“Segundo o Conselho Indigenista Missionário, o primeiro índio eleito a cargos legislativos foi o cacique kaingang Angelo Kretô (para) a Câmara Municipal de Mongueirão (estado do Paraná) pelo antigo MDB, no final da década de 1970. (...)”

Em 1982, seria eleito pela primeira e única vez na história política brasileira um deputado federal indígena: o cacique xavante Mário Juruna, candidato pelo PDT (...). Nascido na terra indígena São Marcos (MT), Mário Juruna ganhou destaque na cena política brasileira, a partir de suas críticas a corrupção de setores do governo brasileiro (...). Em 1986 não conseguiria a reeleição.

Depois disso, muitas outras lideranças indígenas tentaram as vagas de deputados (federais e estaduais), mas sem sucesso.

(...)

Entretanto, na esfera municipal, tanto no executivo como na legislativa, a participação dos índios no processo eleitoral tem obtido maior sucesso. Nas eleições municipais de 2000, por exemplo, tivemos cerca de 350 índios candidatos a vereadores, sendo que deste conjunto foram eleitos 80.

Ainda em 2004, segundo o Conselho Indigenista Missionário (...), cerca de 48 índios foram eleitos (e/ou reeleitos) vereadores em todo o Brasil (...). Nesta mesma eleição, quatro índios foram eleitos prefeitos (...).

Nas eleições municipais [de 2008], diversos foram os representantes indígenas eleitos por todo o país ao cargo de vereador, além da eleição e reeleição de prefeitos.”

História e atualidade. Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/indios-e-o-eleicao/historia-e-atualidade>. Acesso em: 20 dez. 2011.

Em 2008 a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia legal (COIAB) divulgou a “Carta de reflexão para eleitores indígenas” na qual estimulava os povos indígenas a votarem conscientemente nas eleições municipais daquele ano. Leia um trecho:

“(...) é necessário elegermos lideranças comprometidas com nossas bandeiras de luta, que conheçam a realidade dos nossos povos, por fazerem parte deste contexto, e sentirem na pele as limitações, os preconceitos e as injustiças cometidas contra nossos povos, ao longo dos mais de 500 anos de história de ocupação não indígena no Brasil.

Cada eleitor indígena tem a oportunidade de escolher e votar em candidatos que realmente fortalecerão projetos voltados para nossos povos. (...) Atualmente, o voto representa uma importante arma que se bem utilizada poderá mudar nossa história.”

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia legal (COIAB). Carta de reflexão para eleitores indígenas. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/indios-e-o-eleicao/historia-e-atualidade>. Acesso em: 20 dez. 2011.



Índigena Xavante posa para fotografia segurando seu título de eleitor. Imagem em Primavera do Leste (MT), nas eleições de 2010.

Atividades

1. De acordo com o texto, como tem se dado a participação dos indígenas na política brasileira?
2. Releia o trecho da carta acima. Por que, segundo o documento, é importante eleger lideranças indígenas?